



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO – PRPG**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA – PPGCP**



**GERMANO LÚCIO PEREIRA MOURA**

**FAMILISMO POLÍTICO: MANUTENÇÃO E REPRODUÇÃO DA HERANÇA  
POLÍTICA NA ALEPI (1986-2014)**

**TERESINA – PI**

**2019**

GERMANO LÚCIO PEREIRA MOURA

FAMILISMO POLÍTICO: MANUTENÇÃO E REPRODUÇÃO DA HERANÇA POLÍTICA  
NA ALEPI (1986-2014)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área de Concentração: Estado, Movimentos Sociais, Cidadania e Comportamento Político.

Linha de Pesquisa: Comportamento Político e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior

TERESINA – PI

2019

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco  
Serviço de Processamento Técnico

M929m Moura, Germano Lúcio Pereira.  
Manutenção e reprodução da herança política na ALEPI (1986-2014).  
/ Germano Lúcio Pereira Moura. – 2019.  
127 f.: il.

Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Ciência Política,  
Universidade Federal do Piauí, 2019.

“Orientação: Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior”.

1. Familiarismo Político. 2. Política piauiense. 3. Assembleia  
Legislativa. 4. Herança Política. I. Santos Junior, Raimundo Batista. II.  
Titulo.

CDD 320.981

GERMANO LÚCIO PEREIRA MOURA

**FAMILISMO POLÍTICO: MANUTENÇÃO E REPRODUÇÃO DA HERANÇA  
POLÍTICA NA ALEPI (1986-2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

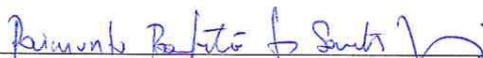
Área de Concentração: Estado, Instituições Políticas e Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Estado e Desenvolvimento Econômico e Social.

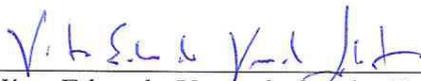
Orientador: Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior.

Aprovado em 29 de abril de 2019.

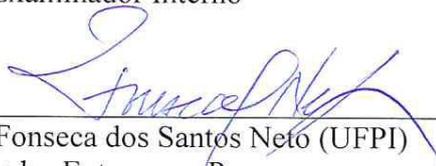
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior (UFPI)  
Orientador



Prof. Dr. Vitor Eduardo Veras de Sandes Freitas (UFPI)  
Examinador Interno



Prof. Dr. Antonio Fonseca dos Santos Neto (UFPI)  
Examinador Externo ao Programa

Para Adriana, porque o amor é paciente.  
Para Ícaro Moura, Ana Teresa Moura e Ana Raísa  
Moura, porque o amor é infinito.  
Para as mulheres da minha vida: Ana Teresa (*In  
memoriam*); Maria da Conceição (“Teitão”), (*In  
memoriam*); Mariita e Maria Odete.  
Para os homens da minha vida: Geraldo da Costa  
Moura – “Tio Didi” (*In memoriam*) e José da Costa  
Moura – “Cazuza” (*In memoriam*)

## AGRADECIMENTOS

Hoje se encerra um ciclo e se inicia a realização de um sonho construído por inúmeras mãos. Cada uma pôs um tijolo em sua edificação e são tantas a agradecer que não cabem numa folha, mas na alma de uma vida inteira. Contudo, algumas serão destacadas.

Tive a felicidade de ter muitas mães – Ana Teresa, Maria Odete, Maria da Conceição (Teitão) e Maria do Desterro (Mariita) – e dois pais – José Costa Moura (Cazuza) e Geraldo da Costa Moura (Didi). Devo a esses seres iluminados todo o meu referencial de afeto e a visão de um mundo plural, justo e digno para todos.

Sou grato especialmente à minha mãe, Profa. Maria Odete, uma das mulheres mais inteligentes que já conheci, por sempre ter sido minha fonte primeva de inquietude em busca do conhecimento e inspiração para a escolha do ofício docente.

À Minha Tia “Mariita” que mesmo não sendo sua obrigação efetiva me deu amor, carinho, atenção e cuidado que me encheram de esperança e afeto.

À Adriana Higuêra agradeço a paciência, tolerância e perdão pelas inúmeras faltas cometidas e por ser meu porto feliz e seguro.

Ao Ícaro, Ana Teresa e Ana Raísa, por serem a eterna razão do meu amor, pela inspiração em procurar me tornar um ser humano melhor e por me completar.

Às minhas irmãs Ana Paula, Márcia Beatriz, Cândida Angélica, Cíntia Raquel e irmãos Flávio André e, em especial, meu maninho Rogério Milko, meu maior exemplo de força, coragem, fé e resiliência.

Às minhas irmãs e irmãos de “criação” que conjugaram comigo o refúgio de afeto, alento e aconchego sob as asas de nossa Mãe-Vó Ana Teresa.

Às minhas sobrinhas e sobrinhos (Ana Angélica, Pedro Guilherme, José Neto, Ana Clara, Ana Gabriela, Maria Clara, Ingrid Michele, Luana Flávia, Vinícius André), fontes das minhas primeiras lições de amor filial.

Ao primo-sobrinho-irmão Professor Diogo Filipe Santos Moura, pela leitura, contribuição e críticas sensatas a este trabalho.

Ao meu grande amigo e orientador, Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior, pela liberdade concedida, pela autonomia criativa e pelo dispêndio de tempo, energia e paciência na condução deste trabalho. Também sou grato pela cessão de espaço em sua casa para as longas e constantes reuniões entre mim e Gabriel.

Um agradecimento especial ao amigo e assistente de pesquisa Gabriel Almeida. Sem seu apoio e auxílio este trabalho não teria sido possível.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí – UFPI, em especial ao Prof. Vitor Eduardo Veras de Sandes Freitas, pelas contribuições teórico-metodológicas e pelo aprendizado.

Ao Instituto Federal do Piauí, por fornecer todo o apoio e estrutura necessária à consecução deste trabalho, e, em especial, ao Prof. Dr. Airton de Sá Brandim, por ter acreditado e apoiado a efetivação do convênio IFPI/UFPI, fonte deste programa.

Às amigas e amigos do Campus IFPI Teresina Zona Sul, pela colaboração, cooperação e compreensão necessárias à feitura deste estudo e, especialmente, à Diretora Geral do Campus, Francisca Assunção, e à Diretora de Ensino, Profa. Nara Lucas, por todo o esforço empenhado em propiciar a viabilidade de uma conjuntura adequada à concretização desta dissertação.

Aos amigos e amigas do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – turma IFPI/UFPI 2017/2019, pela companhia arejada, mesmo em momentos de “mazelas”.

Agradeço especialmente a Geovana Azevedo, Rafaela Santiago, Hudson, Thonsom Esmeraldo, Ranyeri e Pollyana, pela amizade e pelas valiosas contribuições acadêmicas.

À amiga Maria, nosso exemplo de força, determinação e luta.

Ao Deputado Adolfo Nunes, pela valiosa colaboração e cessão de material biográfico e bibliográfico.

Aos servidores da Coordenação de Dados Partidários do TRE-PI Antonio dos Santos Feitosa Mendes e João Roberto Martins Granja, pela cessão de arquivos, valiosa contribuição e auxílio na coleta dos dados dos partidos políticos.

Por isso, sou eternamente grato!

“Existem três tipos de políticos: os que conquistam votos, os que herdam e os que compram. 10% representam os primeiros e 90% os últimos.”

Afrânio Nunes (1982) – Político piauiense.

## RESUMO

O presente trabalho visa analisar a incidência do familismo político no processo de manutenção e reprodução da herança política no legislativo piauiense por meio do uso dos capitais político, econômico, social e simbólico. Para isso, foi escolhido como recorte temporal os anos entre 1986 a 2014, período em que ocorreram significativa ampliação dos espaços democráticos, inclusive a liderança no executivo de um partido de esquerda e que, a despeito disso, determinadas famílias piauienses continuaram a desenvolver arranjos que garantem a sua continuidade no domínio do poder político. O estudo suscita, então, identificar e compreender essas famílias políticas, especificamente as que estão dispostas na Assembleia Legislativa do Piauí que perpetuam o êxito na manutenção ou reprodução da herança política, o que conduz às perguntas: o que torna essas famílias políticas mais exitosas que outras? Como a herança política pode gerar capitais políticos, econômicos, sociais e simbólicos? Como o uso dos capitais pode gerar a manutenção ou reprodução desse tipo específico de herança? Para alcançar possíveis respostas, este estudo parte da hipótese de que é o uso conjugado dos capitais que possibilita às famílias políticas a manutenção e/ou reprodução da herança política na ALEPI. Para investigar esses fatores, foi utilizada a metodologia de natureza qualitativa, fazendo uso do método posicional, com o intuito de identificar a ocupação em posições formais de comando nos partidos políticos, nas secretarias de primeiro escalão do executivo estadual e na chefia do executivo municipal por membros oriundos dos troncos político-familiares. Para operacionalização da pesquisa e análise das variáveis fez-se o uso da técnica de análise documental.

Palavras-chave: Familismo Político. Política piauiense. Assembleia Legislativa. Herança Política.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the causal mechanism that enables what was chosen to name familism in the process of both maintenance and reproduction of political inheritance at the legislative instance in the state of Piauí through political, economic, social and symbolic capital. Some families make arrangements that guarantee their continuity in the dominance of political power, despite the fierce electoral competition processes, the broadening of the democratic spaces and the arrival of new political agents to the scenario. That being said, identifying and understanding the above mentioned mechanism used by the political families listed at ALEPI (House of representatives of the State of Piauí) is considered a crucial issue for analysis in this work. This leads us to the following questions: what makes some of the so-called political families more successful than others? How might political inheritance generate political, economic, social and symbolic capital? And how might the use of these capitals result in both maintenance and reproduction of this kind of legacy? The starting point towards finding potential answers to the problem proposed was the hypothesis that the use of these capitals combined is what makes it possible for the political families to maintain and reproduce the process of passing on their power at ALEPI. Qualitative methodology is what guides the research, and the positional method was used in order to map the formal occupation in highly ranked commands such as state secretaries and chief executive city offices by members coming from family stems closely related to politics. The documental analysis technique was implemented to both research conduct and variable analyses.

**Keywords:** Political Familism. Politics in Piauí. House of Representatives. Political Heritage.

## **LISTA DE DIAGRAMAS**

Diagrama 1 – Estrutura da Carreira Política no Brasil .....	38
---	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tronco Sampaio Pereira - Receita 2002-2018 .....	46
Gráfico 2 – Tronco Brito Monteiro - Receita 2002-2018 .....	46
Gráfico 3 – Tronco Nunes Brandão - Wilson Nunes Brandão - Receita 2002-2018 .....	47
Gráfico 4 – Tronco Santos Nunes - Luciano Santos Nunes Filho - Receita 2002-2018 .....	48
Gráfico 5 – Tronco Eulálio - Receita 2002-2018 .....	48
Gráfico 6 – Perfil da herança por gênero (1986-2014).....	80
Gráfico 7 – Perfil da herança por grau de instrução (1986-2014).....	80
Gráfico 8 – Perfil da herança por faixa etária (1986-2014).....	81
Gráfico 9 – Votação nominal – Themístocles Filho.....	89
Gráfico 10 – Votação nominal – Wilson Brandão .....	89
Gráfico 11 – Votação nominal – Kléber Eulálio .....	90
Gráfico 12 – Herdeiros - Receita nominal de Luciano Nunes Filho .....	91
Gráfico 13 – Votação - Receita nominal de Luciano Nunes Filho.....	92
Gráfico 14 – Herdeiros - Receita nominal de Wilson Nunes Brandão.....	92
Gráfico 15 – Herdeiros - Votação nominal de Wilson Nunes Brandão .....	93
Gráfico 16 – Não herdeiros - Receita nominal de Elias Pereira (Irmão Elias).....	93
Gráfico 17 – Não herdeiros - Votação nominal de Elias Pereira (Irmão Elias) .....	94
Gráfico 18 – Não herdeiros - Receita nominal de Deusimar do Socorro Brito de Farias (Tererê) .....	94
Gráfico 19 – Não herdeiros - Votação nominal de Deusimar do Socorro Brito de Farias (Tererê) .....	95
Gráfico 20 – Herdeiro não eleito - Receita nominal de Mauro Tapety .....	96
Gráfico 21 – Herdeiro não eleito - Votação nominal de Mauro Tapety.....	96
Gráfico 22 – Receita tronco político-familiar Paes Landim.....	97
Gráfico 23 – Votação nominal tronco político-familiar Paes Landim .....	97
Gráfico 24 – Composição da competição partidária na ALEPI (1986-2014) .....	100
Gráfico 25 – Distribuição de herdeiros por partido (1986-2014).....	107

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Troncos Político-familiares – heranças consolidadas (1986-2014).....	73
Quadro 2 – Troncos Político-familiares – heranças emergentes/neófitas (2010-2014) .....	73
Quadro 3 – Troncos Político-familiares – heranças interrompidas (1986-2010) .....	74

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Herança política na ALEPI (1986-2014).....	64
Tabela 2 – Herança por partido – 11ª legislatura 1987-1990 .....	67
Tabela 3 – Herança por partido – 12ª legislatura 1991-1994 .....	68
Tabela 4 – Herança por partido – 14ª legislatura 1999-2002 .....	69
Tabela 5 – Herança por partido – 16ª legislatura 2011-2014 .....	71
Tabela 6 – Distribuição por formação acadêmica/profissão (1986-2014) .....	81
Tabela 7 – Design da herança política por partido na ALEPI (1986-2014).....	106

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	Ato Institucional
ALEPI	Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
APL	Academia Piauiense de Letras
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
DEM	Democratas
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PI	Piauí
PL	Partido Liberal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPR	Partido Progressista Reformulador
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRP	Partido Republicano Progressista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSP	Partido Social Progressista
PT	Partido dos Trabalhadores

PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
TCE-PI	Tribunal de Contas do Estado do Piauí
TJ-PI	Tribunal de Justiça do Piauí
TRE-PI	Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
UDN	União Democrática Nacional
UFPI	Universidade Federal do Piauí

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>2 NOTAS METODOLÓGICAS.....</b>	<b>24</b>
<b>2.1 Dificuldades operacionais .....</b>	<b>28</b>
<b>3 A PERSPECTIVA TEÓRICA DA HERANÇA POLÍTICA.....</b>	<b>31</b>
<b>3.1 Conceituando variáveis básicas .....</b>	<b>31</b>
3.1.1 Categorizando herança política .....	33
3.1.2 Os capitais.....	36
3.1.3 Capital político .....	37
3.1.4 Capital social .....	40
3.1.5 Capital simbólico.....	42
3.1.6 O capital econômico .....	44
<b>3.2 A Teoria das Elites como aporte teórico na compreensão da herança política na ALEPI.....</b>	<b>49</b>
<b>3.3 Antecedentes teóricos sobre família e poder no Piauí .....</b>	<b>55</b>
<b>4 A HERANÇA POLÍTICA NA ALEPI .....</b>	<b>66</b>
<b>4.1 Os troncos político-familiares.....</b>	<b>72</b>
<b>4.2 Ramificações familiares: imbricação e herança política.....</b>	<b>76</b>
<b>4.3 O perfil dos herdeiros.....</b>	<b>77</b>
<b>5 ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO E REPRODUÇÃO DA HERANÇA POLÍTICA: O USO CONJUGADO DOS CAPITAIS .....</b>	<b>83</b>
<b>5.1 Partidos políticos e herança política na ALEPI.....</b>	<b>98</b>
5.1.1 A migração partidária e a herança política .....	103
5.1.2 Design da herança política por partido na ALEPI.....	104
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>114</b>
<b>ANEXO A – CERTIDÃO DO PMDB.....</b>	<b>122</b>
<b>ANEXO B – CERTIDÃO DO PDT .....</b>	<b>123</b>
<b>ANEXO CA – CERTIDÃO DO PSD.....</b>	<b>124</b>
<b>ANEXO CB – CERTIDÃO DO PSD .....</b>	<b>125</b>
<b>ANEXO CC – CERTIDÃO DO PSD.....</b>	<b>126</b>
<b>ANEXO CD – CERTIDÃO DO PSD.....</b>	<b>127</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o intuito de procurar compreender a incidência do familismo político na Assembleia Estadual do Piauí (ALEPI), o que proporciona a esses troncos familiares a aquisição de capitais políticos, econômicos, sociais e simbólicos, e ainda como a apropriação desses capitais pode motivar a continuidade dessa herança política. Nesse sentido, não é pretensão deste trabalho traçar a genealogia do poder através do familismo político no Piauí ou estabelecer a prosopografia da herança política na ALEPI, mas a compreensão do mecanismo causal, analisando os processos delineados pelas famílias políticas com vistas à consecução dos capitais político, social econômico e simbólico que lhes permite converter o espaço do poder político no legislativo estadual numa espécie de patrimônio passivo, engendrando a manutenção e reprodução da herança política.

A composição da família no espectro da formação política do Brasil tem longa tradição na literatura histórica, sociológica e da Ciência Política. Os grupos familiares compuseram as bases que deram origem à formação do Estado brasileiro, no que tange ao preenchimento dos principais cargos da burocracia pública; o que não seria de todo um fato estranho se levar em conta que uma das exigências básicas para isso era a necessidade inicial de se possuir certa formação acadêmica, e neste quesito a elite econômica do país sempre esteve à frente (MONTEIRO, 2016; PERISSINOTO; CODATO, 2007).

É também importante o papel dos grupos familiares no processo de formação do nosso sistema político. Nesse caso específico, as famílias se adaptaram às nuances e mudanças transcorridas ao longo do tempo, exigindo um aparato cada vez mais sofisticado e buscando a sua ressignificação no seio dos novos contextos. Até a Velha República, a exigência para o êxito no jogo político estava circunscrito ao uso e posse dos mecanismos de força política e militar, período caracterizado pela baixa participação popular, pois o voto era censitário, cuja cláusula de barreira estava vinculada à formação escolar, à alfabetização, o que excluía a maior parte da população – cerca de 5% da população tinha direito ao voto –, e à intensa dominação das forças econômicas agrárias do país na condução de todo o processo político (CARVALHO, 2002).

Nos períodos democráticos de 1946 a 1964 e na redemocratização pós-regime militar, com o aumento da competição eleitoral na arena política e com maior participação popular, outras exigências foram incorporadas àqueles que se dispunham a disputar cargos eletivos. No entanto, a força do capital econômico ainda era fator relevante para a consecução do êxito eleitoral. A possibilidade de acesso de novos agentes não oriundos da elite econômica era

remota e com baixíssimos resultados. Nos grandes centros urbanos industrializados, do Sul e Sudeste do país, com o aumento da população urbana, ampliação da classe média e surgimento dos sindicatos permitiram a inserção de novos agentes oriundos dessas camadas no cenário político-eleitoral (SOARES, 2001).

No Nordeste, uma região marcada pela industrialização tardia – até hoje existem diversos Estados com baixíssima produção industrial –, pela economia predominantemente agrária e parco desenvolvimento econômico, esse processo de entrada de novos agentes no campo político tardou a acontecer. O caso do Piauí é ainda mais emblemático; economicamente é o terceiro Estado mais pobre da federação, estando à frente apenas de Alagoas e Maranhão, a presença familiar nas estruturas formais de comando nas diversas instituições estatais ainda é relevante.

A formação do Estado piauiense se deu em um ambiente majoritariamente rural, de monocultura, com baixíssimo desenvolvimento industrial e de capitalismo incipiente. Este ambiente possibilitou – não como uma inferência causal direta, mas como componente da estrutura econômica e social – a formação de uma cultura política centrada no poder político familiar, na parentela, no clientelismo e na subserviência política e eleitoral em função da condição própria de desigualdade da sociedade, como aponta Barroso (2007; p. 41), analisando o Piauí ainda no período colonial:

[...] as mazelas resultantes da instituição do latifúndio, via sesmarias, já se haviam instalado no organismo do Piauí, gerando nefastos efeitos que perduram até os dias atuais, pela concentração de excessivo poder político e econômico nas mãos de alguns coronéis do sertão, em detrimento da grande massa da população.

Tal aspecto não ficou circunscrito a um tempo d'outrora e faz parte da conjuntura sócio-política-econômica que caracteriza o Piauí até os tempos atuais. O processo de modernização que acompanhou o Brasil nos últimos sessenta anos não alterou as bases estruturais das condições de desigualdade prementes no Piauí (SILVA, 1999).

O Piauí guarda em sua historiografia a peculiaridade de ter sido forjado a partir de determinados troncos familiares: Araújo Costa, Vieira de Carvalho, Pereira da Silva, Coelho Rodrigues e Sousa Martins (BRANDÃO, 1995). As bases familiares formaram não apenas o núcleo de subsistência típico deste agrupamento, mas ampliaram seus domínios para além dos seus espaços intradomésticos, permeando todas as instâncias da vida, desde a economia à política. Isso decorre do fato de que a economia era fundada na pecuária e no latifúndio, tornando estreito o lastro de todas as relações sociais, principalmente a relação entre a

economia e a política. O poder político e os principais cargos na administração pública advinham desta correlação direta, fato que permeou a configuração político-econômica do Estado por séculos. Assim foi a formação política do Piauí ancorada nas redes familiares que se alicerçavam apoiadas “no parentesco, na solidariedade mútua e no manejo com o poder” (BRANDÃO, 1995, p. 275), emergindo a configuração manifesta das relações políticas e de poder no entorno da reprodução hereditária do poder político.

Debruçar-se sobre esse cenário de apropriação do espaço do poder político no legislativo piauiense por parte de determinados grupos familiares parece algo frugal diante dos diversos outros problemas que matizam a atual conjuntura social e política do Estado. No entanto entender como se operou o mecanismo causal que possibilitou a apropriação patrimonial dos espaços de poder no Estado, tomando como base o legislativo, é passo importante para compreender a composição não só política do Estado, mas também a formatação de todo um arranjo institucional que, apesar dos avanços democráticos e da competição eleitoral significativa, não inviabilizou a manutenção da reprodução do fenômeno do poder político oriundo do familismo político, culminando num tipo específico de herança (política) cuja noção aqui adotada corresponde ao processo de ocupação do espaço do poder político reinterpretado como um bem patrimonial passivo, suscetível de ser transferido hereditariamente, e é importante ainda dizer que esses fenômenos têm implicações nos processos de democratização e ampliação da esfera pública.

Diversos estudos já buscaram descrever, analisar ou classificar a elite política piauiense. Independente do arcabouço metodológico adotado em cada um deles, não é a tarefa deste trabalho uma revisão epistemológica acerca do tema. Todos deram significativa contribuição para a continuidade dos estudos e pesquisas sobre o mesmo. Dentre esses destacamos: Brandão (1995), Silva (1999), Arraes Filho (2000; 2014), De Deus (2006), Freitas (2010; 2015), Melo (2015), Sousa Neto (2015), Alves (2018).

Com base nesses trabalhos e nos dados obtidos ao longo deste estudo, é possível afirmar que o campo político e seus respectivos agentes no Estado do Piauí assentam-se na utilização de mecanismos e estratégias nas quais se opera diametralmente o uso de determinados capitais como recurso de poder político na dinâmica da competição eleitoral, num ciclo dialético cujo corolário é a permanência de determinados grupos familiares no domínio e apropriação patrimonialista do espaço do político do Estado, em especial na ALEPI.

O caráter patrimonialista da política brasileira, em particular da política piauiense, pode ser analisado a partir das estratégias que as elites políticas utilizam como meio de

reprodução. Isso se evidencia principalmente nas práticas políticas regionais e locais que ainda trazem em seu bojo o uso de determinados capitais que, conjugados, possibilitam a manutenção e reprodução dos grupos familiares nas diversas estruturas formais de poder no seio do Estado. Tais capitais correspondem a: Capital Social – que repousa na rede de contatos e relacionamentos construídos pelo grupo familiar ao longo das décadas e que perpassam a esfera do campo político; Capital Político – que corresponde especificamente ao capital político delegado, que propicia acesso às estruturas formais de comando nas esferas das instituições políticas (partido) e dos executivos municipal e estadual; Capital Econômico – que se assenta exclusivamente na capacidade de captação e posse de recursos econômicos dos troncos político-familiares; Capital Simbólico – que envolve o processo de aglutinação concomitante composto pela socialização política, pela *libido social*, pelo *habitus* e pelo capital cultural. A soma dos capitais conjugados propicia aos grupos familiares a apreensão patrimonial do espaço do poder político.

No entanto, esse patrimonialismo não se assimila à noção clássica cunhada por Faoro (2000), pois a posse não se dá de forma efetiva, posto que as famílias políticas não se apropriam institucionalmente ou formalmente dos espaços ao ponto de grafar seus nomes nas mesmas. É um patrimônio do tipo passivo<sup>1</sup>, tendo em vista que sua transmissão não é assegurada pelo direito de sucessão formalmente constituído, mas depende de diversos fatores exógenos e distintos aos bens patrimoniais das respectivas famílias. Esses fatores são próprios do campo político e correspondem ao nível de disputabilidade na arena política (intrapartidária e eleitoral), competência em edificar condições para o acesso e conjugação dos capitais e, por fim, capacidade em reverter tais capitais em votos.

Diante de tais pontos, justifica-se investigar se tal fenômeno que norteou a prática política piauiense desde a sua colonização sofreu algum tipo de ruptura com a ascensão ao poder de novas lideranças políticas, notadamente as lideranças oriundas de determinados movimentos sociais, quanto à questão da manutenção e reprodução da herança política na estrutura política legislativa piauiense.

Partindo deste pressuposto e levando em conta o processo de modernização da sociedade brasileira – e do Piauí em particular –, o fortalecimento dos processos de democratização e a ampliação da esfera pública são alguns dos aspectos em que repousa a

---

<sup>1</sup>O termo patrimônio passivo é emprestado das Ciências Contábeis e tem seu uso aqui de forma alusiva, se referindo ao recurso controlado por uma entidade e um acontecimento passado e do qual se esperam que fluam benefícios econômicos no futuro, cuja liquidação se espera um ex-fluxo de recursos. No caso do campo político, se refere à possibilidade futura de manutenção e/ou reprodução da herança política a partir do uso conjugado dos 4 (quatro) capitais: político, econômico, social e simbólico.

necessidade inquiridora deste trabalho, isto é, investigar se tais configurações ressignificaram a esfera do poder político no Estado do Piauí, bem como as relações de poder vinculadas a este e a respectiva apropriação do espaço do poder político por parte de determinados grupos familiares. Tal fato abriu espaço para formação de novas lideranças e adoção de ideias, posturas e “bandeiras” mais universalistas. Mesmo tendo essas novas lideranças um perfil distinto no que concerne à formação acadêmica, à origem genealógica, ao perfil dos quadros formados no berço da elite política piauiense, não deixaram de adotar o paradigma dominante da sucessão hereditária. Essa que é uma característica marcante das famílias políticas do Piauí.

Esses fatores justificam a relevância do presente trabalho, posto que visa a investigar o fenômeno da manutenção e reprodução da herança política no legislativo piauiense, os mecanismos e as estratégias utilizadas pelas famílias políticas que permitem a reiteração da sucessão hereditária, fenômeno que, inclusive, perpassa o espectro ideológico partidário.

A família, no Piauí, tem sido o lócus não apenas de continuidade genealógica, mas também de continuidade de detenção do espaço do poder político. Essa prerrogativa não é exclusiva apenas de tempos idos, sendo que, desde a colonização, já se evidenciava a composição de grupos políticos predominantes no controle do espaço do poder político, tornando-se uma prática recorrente que transcende o tempo e as condições conjunturais.

As famílias políticas piauienses sempre compuseram a elite do Estado, tanto nos aspectos econômicos quanto políticos. Nesse quadro, é lícito investigar o processo de apropriação do espaço do poder político na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí (ALEPI) a partir da herança política, dos mecanismos e das estratégias utilizadas pelas famílias políticas com vistas à manutenção do poder ou espaço na arena política legislativa, e, em atenção aos interesses desta pesquisa, nomeadamente o período compreendido entre 1986 a 2014, período marcado pela ampliação da competição eleitoral, significativa migração partidária, ascensão de novas lideranças políticas oriundas de determinados movimentos sociais e a ascendência de um partido de esquerda no executivo do Estado.

De maneira geral, essa é a ambiência em que se inscreve este texto dissertativo que, na tarefa de afigurar o que foi delineado como plano de pesquisa, está dividido em seis capítulos. O primeiro capítulo, introdutório, apresenta o objeto de estudo, os procedimentos metodológicos e o aporte teórico.

O segundo capítulo descreve o caminho metodológico percorrido durante a busca dos dados, apontando os métodos usados e expectativas em relação aos resultados encontrados, as análises e ainda o instrumental utilizado para alcançar os resultados, bem como toda a sorte

dos eventuais entraves e dificuldades metodológicas encontradas durante a execução desta investigação.

No terceiro capítulo, são abordados os principais referenciais teóricos que serviram de norte para a realização deste trabalho, desde a teoria clássica das elites, passando pela contribuição brasileira contemporânea dessa mesma corrente teórica e elencando os principais trabalhos regionais sobre a relação entre família e poder que serviram de base para a construção da pesquisa.

No quarto capítulo é discutida a herança política na ALEPI, seu conceito, sua configuração e classificação. Ainda contém uma breve contextualização histórica da conjuntura política compreendida no escopo temporal da pesquisa; o perfil dos herdeiros políticos, quanto aos critérios adstritos (gênero, classificação etária); e seus atributos adquiridos (formação acadêmica, profissão e patrimônio); e uma breve descrição genealógica da herança política dos respectivos troncos político-familiares objetos desta investigação.

No quinto capítulo são enunciadas as estratégias que representam o mecanismo causal culminante da conjugação dos capitais que propiciam às famílias políticas a manutenção e reprodução da herança política na ALEPI, tendo como principais fontes de observação empírica a utilização estratégica de posições formais de comando nas diversas instituições político-administrativas, nas esferas dos partidos políticos e na chefia dos executivos municipais e estadual, que possibilitam o uso conjugado dos capitais com vistas à manutenção e reprodução da herança política na ALEPI, no período compreendido entre 1986 a 2014. Destarte as mudanças políticas ocorridas a partir das eleições de 2002 no Piauí, com a ocupação da chefia do executivo estadual pelo Partido dos Trabalhadores, o processo da herança política no legislativo estadual manteve-se e até se ampliou.

Por fim, no sexto e último capítulo, fazem-se as considerações finais, evidenciando os aspectos mais relevantes relacionados à pesquisa, em resposta às perguntas iniciais, constatando se o referencial teórico escolhido foi cumprido, e uma perspectiva em relação ao assunto.

Nesse cenário, busca-se analisar como as famílias políticas piauienses que compõem a elite política parlamentar do Estado mantêm ou reproduzem a apropriação do espaço do poder político no legislativo estadual, transformando-o em um bem patrimonial passível de ser transferido hereditariamente.

Toda pesquisa é sempre um ponto de partida, a senda de um vir a ser, uma longa estrada. Sua natureza é inconclusiva, sua conclusão é sempre relativa. Contudo, em nada tais considerações pretendem reduzir a importância e contribuição dos trabalhos que antecederam

e serviram de base para esse estudo; pelo contrário, somente a partir deles foi possível iniciar as perguntas que nortearam esta pesquisa. Pretende-se aqui abrir mais uma vereda, dentre outras já abertas, no estudo sobre a elite política parlamentar piauiense, em especial no âmbito do familismo político tão comum e renitente em nossa história.

## 2 NOTAS METODOLÓGICAS

Os estudos até então realizados sobre a elite política piauiense, cujas famílias políticas são parte integrante, destacam-se por focarem nos aspectos referentes às suas características oligárquicas (SILVA, 1999; ARRAES FILHO, 2000; NETO, 2015) ou na composição do perfil e construção de carreiras dos deputados piauienses (MELLO, 2015; ALVES, 2018). Nesse sentido, buscou-se aqui outra perspectiva analítico-metodológica sobre o familismo político na composição do legislativo piauiense. Objetivou-se, além dos aspectos essencialmente descritivo-analíticos, focar na identificação e possível compreensão do mecanismo causal, analisando os processos delineados pelas famílias políticas com vistas à consecução dos capitais político, social, econômico e simbólico que lhes permite converter o espaço do poder político no legislativo estadual numa espécie de patrimônio passivo, engendrando a manutenção e reprodução da herança política.

A noção de herança política aqui adotada corresponde ao processo de ocupação do espaço do poder político ressignificado como um bem patrimonial passivo, suscetível de ser transferido hereditariamente, gerando um tipo específico de herança, a política. Grill *apud* Patriat (2004, p. 159) designa o termo no plural “heranças políticas”

[...] como resultado de laços de parentesco resultantes de uma descendência ou de casamentos (parentesco por consangüinidade ou aliança) e por vínculos de parentesco político, ou seja, sistema de relações inseridas em uma tradição política ou força política cuja forma e enunciação busca na matriz do parentesco biológico o vocabulário e a forma de ordenar os elos hierárquicos.

Essa herança pode se configurar de dois tipos: a herança direta, cujo herdeiro tem laço de parentesco consanguíneo com o ascendente; e a herança transversal, do tipo que não se assenta apenas na consanguinidade, mas é caracterizada pela família ampliada constituída pela parentela, composta por cônjuges, agregados e afins (genro/nora, sogro/sogra ou cunhado/cunhada). No entanto, repousa igualmente no prestígio, capital político, econômico e social vinculados aos respectivos troncos político-familiares aos quais pertencem.

Por considerar pertinente investigar os fatores que envolvem esse processo, utilizou-se como norteador do trabalho a metodologia de natureza qualitativa. Levando em consideração o fato de que a pesquisa qualitativa tem como escopo o foco em um ou um pequeno grupo de casos, fazendo uso de análise a partir de documentos e materiais históricos, estabelecendo um

controle rigoroso e abrangente de determinado evento ou unidade (KING; KEOHANE; VERBA, 1994).

Nesses termos, seguiu-se um percurso metodológico de investigação deste trabalho que se iniciou com a fundamentação teórica sobre o tema familismo político: manutenção e reprodução da herança política na ALEPI, cujo problema residiu em perquirir como as famílias políticas piauienses se mantêm e se reproduzem na apropriação do espaço do poder político no legislativo estadual, transformando-o em um bem patrimonial passível de ser transferido hereditariamente. Ou seja, o intento foi identificar e compreender o mecanismo causal utilizado pelas famílias políticas dispostas na ALEPI que lhes permite manter ou reproduzir a herança política, o que leva aos questionamentos: como a herança política pode gerar capitais políticos, econômicos, sociais e simbólicos? Como uso dos capitais pode gerar a manutenção ou reprodução da herança política?

Partindo desse pressuposto, a investigação desse fenômeno levou em conta uma série de variáveis explicativas de forma a identificar e compreender como essas variáveis explicam e promovem o êxito da manutenção e reprodução das famílias políticas no legislativo piauiense. Para tanto, foram mobilizadas as seguintes variáveis explicativas: tipos de capital político, econômico, social e simbólico. Como variável dependente, trabalhou-se com a manutenção/reprodução da herança política na Assembleia Legislativa do Piauí.

Considerando a ALEPI o universo de pesquisa, a amostra de dados foi composta pelo conjunto de deputados estaduais eleitos para a Assembleia Legislativa do Estado do Piauí no período de 1986 a 2014. Trata-se de representantes ocupantes de cargos eletivos que sucederam parentes consanguíneos ou por afinidades em suas respectivas cadeiras legislativas no estado do Piauí, que estão – ou estiveram – em efetivo exercício de suas atividades legislativas, no período em análise. Tal escolha do período é justificada pela seguinte razão: o pleito de 1986 foi o último realizado antes da redemocratização e o primeiro com características mais pluripartidárias, pois em meados de 1985 foram criados outros partidos, como o PFL, a partir da cisão com o PDS, a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio daquele ano (FREITAS, 2015). Isso contribuiu como parâmetro para aferir o grau de amplitude, variação, manutenção e reprodução da herança em períodos com diferentes níveis de disputabilidade eleitoral, servindo como um dos referenciais para aferir o mecanismo causal que propicia a manutenção e reprodução da herança política.

A partir desse entendimento, a população foi inicialmente constituída de 66 sujeitos, que corresponde ao número total de herdeiros políticos na ALEPI no período investigado. Porém por questões relacionadas aos recursos da pesquisa como o lastro temporal, o tempo e

acesso à coleta, análise e interpretação dos dados, disponibilidade e dificuldade de acesso aos dados diversos, (vide dificuldades metodológicas) a amostra foi reduzida a 33 sujeitos, o que corresponde a 50% da amostra inicialmente planejada. É intrínseco à natureza da pesquisa qualitativa seu caráter flexível, que varia ou altera sua relação de observação com o objeto à medida que a pesquisa evolui, exigindo conformações compatíveis ao estudo a fim de torná-lo exequível.

O critério para definição e redução da amostra se deu, principalmente, pela indisponibilidade dos dados que contemplam o lastro temporal da pesquisa. Nesse caso, fez-se a opção por herdeiros cuja permanência na ALEPI abrange todo escopo temporal pesquisado, já anteriormente classificados como consolidados. Os herdeiros que se enquadram no requisito de permanência dos 4 (quatro) pleitos<sup>2</sup>, mas que não foram considerados na análise dos dados, são casos inclusos no recorte temporal, mas seus dados não estavam disponíveis.

Como background teórico, a perquirição aqui proposta se inseriu basicamente no escopo do estudo das elites e nas relações entre família e política. Nessa perspectiva, Codato (2015) classifica três métodos que possibilitam estabelecer os padrões de análise para identificação de elites, a saber: o Método Posicional; o Método Decisional e o Método Reputacional<sup>3</sup>. Por questões de direcionamento metodológico fez-se uso do método posicional, reconhecido por ter introduzido uma abordagem epistemológica que privilegia como estão posicionados formalmente, i.e., institucionalmente, os indivíduos ou grupos no seio das diversas organizações estratégicas da sociedade, tais como: parlamentos, empresas, partidos políticos, organizações militares etc. (MILLS, 1968).

O método posicional se ocupa em determinar quem é a elite, tomando por base os “indivíduos ou grupos que preenchem posições formais de mando em uma comunidade” (CODATO, 2015, p. 20), que exercem influência na cadeia decisória. Nesse sentido, tais posições são alicerçadas institucionalmente e permitem o acesso a recursos estratégicos que propiciam o controle hierárquico das principais organizações da sociedade moderna. Esse método se adequa ao estudo das famílias políticas que se apropriam do espaço do poder legislativo piauiense, na medida em que possibilita saber se há uma conexão entre os membros (herdeiros) dessa elite; quais tipos de recursos políticos, sociais, econômicos

---

<sup>2</sup> Consideram-se quatro o número de pleitos que caracterizam um herdeiro consolidado, pois refletem o período de tempo de transição geracional, convencionalmente usado.

<sup>3</sup> O método decisional corresponde ao conjunto de pessoas com poder de tomar decisões ou influenciar decisões importantes e estratégicas no seio de uma comunidade, consideradas pessoas com poder e nem sempre correspondem às pessoas que ocupam as posições de comando formalmente designadas. Já o método reputacional parte da análise dos agentes mais influentes na cadeia decisória e na ocupação das posições de comando, tomando por base seu prestígio e reconhecimento social, sua reputação (CODATO, 2015).

conferem poder a esses indivíduos; e, por fim, o controle de tais recursos que caracterizam e definem “o tipo de pessoa de elite”. Assim, nossa unidade de análise se constituirá na ocupação das posições formais de comando no seio das organizações (partidos políticos, secretarias de 1º escalão) nas quais estiveram ou estão dispostos os herdeiros políticos, seus ascendentes e/ou parentes por consanguinidade ou por afinidade.

A partir desse método, foi possível relacionar a detenção dos capitais no contexto da competição política que possibilitam a manutenção e reprodução da herança política na ALEPI.

O procedimento metodológico para a consecução deste trabalho se constituiu inicialmente na identificação e classificação das unidades de análise que se constituem de herdeiros e não herdeiros. São considerados herdeiros políticos aqueles que sucederam ascendentes, parentes consanguíneos ou por afinidade, em suas respectivas cadeiras legislativas ou aqueles que usufruíram dos capitais vinculados às respectivas famílias as quais pertencem. A classificação se deu de três tipos: os herdeiros consolidados, os emergentes e os neófitos. Consolidados são os herdeiros que mantêm a herança por mais de 4 (quatro) pleitos, mas que ainda não promoveram sua reprodução, ou seja, não repassaram a herança para uma terceira geração. Os emergentes são aqueles que são frutos de uma reprodução cuja duração se dá a partir de 2 (dois) pleitos. Os neófitos são os resultantes de reprodução ainda em primeiro mandato, mesmo que vinculados a herdeiros emergentes e/ou consolidados. Já os não herdeiros são aqueles que não possuem vínculo com as famílias políticas dispostas na ALEPI.

Posteriormente deu-se a verificação e análise da composição das posições formais de comando no seio dos partidos aos quais pertencem os herdeiros políticos da ALEPI, como também na ocupação ou detenção de cargos de 1º escalão nas esferas dos poderes executivos estadual e/ou municipal. Consideram-se posições formais de comando aquelas com poderes de decisão ou aquelas dotadas de poder – aqui entendido no sentido da capacidade de exercer a influência sobre os processos políticos –, direcionando o cumprimento da agenda partidária, caracterizada nas funções de presidência estadual/municipal; vice-presidência; direção executiva, diretorias diversas e líderes de bancada no legislativo. Nas esferas dos poderes executivos, as posições de comando se inserem no contexto da chefia do executivo estadual e/ou municipal e/ou das secretarias de 1º escalão.

O cruzamento entre os dados relativos à composição dessas posições formais de comando com a manutenção e reprodução da herança política no legislativo piauiense permitiu inferir que há correlação entre as variáveis aqui estabelecidas: assumir posições

formais de comando na esfera partidária e dos poderes executivos estadual e/ou municipal possibilitam a reprodução da elite parlamentar por meio da herança política.

Para maior apreensão das observações sobre o estudo em tela, tomamos como complemento a análise documental que possibilita ao pesquisador aglutinar um conjunto de dados e informações que, confrontados com as hipóteses estabelecidas, com as variáveis explicativas em relação às variáveis dependentes e com os resultados da investigação, propiciará um retrato mais aproximado possível da realidade observada, pois o documento permite um “corte longitudinal que favorece a observação do processo de maturação ou de evolução dos indivíduos, grupos, conceitos, comportamentos, mentalidades, práticas etc., bem como de sua gênese até os nossos dias” (CELLAR, 2014, p. 295). Fizeram parte da pesquisa documental os relatórios da Justiça Eleitoral; Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí; atas das composições dos diretórios dos partidos e demais fontes de informações, como sites da internet e periódicos do período em estudo.

Portanto, o uso da análise documental como técnica de tratamento analítico de dados permitiu ao pesquisador obter determinadas nuances que propiciaram uma apreensão mais ampla do contexto em que se insere seu objeto de pesquisa, nesse caso específico, o fenômeno da manutenção e reprodução da herança política por meio do uso dos capitais político, social, econômico e simbólico.

Partindo desse quadro, foram analisadas as planilhas eleitorais do TSE que dispõem sobre o resultado das eleições que compõem o período estudado; a votação nominal dos herdeiros; suas declarações de bens; as atas de composição dos diretórios partidários; as receitas provenientes de doações para as campanhas. Além de periódicos, artigos em sítios eletrônicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado que tratam diretamente ou periféricamente do objeto da pesquisa.

Além disso, fez-se o cruzamento dos dados referentes à votação nominal, receitas de campanha, ocupação de cargos nos partidos e secretarias de primeiro escalão por parte de herdeiros e/ou parentes e o resultado eleitoral decorrente disso. Fez-se também o paralelo entre o uso dos capitais por parte de candidatos não herdeiros e não eleitos dos partidos que dispõem de herdeiros eleitos em seus quadros.

#### **a. Dificuldades operacionais**

Estudar as Famílias Políticas no Piauí com foco na manutenção e reprodução da herança política esbarra em uma série de dificuldades tanto de cunho teórico – são poucos os

trabalhos que enveredam por esta seara, e as bibliografias e estudos genealógicos ainda são esparsos por essas plagas –, quanto de cunho metodológico, no que concerne a acesso aos dados. Por esse ângulo, traçar o caminho dessa herança sem cair nas armadilhas empíricas que circundam o tema e desvinculando-a, a priori, do conjunto de bens espirituais, obras ou ideias deixadas pelas gerações anteriores, comumente conhecidas como legado, exigiu a busca de outras evidências cujo fito era identificar a herança política como um tipo peculiar de herança, em virtude da natureza intrínseca procedimental envolvida no processo de transmissão.

Diferente dos bens estritamente patrimoniais – amparados por lei no legítimo direito de propriedade e, por isso, tem o herdeiro o gozo de fato e de direito da sucessão –, a herança política, por pressuposto, carece de outros meios de legitimidade alheios aos agentes do processo hereditário. A manutenção e reprodução da herança não se restringem exclusivamente ao direito que o herdeiro tem no processo sucessório; prescinde do uso de diversos recursos estratégicos como mecanismo de viabilização de concretização da sucessão. Tais mecanismos não estão inteiramente dispostos com exclusividade nas mãos das famílias políticas, visto que o sucesso da reprodução perpassa o escrutínio dos eleitores a partir do exercício do voto, empreendendo a necessidade dos herdeiros políticos de participar da competição na arena política.

Contudo, isso não implica dizer que não seja possível a apropriação patrimonial do espaço do poder político, em particular na ALEPI, comutando-o em uma espécie de patrimônio passivo e, portanto, capaz de ser transmitido hereditariamente. Reside na busca da apreensão desses recursos estratégicos por parte das famílias políticas a razão inquiridora deste trabalho, do que dispõem e como dispõem as famílias políticas de tais recursos que as permitem manterem e reproduzirem por gerações a herança política, salientando que se trata da apropriação de espaços de poder que têm por definição o caráter de ser públicos.

O caminho aqui escolhido consistirá na busca de evidências de nexos causal entre a ocupação formal em cargos nas esferas institucionais de poder e a utilização do uso de recursos estratégicos de capitais políticos, simbólicos e socioeconômicos que permitem às famílias políticas lograrem êxito na competição eleitoral e, assim, promoverem a manutenção e reprodução da herança política.

Outro ponto acerca das dificuldades metodológicas da pesquisa reside no aspecto difuso, pulverizado, disperso e volátil que caracteriza o voto para deputado estadual. É possível verificar uma alteração significativa nos votos nominais entre um pleito e outro para determinados herdeiros, motivado por diversos fatores. Dentre os quais destacamos a possível perda de capital político do tronco político-familiar; o arejamento da competição eleitoral

através da inserção de novos atores em disputa, que por sua vez possibilita a alteração das lideranças políticas locais.

No que tange a dificuldades na coleta de dados, é importante citar também a disposição dos bancos de dados como um dos grandes desafios dessa pesquisa. Em virtude do amplo lastro temporal decorrido referente ao tempo recortado na investigação deste trabalho houve também a não disponibilidade no TRE de dados correspondentes desse período, posto que os dados no sítio eletrônico do Tribunal para acesso só se tornaram possíveis a partir do pleito de 1994. Além disso, as informações não se encontravam dispostas de forma padronizadas, havendo alteração de variáveis nas planilhas disponíveis para consulta pública no sítio do TRE ou não existiam informações disponíveis na cobertura do lastro temporal da pesquisa.

Os dados sobre as contas eleitorais (receitas/despesas) que neste estudo se restringirão às doações/receitas só ficaram disponíveis a partir do ano de 2002. Já os dados referentes aos votos nominais por município estiveram somente a partir de 1994; os dados referentes aos Partidos Políticos só foram possíveis a partir de 2007, e com significativa defasagem de informações, o que demandou a busca pelas informações diretamente nos arquivos físicos do TRE/PI, nos quais foi possível acessar as atas dos diretórios dos partidos que correspondem ao recorte temporal da pesquisa, no intuito de identificar na composição dos diretórios os herdeiros nas posições de comando ou posições com capacidade de exercer influência nos processos decisórios dos respectivos partidos. Assim, a análise se restringirá à observação da composição do diretório e não ao conteúdo das atas.

Com relação às contas eleitorais o acesso aos anos anteriores a 2002 se tornou inviável, ou por razões técnicas – o acesso dependia diretamente do auxílio de um funcionário do Tribunal, o que nem sempre era possível –, ou por razões de ordem burocrática. O mesmo empecilho também travou o acesso aos votos nominais por município anteriores a 1994. Nesse sentido, buscou-se delimitar o tamanho do universo amostral aos herdeiros que tinham maior volume de dados disponíveis, contemplados no escopo temporal da investigação e que tornaram possível a exequibilidade da pesquisa, levando-se em consideração que uma pesquisa retrata uma parcela da realidade e não tem a pretensão de abarcar todas as nuances que circundam o fenômeno investigado. Nesses termos, ao adotar a presente abordagem, este trabalho procurou evidenciar uma aproximação o quanto possível da realidade, buscando contribuir para a construção de conhecimentos sobre o estudo em voga.

### 3 A PERSPECTIVA TEÓRICA DA HERANÇA POLÍTICA

Neste capítulo serão apresentadas as variáveis básicas que nortearam a verificação da evidência empírica do mecanismo causal que propicia a incidência da manutenção e reprodução da herança política na ALEPI. Nessa perspectiva, o mecanismo causal difere da relação causal no ponto em que o primeiro prima pela observação dos processos sociais que culminam ou podem culminar na ocorrência de determinado fenômeno, ou melhor, “[...] a explicação por mecanismos procura identificar o elo entre *inputs* e *outputs*, ou seja, entre variáveis independentes e dependentes” (FIGUEIREDO FILHO; ROCHA *et al.*, 2013, p. 23). Já a relação causal se baseia na correlação direta entre variáveis dependentes e variáveis independentes, ou, em outras palavras, parte da observação da associação entre causa e efeito (*X* causa, ou pode causar, *Y*), sistematizados por atributos e valores que sofrem alterações em decorrência de suas correlações, fornecendo distinções lógicas e empíricas entre ambos (KING; KEOHANE; VERBA, 1994). Por se tratar de um fenômeno multivariado, envolvendo um conjunto de fatores, as variáveis explicativas em torno da manutenção e reprodução da herança política se tornam operacionalizadas à luz da observação dos mecanismos causais que a possibilitam.

Nesse diapasão, é importante frisar que a observação científica de determinados processos políticos, sociais, culturais, econômicos em dada sociedade é balizada fundamentalmente por dois fatores: o uso de métodos e técnicas que permite a apreensão dos fatos para além do senso comum; e a ancoragem em um cabedal teórico referenciada em estudos anteriores que alicerçam a observação e as análises do objeto estudado.

#### 3.1 Conceituando variáveis básicas

As variáveis que compuseram a investigação sobre a herança política são tipos ideais que, como estruturas construídas intelectualmente, não representam de fato a realidade em si, mas visam, na medida do possível, a uma abstração da realidade, tornando-a suscetível de compreensibilidade (WEBER, 2001). Elas constituem o corpus teórico que emoldura o estudo no escopo de uma dada corrente de pensamento. Portanto, as variáveis explicativas objetivam situar e orientar teoricamente o processo de identificação e compreensão do mecanismo causal utilizado pelas famílias políticas dispostas na ALEPI que lhes permite lograr êxito na manutenção ou reprodução da herança política. Tais variáveis se constituem em herança

política, famílias políticas, familismo político, elite política, capital social, capital político, capital econômico, capital simbólico.

A observação da herança política no legislativo estadual piauiense requer um esforço teórico-metodológico transdisciplinar, contudo não será objeto deste trabalho essa discussão epistemológica, o que força a delimitar-se a observação do problema de pesquisa em tela numa tentativa de um breve diálogo entre a Ciência Política e a Sociologia, mesmo diante da certeza dos riscos de reducionismo que tal proposta oferece. Os estudos das elites na Ciência Política, no Brasil, apesar de numerosos e de excelente qualidade técnica e científica, permanecem ainda em uma região “periférica” no rol dos estudos e pesquisas. Entretanto isso decorre muito mais de uma questão paradigmática, no sentido khuniano (KHUN, 1975) do termo, do que de relevância, sugerindo a enorme contribuição que o estudo das elites e da relação entre família e poder pode dar à análise das instituições políticas e dos agentes que a compõem.

O fenômeno da herança política interage com vários campos, contudo é o campo político seu lócus de reificação, ou seja, o espaço em que se objetiva. O termo “campo” é empregado na perspectiva de Bourdieu (2011, p. 195), na medida em que

[...] é um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrara um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular. É isso o que está contido na noção de autonomia: um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social. Autônomo, segundo a etimologia, significa que tem sua própria lei, seu próprio *nomos* [...].

O campo político se insere como um campo de natureza específica, cujos significados são restritos aos que dele participam, promovendo a separação entre os “profissionais e os profanos”, isto é, entre os que operam legitimamente no campo e os que se situam fora dele. Nesse sentido, opera-se um conjunto de ações cujo sentido só se ratifica em função do próprio campo, tornando esse “microcosmo separado do resto do mundo”, cujo acesso exige determinadas condições sociais, as quais os herdeiros políticos já possuem (BOURDIEU, 2011). Nessa acepção, o campo político é aquele em que diversos agentes disputam entre si espaços de poder a partir de uma dupla seleção. A primeira é intrapartidária, ocorre no interior do partido, numa arena política restrita e é legitimada pelos votos dos delegados nas respectivas convenções. A segunda ocorre numa arena política mais ampla, em um nível de competição intra e extrapartidária, que será legitimada pela seleção dos eleitores através do

voto sufragado. Partindo desse pressuposto, justifica-se a necessidade, por parte dos agentes em disputa, principalmente os herdeiros políticos, da consecução do uso dos capitais com vistas à manutenção e reprodução da herança política na ALEPI.

O estudo do familismo político no Piauí, e em especial na ALEPI, requer o uso de uma quantidade significativa de variáveis, muitas com notável grau de dificuldade de controle, id est, a operacionalização de variáveis qualitativamente intangíveis como capital social e capital simbólico trazem em essência uma dificuldade visível empiricamente. O intuito é compreender o mecanismo causal entre o uso conjugado dos capitais e a manutenção/reprodução da herança política na ALEPI. Por familismo político compreende-se o processo reiterado de ocupação de espaços de poder nas diversas instituições estatais (políticas, jurídicas, administrativas) por agentes oriundos dos troncos político-familiares do Piauí. É um típico arranjo institucional do subsistema político piauiense que dá capacidade às famílias políticas de acesso a recursos estratégicos de poder e de distinção, habilitando-as à apropriação patrimonial do espaço do poder político.

Assim, os capitais estão dispostos aqui de forma separada, mas somente para fins teórico-metodológicos. A natureza de suas inter-relações não é estanque e o seu uso conjugado reflete a essência dialética própria de suas interações. Cada capital, aqui caracterizado como todo recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social, se insere no outro e é esse imbricamento que permite ou não seu uso conjugado.

### 3.1.1 Categorizando herança política

O sentido aqui dado à herança política se afasta do termo oligarquia tanto no sentido metodológico quanto terminológico. Metodologicamente porque envolve a compreensão do mecanismo causal que permite às famílias políticas manterem ou reproduzirem sua herança na ALEPI, num cenário de relevante competição eleitoral. No sentido terminológico porque se distancia do seu conceito clássico, em que apenas um pequeno grupo exerce o poder, posto que no pluralismo democrático repousa a possibilidade de alternância de poder, inclusive com atores e grupos de diversos matizes sociais.

Assim, a ideia de herança política diz respeito ao processo de ocupação do espaço do poder político transmutado como um bem patrimonial passivo, capaz de ser transferido hereditariamente, repousando nos recursos estratégicos de poder pertencentes às respectivas famílias nas quais estão inseridos os herdeiros.

Comumente, no estudo do familismo político piauiense, o conceito de oligarquia utilizado é o micheliano (SILVA, 1999; ARRAES FILHO, 2000; ALVES, 2018), cujo sentido centra-se na ideia da apropriação dos espaços de poder por pequenos grupos contrários a controles democráticos ou meritocráticos (COUTO, 2012). Entretanto, entende-se que aqui se efetiva mais uma tendência à oligarquização em função, fundamentalmente, de dois fatores: o processo de organização que sempre norteou os passos das famílias políticas piauienses, evidenciado na capacidade de aquisição e conjugação de capitais; e o elevado nível de emulação na arena política. Assim, a oligarquização está muito mais vinculada ao acesso, operacionalização, utilização e organização dos recursos de poder do que seu controle hegemônico efetivo.

No entanto, mas não de forma comum, reiterada e mais em função de interesses simétricos no campo político, grupos opositores se unem em prol de seus interesses específicos. Foi assim nas eleições de 1986, quando subiram no mesmo palanque Alberto Silva e Lucídio Portela, notórios adversários políticos, contra o candidato do então governador e candidato ao Senado Hugo Napoleão do Rego Neto, que lançara seu primo Antônio de Almendra Freitas Neto candidato ao governo do Estado, fato que só durou o referido pleito. O caso tornou a se repetir somente vinte anos depois, em 2006, quando uniram forças os adversários Mão Santa e Hugo Napoleão [...](SILVA, 1999; EPITÁCIO; RESENDE, 2015).

Falar de oligarquia no período da redemocratização e posteriormente na terceira república<sup>4</sup>, termo aqui emprestado de Abranches (2018), se torna tarefa difícil em função de diversos fatores que possibilitam a entrada de novos agentes no campo político. No sentido de que, apesar de algumas características comuns no cerne do fenômeno da herança política com a oligarquia, como a predominância de pequenos grupos no domínio do poder político, a possibilidade de transferência hereditária; a homogeneidade dos grupos quanto a seus atributos adstritos e adquiridos e o nível de acesso aos capitais; o caso em tela não se configura como tal em substância.

Percebe-se que há uma intensa competição eleitoral entre os diversos grupos e famílias. Algumas disputam inclusive o mesmo contingente geográfico eleitoral, e, mesmo fruindo de equiparado padrão de capitais, nem todos logram êxito. E, até então, não se evidenciou, de forma empírica, normativa ou metodológica, indícios de que haja algum tipo

---

<sup>4</sup> Período compreendido pela redemocratização, pós-regime militar. ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de Coalizão: raízes do modelo político brasileiro*. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018; p. 16.

de cooperação entre as famílias políticas, objeto deste trabalho, quanto à manutenção e reprodução recíproca de suas heranças políticas.

Nesse aspecto, uma teoria que propicia a análise da importância da competição eleitoral e o arejamento do campo político com a entrada de novos agentes é a teoria do pluralismo e elitismo democrático que ressalta a importância do pluralismo democrático procedimental como possível instrumento de controle contra-hegemônico, ou seja, a competição “aberta” na arena política entre os agentes dos diversos grupos permite a possibilidade do êxito de *outsiders* e que, por sua vez, pode impedir que determinado grupo se torne hegemônico politicamente.

Entretanto, apesar da intensa competição eleitoral, percebe-se que permanece ainda, com considerável relevo, a força dos capitais das famílias políticas quanto ao favorecimento dos seus representantes em acessar e ocupar as posições formais de comando nas diversas instituições que compõem o Estado. Sinteticamente, *en passant*, pode-se elencar alguns casos ilustrativos desse fenômeno: no Tribunal de Contas do Estado (TCE), onde, dos atuais sete conselheiros titulares, 5 são oriundos da ALEPI; destes, 4 são herdeiros políticos: Luciano Nunes Santos tomou posse no Tribunal de Contas do Estado do Piauí em 14 de abril de 1994, por indicação da Assembleia Legislativa do Estado, tendo ocupado a Vice-Presidência no biênio 1995/1996 e a Presidência no biênio 2005-2006; Joaquim Kennedy Nogueira Barros tomou posse no dia 2 de agosto de 2002 no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado por indicação da ALEPI; Olavo Rebelo de Carvalho Filho, indicado em 2007, alçado através da vaga do Poder Executivo, é o atual presidente; Lílian de Almeida Veloso Nunes Martins, indicada em 2012 pelo Poder Legislativo estadual quando seu marido, Wilson Martins, ocupava o governo do Estado, assumiu a vaga de Xavier Neto, morto em acidente aéreo naquele ano, indicação judicializada e posteriormente ratificada; Kleber Dantas Eulálio tomou posse como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Piauí em 15 de junho de 2015 por indicação da Assembleia Legislativa, quando exercia o mandato de Prefeito do município de Picos e elegeu em 2014 o filho Severo Maria Eulálio Neto para a ALEPI (BARROS, 2007; PIAUÍ, 2017b; TCE, 2018).

O familismo também se fez notar em outras instituições, como a Universidade Federal do Piauí (UFPI), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), a Academia Piauiense de Letras (APL) e o Tribunal de Justiça (TJ). Na UFPI, reitores eram membros das famílias políticas ou agregados a essas, tendo ocorrido inclusive um caso de sucessão hereditária, a exemplo de José Camillo da Silveira Filho e Charles Carvalho Camilo da Silveira; no IFPI, é possível encontrar a presença de membros de algumas famílias

políticas que ocuparam ou ocupam cargos de gestão; na APL, filhos “sentam” em cadeiras cujos nomes são de seus ascendentes; no TJ-PI, o caso mais emblemático é o do Desembargador Francisco Antonio Paes Landim, irmão do deputado federal José Francisco Paes Landim (PIAUÍ, 2017a; PIAUÍ, 2018; APL, 2018; SOUZA, 2010).

Desde a Primeira República sempre foi intensa e acirrada a competição eleitoral no seio da elite política piauiense, contudo houve um período em que os interesses de um grupo político familiar específico dominaram a arena política e os espaços do poder político no Estado. Porém isso não se deu de forma hegemônica, pois havia certa disputabilidade entre as famílias políticas (SILVA, 1999).

Como característica das elites, as famílias políticas sempre tiveram acesso aos diversos recursos estratégicos de poder convertidos em capital econômico, político, social e simbólico. Nesse sentido, sempre foi muito mais favorável às famílias políticas se reproduzirem no espaço do poder político. O que se busca entender é como esse processo se efetiva, levando em consideração que existem famílias que ocupam os espaços de poder há mais de cem anos. Para tanto, é fundamental investigar como o uso dos capitais favorecem esse fenômeno, mesmo num cenário de significativa disputabilidade eleitoral.

### 3.1.2 Os capitais

Para Bourdieu (1989) o espaço social é eminentemente um espaço de lutas, cujos agentes adotam diversas estratégias no sentido de manter ou ampliar seus espaços no seio da estrutura social. Tais espaços assumem atributos de papéis e status socialmente institucionalizados. Nessa perspectiva, reside a ideia de que a disposição dessas estratégias envolve o uso de diferentes tipos de capitais que, apesar de se apresentarem “disponíveis” ao conjunto dos agentes em dada sociedade, terminam por se constituírem em “estratégias de distinção”, determinando o acesso desigual aos referidos capitais.

Os capitais são aqui utilizados como variáveis explicativas para compreensão do processo de manutenção e reprodução da herança política e constitui-se naquilo que Bourdieu (1989) denomina “estratégias de distinção”, na medida em que promovem a diferença – mesmo que tal distinção não se apresente de forma intencional – entre os agentes dotados de capitais daqueles que são desprovidos dos mesmos. A noção de capital perpassa a clássica utilizada por Marx, mas vai além do acúmulo de bens materiais e riqueza, assume uma condição mais ampla e abrange a economia simbólica entre os agentes, pois compreende o capital cultural, o capital social e o habitus (PORTES, 2000). Nesse sentido, a hipótese central

que orienta este trabalho repousa no postulado de que é o uso conjugado dos capitais – político, social, econômico e simbólico – que permite às famílias políticas a apropriação patrimonial do poder político na ALEPI, comutando-o em herança política.

Sociologicamente os grupos sociais tendem à reprodução, é condição básica de sua existência e faz parte dessa reprodução o conjunto de mecanismos diversos utilizados pelos grupos sociais com o intuito de garantir sua efetividade. Em função da própria dinâmica das transformações sociais temporais, os agentes em cada grupo social se apropriam de variados recursos concomitantes à sua conjuntura econômica, política e social. À medida que as sociedades se tornam cada vez mais complexas, mais recursos passam a ser exigidos dos agentes, com vistas à reprodução dos seus respectivos grupos sociais. Nas hodiernas sociedades tais recursos foram convertidos em diversos tipos de capitais, cujo fito era a garantia da preservação do status, papéis e posições hierárquicas dos grupos sociais dominantes. Na literatura clássica da teoria das elites tais grupos passaram a ser denominados de classe dirigente. Essa classe constituía a elite do poder em cada sociedade, a qual adquiria contornos específicos galgados em posições privilegiadas de acesso aos recursos estratégicos de poder que convertidos em diversos capitais garantiam a reprodução e a circulação da classe dirigente no exercício do poder. Esses capitais diversos serão aqui classificados como capital social, capital político, capital econômico e capital simbólico (CATANI *et al.*, 2017).

Em sociedades cujo sistema político é regido de forma democrática, ratificada através do voto sufragado, a elite política necessita então reconverter os capitais à luz das regras do jogo democrático, em função da intensa competição inerente ao próprio jogo do campo político. Assim, o foco é buscar compreender como as famílias políticas, em especial aquelas que compõem a elite parlamentar estadual, reconverteram os capitais no intuito de possibilitar a sua reprodução no legislativo estadual ao ponto de torná-lo uma espécie de patrimônio passivo, comutando-o em herança política.

### 3.1.3 Capital político

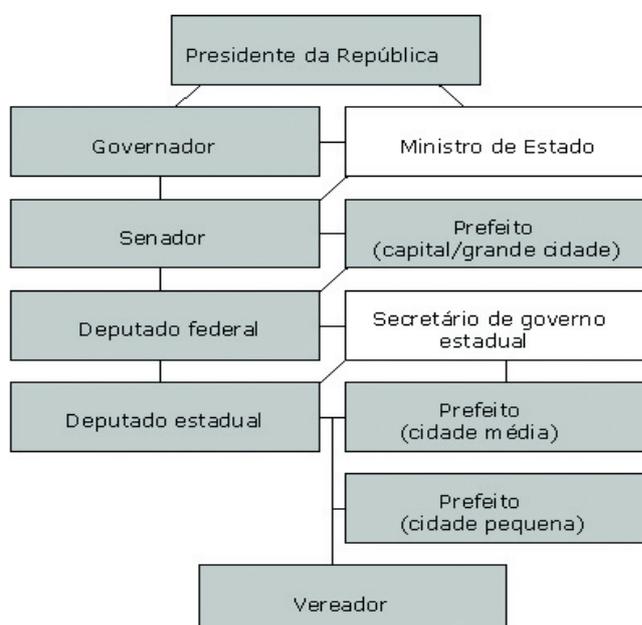
Os capitais social, político e simbólico residem no contexto em que Bourdieu (1989, p.9) define como poder simbólico, que pode ser entendido como sendo o “[...] poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que exercem”, é um poder baseado num processo gnosiológico de apreensão do mundo, no seu sentido mais imediato. No campo político o poder simbólico é importante para a construção de carreiras políticas, pois permite o reconhecimento, por parte

daqueles que estão fora deste campo – os eleitores –, dos agentes mais “aptos” a comporem os espaços destinados a tal campo. Decorre desse fato a necessidade do uso dos capitais acima mencionados para a manutenção e reprodução da herança política.

Tais capitais se referem àqueles que não compõem o capital econômico e que, em grande parte, constituem característica intangível, mas podendo ser reconvertidos em tangibilidade quando assumem posições formais institucionais estruturadas nas engrenagens do Estado em seus diferentes níveis. Há uma interação entre carreira política e capital político, na medida em que é necessária a aquisição de capital para ascender na carreira e, por conseguinte, fundamental para ocupação de espaço nas posições de comandos nas sinecuras do Estado; além de também oportunizar aos herdeiros a possibilidade de compor alianças com as diversas lideranças em nível local e regional.

Ocupar cargos propicia também visibilidade, acesso à mídia – que é uma das fontes de capital político – e acesso aos demais capitais. Assim, o capital político se converte em um dos vértices principais de fonte de manutenção e reprodução da herança política na ALEPI. Em artigo que analisa as relações entre capital político e carreira eleitoral, Luís Felipe Miguel (2003) estabelece um diagrama que esboça a estrutura da carreira política no Brasil, conforme abaixo:

Diagrama 1 – Estrutura da carreira política no Brasil



Fonte: Miguel (2003).

Nota: As caixas em cinza indicam cargos escolhidos pelo voto popular.

Uma parte considerável dos herdeiros políticos na ALEPI, particularmente os neófitos – herdeiros em primeira legislatura –, não segue estritamente a hierarquia disposta no diagrama acima. São poucos os que herdaram suas cadeiras legislativas a partir da ocupação de cargos anterior à sua primeira legislatura. Os cargos aqui considerados são aqueles dispostos nas esferas públicas de caráter administrativo (secretarias, coordenações, direções) ou eletivo (legislativo ou executivo). Os neófitos são os herdeiros que ingressaram no campo político do legislativo a partir de 2010, representando o processo de reprodução da herança.

De modo mais específico, ou melhor, numericamente falando, dentre os 13 (treze) neófitos que ingressaram na ALEPI a partir de 2010, 7 (sete), o equivalente a 54%, não havia ocupado cargos na esfera do executivo de caráter eletivo ou administrativo. Estes geralmente acessam outros cargos após assumirem sua cadeira herdada no legislativo estadual, com o fito de amplificar seu próprio capital político. Entretanto, mesmo àqueles que herdaram suas cadeiras anteriormente ao pleito citado, que hoje integram o quadro das heranças consolidadas, também são em número significativo os que não exerceram algum cargo anterior à primeira legislatura. Mesmo assim, a construção do seu capital político próprio perpassa pela ocupação de cargos e o fato de queimar certas etapas não exclui a manutenção da estrutura proposta por Miguel (2003). Somente a partir de uma construção da carreira é permitido ao herdeiro o corte umbilical político com o ascendente, algo raro e que depende da capacidade do sucessor de conjugar os capitais<sup>5</sup>.

De acordo com Miguel (2003), Bourdieu não desenvolveu uma classificação explícita do capital político e nem uma possível classificação. Segundo ele, esse capital assumiria três variações: 1. o capital delegado, que deriva da ocupação de cargos que concede visibilidade, redes de contatos com lideranças políticas locais e regionais; 2. o capital conjugado ou de notoriedade, que deriva do prévio conhecimento – “fama” – do agente em outros campos (esporte, arte, mídia etc.); e o capital heroico, derivado do *background* do agente, seu capital pessoal, seu magnetismo pessoal, aquilo que Weber (1985) nomeou de carisma. O capital político dos herdeiros deriva de duas das três variações supracitadas: o capital político delegado e o capital político heroico.

---

<sup>5</sup> Para ilustrar empiricamente essa assertiva, é importante narrar um acontecimento inusitado. Ao visitar o gabinete de um herdeiro na ALEPI, em busca de informação documental, o pesquisador depara-se com o ascendente – recém “aposentado” da política – sentado em sua antiga cadeira e ainda recebendo o tratamento de deputado. Deve-se sublinhar o simbolismo que subjaz essa cena e enfatizar que não é uma prerrogativa somente desse herdeiro em particular, mas é recorrente entre os neófitos a forte presença e influência do ascendente em vários aspectos. Em outras palavras, o neófito herdou o espaço, mas ainda não detém “a cadeira” de fato.

Para fins de compreensão do mecanismo causal que fundamenta a herança política, o capital político desses herdeiros será associado ao processo de ocupação das posições formais de comando nas diversas instituições estatais, bem como no legado simbólico deixado pelo ascendente vinculado ao “peso” do sobrenome, que possibilita sua conversão em votos.

#### 3.1.4 Capital social

Uma das principais análises sistemáticas contemporâneas do capital social foi produzida por Pierre Bourdieu (2001), que definiu o conceito como

[...] o conjunto de recursos atuais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento ou inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 2001, p. 67).

Esse conceito envolve imediatamente a compreensão de que para a efetividade do capital social é necessário o conhecimento mútuo entre os agentes e a percepção imediata e introjetada da “exigência” de reciprocidade. Neste último caso reside a utilidade do capital social tão útil à herança política. Vários autores, a exemplo de Loury (1977), Coleman (1988) e Backer (1990), utilizam o termo capital social para diferentes usos e aplicações. Apesar de suas “periféricas” complementaridades, sempre estão relacionadas à sociabilidade ou ao nível de interação entre indivíduos, entre grupos ou entre indivíduos e grupos, tendo como base a família e/ou a interação com a comunidade.

Na Ciência Política o termo ficou popularizado a partir de Putnam (2006), em seu trabalho “Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna”, e serve para parametrizar o nível de envolvimento cívico dos indivíduos em uma determinada comunidade ou nação e o conseqüentemente grau de desenvolvimento econômico decorrente da correlação entre ambos. No entanto, é com Bourdieu que o uso do termo ganha relevo para aplicação no âmbito do estudo da herança política na ALEPI. Seu conceito está mais apropriado ao uso que as famílias políticas fazem do capital social como um dos mecanismos de manutenção e reprodução da herança política. O autor também empresta outras categorias suas que contribuem para a análise aqui proposta, tais como o *habitus* resultante da combinação entre a socialização, a socialização política e o capital cultural dos herdeiros, gerando o capital simbólico.

Como a reciprocidade é essencial na sedimentação do capital social, a sociabilidade se torna uma forma não pecuniária de fonte de poder e influência, caracterizando um tipo de troca peculiar a qual Bourdieu (2007) chama de economia das trocas simbólicas. Em economia, especificamente, o uso do capital social pode impactar no *trade-off*, isto é, nos custos de transação decorrentes do grau de confiança entre os atores envolvidos em um processo de negociação. No campo político, e em especial para a herança política, o uso desse capital é importante no processo de manutenção e reprodução da herança, pois se torna fonte geradora de reciprocidade e lealdades. O termo manutenção se refere aos herdeiros consolidados que ainda não transmitiram sua herança; já a reprodução se refere à herança transmitida a um herdeiro de 3ª geração, ou 3ª linhagem –; a geração é aqui entendida nos casos de heranças diretas, que envolvem herdeiros com laços consanguíneos; a linhagem se refere às heranças transversais, que envolvem herdeiros vinculados à parentela ou parentes por afinidades.

Diferente dos capitais econômico e político, o capital social é intangível, pois repousa nas estruturas das relações sociais. Nesse entendimento, a noção de lealdade que alicerça os arranjos e alianças políticas pode ser estabelecida, inicialmente, a partir do uso efetivo do capital social, sem esquecer a necessidade de reciprocidade e utilidade que norteia tais relações e considerando a relevância que têm os laços de lealdade entre as famílias políticas, seus herdeiros e as lideranças comunitárias sob as quais repousam suas bases eleitorais.

Os laços de lealdade que envolvem as trocas simbólicas associadas ao capital social repousam no seu caráter recíproco. É o tipo de capital social instrumental o que é utilizado pelas famílias políticas como recurso estratégico de manutenção e reprodução da herança. As alianças em suas redes de relações sociais estruturadas institucionalmente, tanto em seu aspecto formal ou informal, se concretizam e se reiteram no fluxo das trocas recíprocas provenientes, que se constituem no principal ativo gerador de confiança entre os agentes ou grupos sociais que compõem a rede. Na linguagem do campo político esses grupos assumem a denominação de correligionários, aliados e cabos eleitorais e constituem a rede que promoverá a reconversão do capital social derivada da manutenção dos laços de lealdade e confiança gerada pela reciprocidade das trocas envolvidas nessa economia simbólica.

Nesse diapasão, o capital social se torna ativo fundamental para a solidificação da carreira política do herdeiro político e, por conseguinte, para a manutenção e reprodução da herança política. Combinado ao capital simbólico, propicia a edificação, no plano semiótico, da distinção essencial que caracterizará politicamente o herdeiro.

### 3.1.5 Capital simbólico

Em Bourdieu (2007), o capital simbólico é o tipo de capital que se distingue substantivamente do capital econômico e empreende o conjunto composto pelo capital político, capital social e capital cultural. Entretanto, para fins essencialmente metodológicos e terminológicos, a noção de capital simbólico aqui adotada corresponde ao composto formado por aglutinação de capital cultural, socialização política e “*libido social*”<sup>6</sup> – que pode ser classificada como a pulsão destinada à sedimentação da habilidade de sociabilidade, frente ao desempenho de papéis e atributos socialmente esperados – que incidirão na formação do *habitus*, ou de um agir específico no interior do respectivo campo. Igor Grill (2004, p. 166) considera a *libido social* como fonte para apreensão da vocação política, esta sendo “[...] o produto do encontro entre disposições, investimentos e coações referentes ao espaço político”, ou seja, a introjeção de certas maneiras de agir apreendidas no seio das famílias dotadas de um “senso prático” próprio dos jogos sociais e de suas respectivas regras e a aceitação e crença do desejo de jogá-las (GRILL, 2004).

O capital cultural, por sua vez, corresponde ao modelo bourdieuano e abrange os títulos escolares e bens culturais. (BOURDIEU, 2007) Já a socialização política é uma extensão da socialização secundária e abarca a entronização de condutas, comportamentos e regras próprias do campo político; é um processo de aprendizagem direcionado, que pavimenta a corporificação do *ethos* político.

É o tipo de capital que não pode ser transmitido, mas introjetado a partir das trocas da economia simbólica que são comuns ao campo político e, conseqüentemente, às famílias políticas piauienses. Trata-se da inserção do futuro herdeiro num ambiente de educação política contínua, ao ponto de converter seu comportamento e atitudes em um conjunto de ações atitudinais socialmente estruturadas. “Diz respeito aos mecanismos microsociológicos de formação das categorias individuais e coletivas da ação social” (PONTES, 2011, p. 4). Ou seja, a maioria dos herdeiros políticos é, desde tenra idade, “convidada” a participar dos jogos relacionais, das redes de contatos, dos círculos do poder, da teia simbólica que envolve o campo político.

Nesse sentido, ainda em sua socialização primária, o pequeno e futuro herdeiro passa pelo ritual de iniciação através do mimetismo, da assimilação de papéis e daquilo que se

---

<sup>6</sup> “[...] um conjunto de forças que age sobre o sujeito em todos os períodos de seu desenvolvimento e que auxilia na aquisição de elementos necessários para a formação do *habitus*, tanto num sentido da experiência individual quanto da esfera coletiva, compartilhada” (PONTES, 2011, p. 5).

configuraria em sua herança cultural. Seu *habitus* se formava em torno da absorção de condutas, comportamentos reiterados, que culminam na introjeção de papéis e na composição de sua identidade com o ambiente do campo político, levando em conta que suas relações familiares sempre se deram em torno desse ambiente. Tal capital simbólico se conjugaria ao capital social que já dispunha o herdeiro em função da construção das relações cultivadas pela família e do grau de confiança edificado ao longo do trajeto exitoso do tronco político-familiar ao qual está inserido, frente aos seus correligionários, amigos e eleitores.

O termo socialização política é aqui classificado como empréstimo do termo socialização utilizado pela sociologia, cujo sentido é dado por Berger (2004) como sendo o processo de inserção do indivíduo em determinada sociedade, tornando-o apto a partilhar de suas práticas, normas, sanções e instituições como a linguagem, a religião e a família. Isto é, tornando-o membro da sociedade. Por esse ângulo, a socialização política é uma variante da socialização, porém ambas ocorrem de forma concomitante e permeiam o macrocosmo dos herdeiros políticos. É o processo que permite ao herdeiro político assimilar práticas, atitudes, regras e visões de mundo que o possibilitam acessar o campo político. Desse processo deriva o que constituirá o capital simbólico, pois reside nele a possibilidade de distinção entre os diversos candidatos a herdeiros políticos dentro de determinada família política e, posteriormente, é o que contribuirá para a manutenção e reprodução da herança política junto ao escrutínio dos eleitores.

Entretanto, nem todo membro de família política está “naturalmente habilitado” a ser o sucessor da herança política, ser o escolhido. Assim como nenhum indivíduo é cem por cento socializado em uma dada sociedade, os membros de um determinado clã político também não absorvem em sua completude todas as nuances que envolvem o *corpus* de condutas necessárias que os tornem aptos a serem “políticos”. É necessária a absorção e introjeção do *habitus*, que ratifica o membro da família como o legítimo sucessor político. O capital simbólico se assenta no plano imagético, na percepção e absorção de uma imagem refletida a partir de uma avaliação subjetiva, mas edificada socialmente. Em outro termo, está inserido no princípio da legitimação carismática, dotado de um sentido socialmente compreendido e assimilado pelo conjunto de agentes “profanos”, isto é, o conjunto de agentes *outsiders* ao campo político. Como coloca Bourdieu (2000, p. 138),

[...] Atores Sociais são imbuídos de *habitus*, inscrito em seus corpos por experiências do passado. Esses sistemas de esquemas de percepção, apreciação e ação torna-os capazes de atuar baseados no conhecimento prático, baseados na identificação e reconhecimento de estímulos convencionais e condicionais aos quais eles estão predispostos a reagir; e,

sem qualquer definição explícita de fins ou sem cálculo racional de meios, gerar estratégias apropriadas e infinitamente renováveis, mas dentro das fronteiras dos limites estruturais dos quais eles são o produto e que os define.

Mais como resultado de mecanismos psicossociais e menos como princípio racional entre fins e meios, o *habitus* adquire feições de violência simbólica na medida em que enseja legitimação e validade de condutas padronizadas em dado contexto social em ações específicas. Não se nasce político, e a atividade política não está nos genes, mas a “naturalização” e corporificação do *ethos* político é fruto das estruturas sociais sob as quais estão inseridos os respectivos agentes e nas quais se introjeta e forma o *habitus*.

Metodologicamente há um problema de mensuração quanto à observação empírica do uso efetivo dos capitais simbólicos e sociais e seu respectivo impacto no êxito eleitoral que permite às famílias políticas a manutenção ou reprodução da herança política. Por se tratar de “bens” intangíveis e suas trocas econômicas repousarem no âmbito simbólico, a mensuração e aferição de tal capital se torna um exercício difícil de investigação e sem qualquer garantia de sucesso. Uma possibilidade para essa aferição seria buscar elementos que pudessem determinar – pelo menos de modo aproximado – a taxa de conversão do capital, ou seja, quanto de capital social ou simbólico seria necessário para se converter em capital político e/ou econômico e prover garantias ao êxito eleitoral.

### 3.1.6 O capital econômico

No contexto deste estudo, o capital econômico é formado basicamente pelo conjunto que envolve os meios de produção (terras, fábricas, trabalho) e o conjunto de recursos econômicos (bens materiais, patrimônio e recursos financeiros) (CATANI *et al.*, 2017). No que se refere ao campo político, restrito à herança política, o capital econômico geralmente resulta da interação entre capital político e capital social. Em outros termos, a capacidade de captação de recursos econômicos pelas famílias políticas está relacionada com o nível de capital social e capital político das respectivas famílias. Observa-se que o nível das receitas de campanhas dos herdeiros evolui na medida em que se amplia seu capital social e capital político.

Em que pese o reconhecimento da importância e da envergadura desse capital, isoladamente ele não produz o mesmo efeito quando conjugado aos demais capitais. Não se pretende reduzir seu alcance, porém a assertiva que aponta o dinheiro como o principal recurso empregado numa campanha eleitoral corre sérios riscos de incorrer em erro.

Como já salientado anteriormente, os troncos político-familiares já possuem considerável volume de capitais; constituem tanto a elite política quanto a elite econômica do Estado. É simbiótica a interação entre capital econômico e capital político, tendo em vista que a atividade do campo político é dispendiosa em muitos aspectos e tanto seu acesso quanto sua manutenção dependem de variados recursos, o que, nesse caso, é uma inferência tautológica.

O capital econômico resulta também da interação entre capital social e capital cultural. Quanto mais vasta a rede relacional dos herdeiros políticos, quanto mais qualificada for sua formação, maior a probabilidade de conversão desses capitais em capital econômico, tornando sensivelmente desigual o acesso ao campo político (BOURDIEU, 1989).

A partir das exposições anteriores, já se parte do pressuposto de que todos os herdeiros já se inserem na arena do campo político dotados de significativo capital econômico – ou pelo menos com relativa capacidade de angariar recursos financeiros – e significativo capital social, em função das redes socialmente estruturadas em torno do respectivo tronco político-familiar. Como são oriundas de famílias políticas inseridas há pelo menos três décadas – outras já atuam desde o século XIX – no campo político, já dispõem de recursos que propiciam o acesso a espaços de poder que promovem a aquisição significativa de capitais.

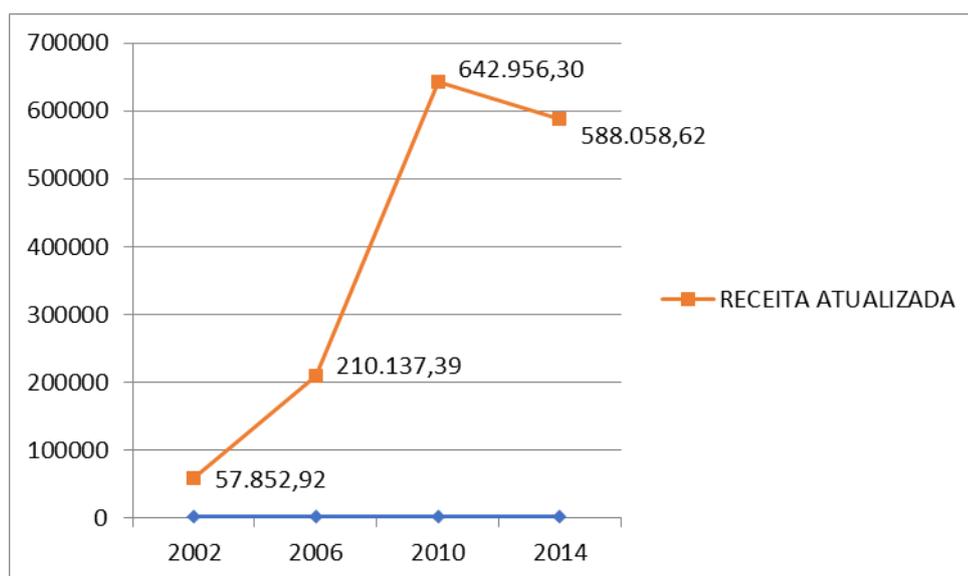
A título de ilustração pode-se verificar os gráficos abaixo que apresentam a receita<sup>7</sup> das campanhas de alguns troncos político-familiares e respectivos herdeiros cuja herança se consolidou, trata-se dos troncos político-familiares Sampaio Pereira, Brito Monteiro, Nunes Brandão, Santos Nunes e Eulálio.

Inicialmente tem-se o Tronco político-familiar Sampaio Pereira, importante família política cuja base eleitoral principal situa-se na região Norte do Estado, particularmente a cidade de Esperantina, tem como maior expoente o deputado Themístocles Sampaio Pereira Filho, atual presidente da ALEPI – cargo que exerce desde 2004 e para o qual foi reeleito em 2019 (PIAÚÍ, 2017a).

---

<sup>7</sup> Os valores referentes às receitas estão atualizados conforme a tabela do Banco Central, tomando como referência o índice IGP-M/FGV e contemplam como parâmetro temporal inicial o dia 30 de novembro de 2002 e final o dia 30 de novembro de 2018.

Gráfico 1 – Tronco Sampaio Pereira - Receita 2002-2014

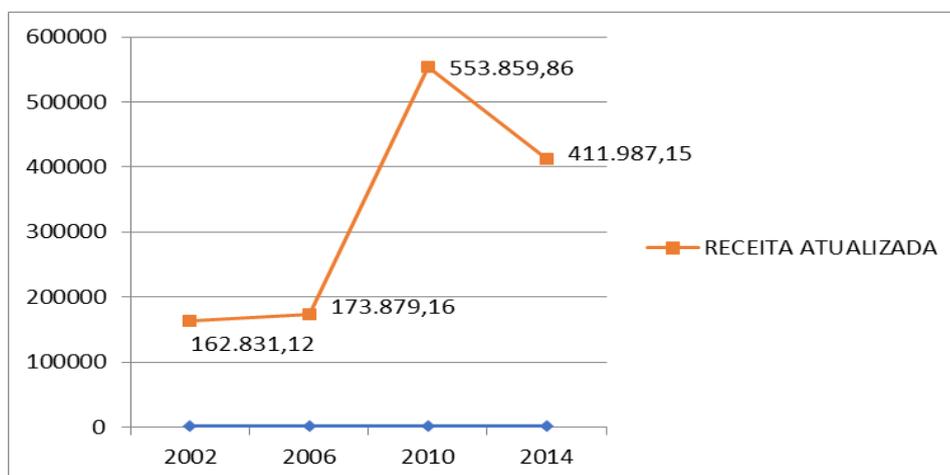


Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do TRE-PI (2017b).

A receita atualizada corresponde aos valores da receita à época e tendo sua atualização como parâmetro temporal inicial o dia 30 de novembro de 2002 e final o dia 30 de novembro de 2018.

Outro exemplo ilustrativo é o Tronco político-familiar Brito Monteiro, importante família política, cujo patriarca Alberto de Moura Monteiro participou do texto da constituição estadual de 1947, compondo por 24 anos o legislativo piauiense. Seu herdeiro, Fernando Monteiro exerce atualmente seu 9º mandato legislativo, eleito pela primeira vez em 1986, já contando 33 anos de parlamento. O gráfico demonstra o nível do capital econômico desse tronco político-familiar (PIAUI, 2017a).

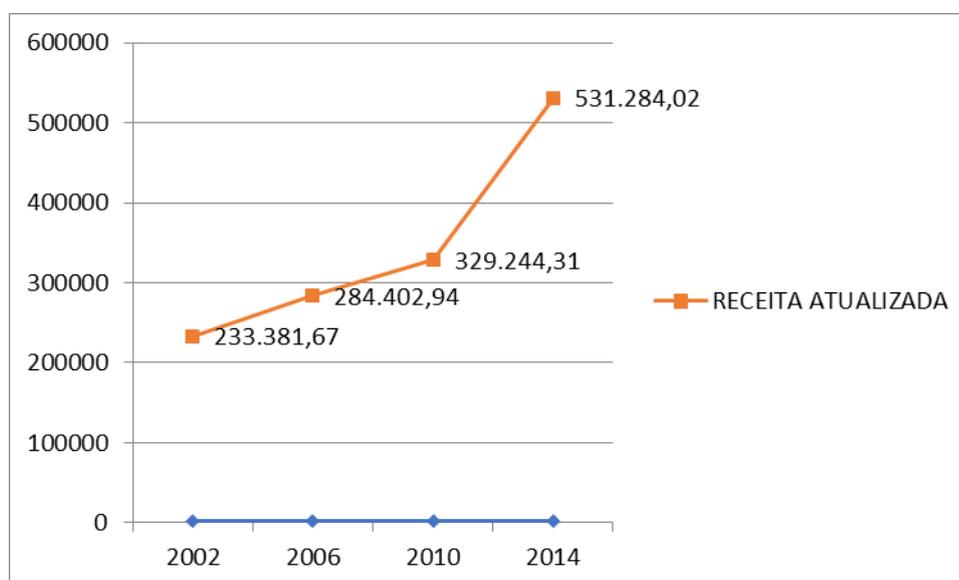
Gráfico 2 – Tronco Brito Monteiro - Receita 2002-2014



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do TRE-PI (2017b).

Outro tronco político-familiar emblemático é o tronco Nunes Brandão, um dos mais longevos e exitosos quanto à manutenção da herança política na ALEPI, visto que por todo o período de tempo em que o ascendente assumiu e transmitiu a herança não houve um único pleito em que a hereditariedade fosse interrompida. O patriarca Prof. Wilson de Andrade Brandão elegeu-se de forma ininterrupta de 1966 a 1986, perfazendo 20 anos de mandato legislativo. Transmitiu sua cadeira no legislativo para o filho Wilson Nunes Brandão já na eleição de 1990, cujo mandato permanece até então, totalizando em conjunto 53 anos de familismo político. Isso contribui para aquisição de significativo capital econômico (PIAÚÍ, 2017a).

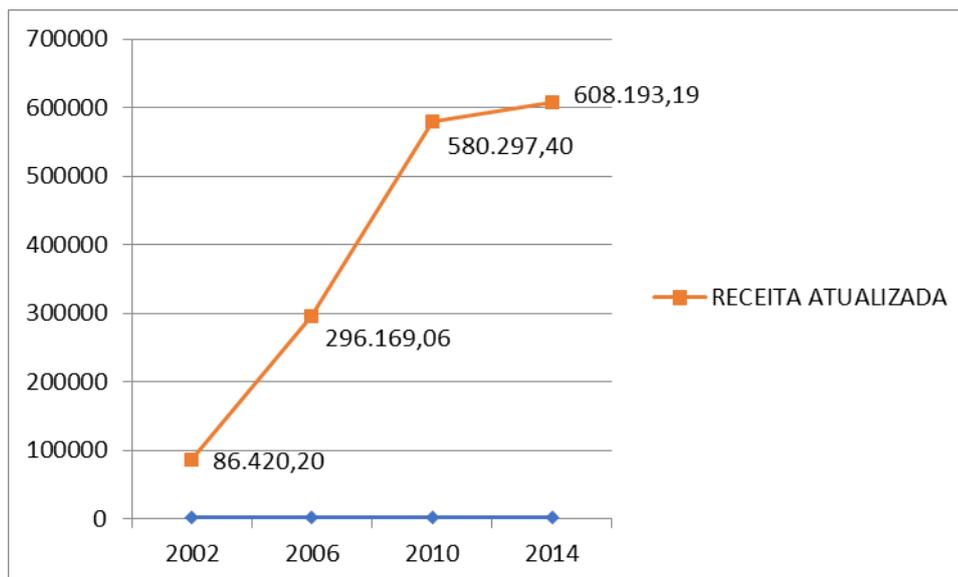
Gráfico 3 – Tronco Nunes Brandão - Wilson Nunes Brandão - Receita 2002-2014



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do TRE-PI (2017b).

O tronco Santos Nunes é também um dos mais exitosos, faz parte daqueles cuja herança perpassou a arena política e alcançou outras instâncias como o Tribunal de Contas do Estado. O avô materno do deputado estadual Luciano Santos Nunes Filho, Alcides Nunes Martins, presidiu o TCE-PI nos anos de 1979 e 1980; fato repetido por seu pai Luciano Santos Nunes nos anos de 2005 e 2006. Conjuntamente acumulam 71 anos de familismo político. Possibilitando a aquisição de relativo capital econômico (PIAÚÍ, 2017a).

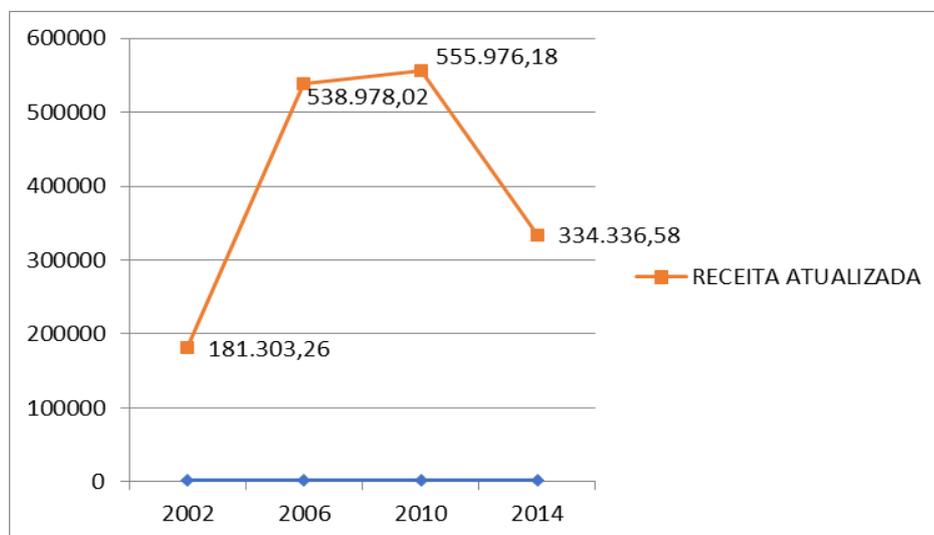
Gráfico 4 – Tronco Santos Nunes - Luciano Santos Nunes Filho - Receita 2002-2014



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do TRE-PI (2017b).

O tronco Eulálio, oriundo da região da cidade de Picos no Sul do Estado, é o mais exitoso no tocante à manutenção e reprodução da herança. Constituem de forma contínua 60 anos de familismo político. É outro tronco cuja influência alcançou o TCE-PI, o ex-deputado Kléber Eulálio é atualmente conselheiro do respectivo tribunal, e seu filho Severo Eulálio Neto exerce atualmente seu segundo mandato no legislativo estadual, sucedendo o pai. É um tronco detentor de significativo capital econômico (PIAUI, 2017a).

Gráfico 5 – Tronco Eulálio - Receita 2002-2014



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do TRE-PI (2017b).

### 3.2 A Teoria das Elites como aporte teórico na compreensão da herança política na ALEPI

Compreende-se que o processo de legitimidade de qualquer tipo de dominação exige certo grau de racionalização e de cálculo estratégico, mesmo sendo esses ocasionalmente um resultado inconsciente da ação dos atores (WEBER, 2004). Nos estudos sobre o parentesco e a política no legislativo federal, Rocha (2015) observa a relação entre o uso de diversos recursos sociais, entre estes a linhagem política familiar, a herança política, como uma dependente variável da atuação e do espaço ocupado pelo parlamentar no legislativo federal.

No escopo da Teoria das Elites, as contribuições de Mosca (1975), Pareto (1966), Michels (1982) e Mills (1968) são referências basilares ao considerar o fato da presença marcante de grupos minoritários exercendo o poder de forma contínua ou intermitente sobre uma parcela maior da coletividade, independente das condições econômicas ou classes sociais as quais tais grupos estão atrelados. Nessa ótica, a oligarquia se caracteriza mais pelo papel de organização que desempenha no jogo político do que pela posição dos grupos no estrato social (COUTO, 2012).

Na Ciência Política, temas como Estado (tipologias), partidos políticos, democracia, representatividade, sistemas políticos, sistemas partidários, instituições políticas, comportamento eleitoral e relação Executivo-Legislativo obtiveram um considerável apreço em relação a pesquisas, estudos e literatura disponível, o que levou aos estudos sobre as elites em uma região mais “periférica”. Como diz Marengo (2008, p. 6), “[...] a perda do emprego de elites políticas deve-se menos ao seu potencial explicativo para fenômenos políticos e mais àquilo que até então as diferentes gerações de elitistas se propuseram a explicar”, no que concerne à ideia central de que, mesmo em regimes democráticos, uma minoria governa, podendo ser utilizada para “explorar as conexões entre elites e instituições políticas, buscando compreender processos *de self-enforcing* institucionais” (MARENCO, 2008, p. 6).

A partir destes clássicos pode-se observar a metamorfose sofrida pelas elites do poder ao longo da história, em diversas formas de Estado, Governo e Sistemas Políticos, principalmente naqueles cujo modelo repousa no paradigma da democracia liberal representativa. Entretanto, a crise de representatividade e, por conseguinte, do seu paradigma, provocou uma fissura no domínio hegemônico desse modelo, tornando possível a busca de novos referenciais capazes de fornecer respostas mais condizentes com a realidade concreta, qual seja: a ideia de que, mesmo em democracias sufragistas, com significativa

competitividade eleitoral, persiste o fato de uma pequena elite dirigente estabelecer o domínio do poder.

Desse modo, um ponto central une a teoria das elites na literatura política, independente do escopo, variáveis, categorias analíticas ou referenciais utilizados: o fato de que o poder político no seio de uma dada sociedade é exercido por um seleto grupo de indivíduos (a elite) detentores de certas características “especiais” capazes de diferenciá-los dos demais indivíduos e a crença na tese de que a extensa massa da sociedade é amorfa, inapta, despreparada ou desorganizada para o efetivo exercício do poder político (MOSCA, 1975; PARETO, 1966; MICHELS, 1982; SCHUMPETER, 1984).

O italiano Gaetano Mosca (1975), no seu estudo das elites, parte da crítica à tipologia clássica da tripartição aristotélica, na qual repousa o axioma de haver uma única forma de governo exercida por uma única classe política ou de dirigentes; essa seria a oligarquia. Nesse entendimento, Mosca considera a democracia, o parlamentarismo e o socialismo meras utopias. Em função dessas assertivas, o autor sofreu severas críticas tanto dos liberais quanto dos socialistas, que viam no autor um defensor do conservadorismo que logrou às massas a condição de amorfa, desorganizada, e sentencia que “na luta política, a fim de obter os sufrágios da maioria, cada grupo se esforça por conformar-se, ao menos em aparência, às ideias e aos sentimentos que predominam nessa mesma maioria” (MOSCA, 1975, p. 313).

Nessa perspectiva, mesmo em democracias liberais sufragistas, apenas pequenos grupos organizados participam das lutas e disputas de poder. Daí a ideia de que as elites se alternam no poder por serem mais organizadas, visto que a reprodução do poder, bem como sua substituição, ocorre no seio da própria elite. No entanto, os contextos social, político e econômico podem contribuir para promover pequenas alterações no recrutamento das novas lideranças, como em situações de guerra, por exemplo, em que a elite militar pode ser alçada a assumir o poder.

Para Mosca, a organização é central na definição de uma elite dirigente. Mas o que é a organização? É o que permite à minoria organizada afrontar a maioria desorganizada. Portanto, o axioma desse teórico elitista repousa no fato de que, seja qual for a forma de governo, sempre haverá uma pequena classe política dominante.

Vilfredo Pareto (1966), em sua análise, aponta a existência, em todos os campos da ação humana, de indivíduos que se sobressaem aos demais em virtude de suas qualidades superiores, e isso os torna parte de uma minoria seleta e diferenciada do restante da população. O termo elite aqui ganha contornos classificatórios para configurar um tipo de aristocracia, o grupo dos melhores em determinada atividade: elite militar, elite religiosa e

assim por diante (GRYNSZPAN, 1996). Tal como refere Pareto, as aristocracias não são eternas, o que designa um fluxo contínuo que permite assegurar o “equilíbrio e a longevidade do corpo social”. A isso o autor chamou de circulação das elites. Essa circulação ocorreria em qualquer sociedade e sistema político-econômico. Como um bom elitista, assevera que todo governo seria de uma minoria, independente do regime político adotado, inclusive os democráticos constituídos de sufrágio universal. Nesse caso específico, ocorreria apenas a substituição de uma elite por outra, mesmo esta sendo democraticamente e legitimamente sufragada.

Já Robert Michels (1982), sobre a temática, parte de uma abordagem de cunho mais weberiano, com foco na teoria da Burocracia e com conteúdo de caráter antissocialista, centrado na observação acurada do Partido Social Democrata Alemão, considerado o partido mais organizado da Alemanha na época, que emerge a partir da República de Weimar até o golpe e ascensão de Hitler. Assim, a teoria elitista micheliana assenta-se na formação, organização e, principalmente, no papel e comportamento das lideranças nos partidos políticos de massa de orientação socialista. Com relação a esse aspecto, dedica uma especial atenção à atitude dos Chefes em relação às massas, seu caráter dominante, sua estabilidade – possuíam um mandato de longa duração, o que lhe conferia certa independência –, seu poder financeiro que lhe dava independência econômica, permitindo-lhe o exercício da política como profissão. O que permite a sua transformação em oligarcas não é apenas a sua conversão em profissionais da política (embora essa seja uma condição necessária), mas a detenção de um poder na organização não desfrutado pelos demais. Noutros termos, a organização é capturada pelos dirigentes, e isso é o que lhes converte em oligarcas.

Partindo desse pressuposto, pode-se inferir que existe uma tendência conservadora na organização que a conduz ao processo de oligarquização. Na medida em que a organização conduz ao poder e este tende à conservação, “o poder é conservador o tempo todo” (MICHELS, 1982, p. 219). Reside nesse argumento a busca contínua pela continuação do poder por parte das elites dirigentes, que, mesmo em contextos democráticos, utilizam de todos os artifícios possíveis à consecução dos seus objetivos. Deriva desses fatores o axioma: “quem diz organização, diz oligarquia”. Sua lei sociológica fundamental se estabelece na configuração contínua da essência da dominação dos eleitos sobre os eleitores; dos mandatários sobre os mandantes; dos delegados sobre os que delegam. Tal assertiva pode ser simplificada na categorização da “Lei férrea da oligarquia”.

Wright Mills (1968) parte da observação histórica da composição da elite do poder nos EUA desde a independência aos tempos contemporâneos. Volta os olhos para a composição

da elite que exerce o domínio do poder político nos EUA, a despeito da sua fachada democrática e da sua retórica da soberania popular.

O autor também configurou alguns parâmetros em comum entre os membros dessa elite, fatores que estabelecem certa marca identitária capaz de não apenas identificar um membro, mas de classificar e reconhecer como tal. Repousa nesses termos o método de recrutamento dos novos membros da elite, cooptados e recrutados no seio da própria elite, que é permeada por uma mesma unidade que a conforma, molda e a define. Os indivíduos que a compõem ou possam vir a compô-la possuem traços comuns entre si, numa espécie de unidade psicológica, frequentam os mesmos ambientes, constituíram suas relações baseadas em uma network que perpassa o ambiente profissional, sendo este inclusive uma extensão das relações sociais, nas quais em conjunto formam uma teia imbricada de mão dupla em que um espaço complementa o outro.

Mills (1968) classifica essa elite do poder em três categorias: os grandes capitalistas, os líderes políticos e os chefes militares. Não constituem grupos distintos e concorrentes, mas integrados e ligados a um conjunto de aspectos que possibilitam uma identidade comum e interesses compartilhados. Suas características consistem: 1. na centralização do poder e na tomada de decisões importantes; 2. Em governar com o apoio de uma vasta burocracia que está abaixo dela; 3. Em não se configurar como uma burguesia que age como classe dominante; 4. em ser composta de homens de origens e educação similares, formando um tipo social semelhante; 5. em ser o poder dependente da escala das hierarquias institucionais sob controle da elite; e 6. na existência de processos formais e informais de coordenação dessa elite que conceitua sua elite política estribada na ideia de que esta

[..] não é uma aristocracia e nem um grupo político dominante baseado numa nobreza de origem hereditária, mas funda-se numa afinidade identitária de se reconhecer reciprocamente como “um dos nossos”. Seus membros combinam características de ordem social, econômica e/ou intelectual, possibilitando formar a renovação dessa elite no seio da própria elite. (MILLS, 1968, p. 329).

Além disso, sua elite do poder se configura não em uma organização (o partido), mas numa composição de homens das esferas política, econômica e militar; cujas características e afinidades psicológicas e sociais comuns transcendem os aspectos da burocracia, pois se constituem em uma espécie de confraria cujos critérios de admissão, louvor, honra e promoção são predominantes. Tais aspectos os tornam especiais, capazes e os diferenciam do homem comum que compõe a grande massa.

O que nos revela a literatura clássica a respeito do termo elite? Percebe-se que, nos tratados dos clássicos, essa definição ultrapassa o reducionismo que define a aristocracia ou a oligarquia e vai além também da mera definição do restrito grupo dos melhores. É certo que uma elite pode vir a se tornar uma aristocracia ou até mesmo uma oligarquia, porém, como salienta Pareto (1968), há de forma inexorável uma circulação das elites. Independente da composição que define a elite dos dirigentes, no que concerne aos indivíduos que a compõem, sejam eles de origem simples ou abastada, não é precisamente essa característica que a define. Não se trata apenas de uma classificação valorativa, mas, sim, posicional, na acepção das posições formais de comando nas diversas instituições públicas e/ou privadas nas quais estão situados os agentes.

No entanto, é preciso estabelecer parâmetros para identificar: quem pode ser eleito, a partir de determinado processo de seleção e recrutamento; quem escolhe, levando em consideração a amplitude do escopo entre os possíveis candidatos; e, por fim, quem é selecionado (NORRIS, 2013). Assim, em regimes democráticos consolidados, tais aspectos servem de referencial para o estabelecimento de diversas instâncias organizacionais, dentre essas os partidos políticos, como fonte de recrutamento. Contudo, em contextos elitistas, essas instâncias podem estar apropriadas por determinados indivíduos ou grupos, mesmo em ambientes dotados de arranjos institucionais formais específicos.

O Brasil, como um Estado caracterizado por uma modernização tardia (NUNES, 1997), por ser forjado a partir da comunhão dos interesses de uma elite dominante e por sua apropriação patrimonial do Estado (FAORO, 2000), apesar dos avanços obtidos em grande escala do processo de modernização da sociedade e dos processos democráticos, ainda persiste a evidência do caráter elitista na sua composição sociopolítica. Decorrente disso há uma vasta literatura disponível sobre o estudo das Elites no Brasil que permite esboçar como se constituem essas elites, em que esferas atuam, como também a disposição de métodos capazes de dar conta desses estudos. Nesse sentido, destacam-se os trabalhos de Grynszpan (1996), Grill (2004), Coradini (2008), Marengo (2008) e Codato & Perissinoto (2015).

Estribado nesses referenciais, o estudo sobre as famílias políticas piauienses e a sua apropriação patrimonial do espaço do poder político enquadra-se num escopo de dupla perspectiva: de um lado, a contribuição teórico-analítica da Teoria das Elites e, de outro, os estudos sobre família e poder. Em um dado momento, percebe-se uma imbricação quase simbiótica entre ambas, dado o fato de que convergirá para a constatação de que “todo governo é necessariamente um governo oligárquico, isto é, de uns poucos” (PERISSINOTO *et al.*, 2007, p. 32).

Neste âmbito, é importante frisar que o fenômeno do familismo político não é prerrogativa exclusiva do Piauí, muito menos do Nordeste. Diversos estudos realizados de norte a sul do país registram a reiteração da prática da sucessão parental na política, o que sugere que o tema tem relevância significativa para os estudos sobre o papel de um agente importante na composição do nosso sistema político, qual seja: as famílias políticas.

Analisando a configuração das elites políticas do Paraná, Perissinoto *et al.* (2007), intentando identificar quem governa, discorre sobre os perfis socioeconômicos, profissionais e ideológicos na composição no seio dos poderes executivos, legislativos e nos partidos políticos, com o fito de analisar o comportamento da elite política diante dos processos decisórios, no período de 1995 a 2002. A conclusão obtida por esse levantamento revelou que a elite política paranaense, a partir dos seus atributos pessoais, identificada pela análise comparativa dos setores político-administrativo, parlamentar e partidário, forma um grupo homogêneo, composto em sua maioria por homens brancos, católicos, com alta formação escolar, recrutados nos estratos médios e altos da sociedade. Pode-se inferir, portanto, que ser homem, branco, de classe média ou alta e com boa formação escolar são condições importantes para acessar a elite política (PERISSINOTO *et al.*, 2007). Tal condição pode ser perfeitamente aplicada à análise do perfil dos herdeiros políticos na ALEPI, que será tratado mais adiante.

Marenco (2008, p. 3), tencionando explicitar como os estudos de elites políticas explicam como instituições tornam-se instituições, busca salientar “o que ainda tem a oferecer a teoria das elites para a resolução dos enigmas da agenda de pesquisa sobre instituições políticas”, objetivando entender as razões da perda de “popularidade” quanto ao uso dessa abordagem e como podem contribuir para análise de recrutamento de novos membros no processo de circulação e trânsito de elites políticas e sobre as dinâmicas institucionais, quanto a sua estabilidade e variações. Segundo o autor, a composição, o recrutamento e a circulação no interior das elites políticas impactam a maneira como os grupos (no caso as famílias políticas) controlam recursos estratégicos, convertendo-os coercitivamente sobre os comportamentos individuais.

Investigando sobre as bases da herança política no Rio Grande do Sul, Grill (2004) discorre sobre as condições de estabelecimento de patrimônios políticos e suas modalidades de transmissão por parte de agentes inseridos em famílias e partidos, a partir da análise dos recursos e estratégias posicionais utilizadas pelos grupos familiares, aludindo a Bourdieu e aos tipos de capital político (delegado, convertido/notoriedade e heroico) para o tratamento

das heranças políticas, conferindo ao parentesco fonte de crédito e investidura junto à seleção interna dos partidos e sedimentação de capital político.

Em virtude das características que envolvem a compreensão do mecanismo causal utilizado pelas famílias políticas com vistas à consecução da manutenção e reprodução da herança política na ALEPI, seu escopo teórico adéqua-se com maior propriedade ao cabedal teórico do estudo das elites por se tratar de um grupo homogêneo e com características acima da média da maioria da população do Estado.

### **3.3 Antecedentes teóricos sobre família e poder no Piauí**

É comum na historiografia do Piauí a relação simbiótica entre poder político e poder econômico. Até metade do século XX o poder econômico estava em maior escala atrelado à posse da terra. No cerne dessa relação estavam as famílias políticas que alicerçavam seus domínios políticos simetricamente proporcionais ao seu poderio latifundiário. Isso não provoca estranheza em um Estado cuja industrialização até hoje se encontra incipiente. A estratégia comumente utilizada para ampliação do poder político e, conseqüentemente, econômico se dava através de laços matrimoniais entre as principais famílias do Estado. Um exemplo é o tronco Pires Gaioso Almendra e Freitas, que chegou a unir as cinco principais famílias políticas do Estado na década de 50. Os Portella Nunes se juntam aos Almendra e Freitas quando Petrônio Portela contrai núpcias com Dona Iracema, filha de seu principal adversário político, Pedro Freitas, e, assim, capitalizaram o poder político no Piauí por cerca de 100 anos (SILVA, 1999).

Mas esse exemplo não é o único; vários troncos familiares se unificaram a partir do entrelaçamento matrimonial. Pode-se citar também o ex-governador Guilherme Melo, filho do ex-deputado José Matias Olímpio de Melo e neto do ex-governador Matias Olímpio de Melo, cuja descendência provém da união por laço matrimonial das famílias Pires Ferreira, Castelo Branco, Olímpio de Melo e Pires Rebêlo. Cite-se também o caso do parentesco comum entre Themístocles Filho, Robert Freitas e Adolfo Nunes, descendentes do tronco Ribeiro Gonçalves, a partir das irmãs Júlia e Ana Ribeiro Gonçalves. O que há em comum nesses casos é o fato de se originarem de famílias com significativo capital econômico e político, que engendraram herdeiros políticos (NUNES, 1982; A MÍSTICA..., 2018).

A relação entre o Estado e a Sociedade Civil, com destaque para as implicações entre o público e o privado, sempre foram objetos de preocupações dos estudiosos da formação do Estado nacional brasileiro (SANTOS, 1978; FAORO, 2000; DUARTE, 1966; VIANNA,

2005; NUNES LEAL, 2012; DaMATTA, 1997; CAMPELLO DE SOUZA, 1976; CARVALHO FRANCO, 1983). Nesse sentido, forte patronagem, clientelismo e personalismo ainda caracterizam as relações sociais e políticas em todos os níveis de governo, incluindo-se todos os segmentos sociais, de alto a baixo da sociedade (CARVALHO, 2002; NUNES, 1997; MAIWARING, 2001).

Assim, não obstante as grandes reformas burocráticas pelas quais o Brasil passou ao longo da história (BRESSER PEREIRA, 1998), o país ainda é marcado pela falta de separação rígida entre público e privado. Em outras palavras, os negócios públicos são marcados por uma forte presença familiar, que se reproduz por meio de esquemas de poder familiar ancorados nos preceitos manifestos na ideologia da meritocracia, mas sem levar em conta as estratégias de distinção típicas das famílias políticas. Tal fato pode ser evidenciado na característica comum entre os herdeiros políticos na ALEPI, qual seja: a proeminência dos vínculos profissionais às esferas públicas. Boa parte dos herdeiros consolidados exercia funções públicas antes do primeiro ingresso à legislatura estadual; outros sequer chegaram a exercer suas atividades profissionais de sua formação acadêmica. A culminância disso se efetiva na apropriação patrimonial de um espaço público eletivo e que tem por essência o princípio de seleção e escolha escrutinada pelo povo. A proeminência do familismo político advém em grande parte da frágil clivagem entre o público e o privado, não apenas no Piauí, mas em vários estados brasileiros. Como exemplo disso, pode-se elencar alguns estudos no Nordeste e no Sul do país que estabelecem a aproximação entre famílias e poder. Discutindo as práticas de uma nova elite política, de orientação moderna e industrialista, que ascendeu ao poder no Ceará nos anos 90, Lemenhe (1996) chama atenção para a sobrevivência do clientelismo e das práticas personalistas na gestão pública do Estado. De acordo com a autora,

[...] a defesa da distinção entre público e privado e da justiça social, ideias básicas em torno das quais são estruturadas as falas, parece caminhar no sentido inverso das práticas. Se a racionalidade e a efetividade – postulados que pautam, efetivamente, a condução das questões públicas – devem ser entendidas como inscritas nas experiências concretas (pessoais e de classe) dos dirigentes, outra será a fonte da pregação que contempla a probidade e justiça social como metas da política (LEMENHE, 1996; p. 236).

Não obstante, essa realidade não é uma prerrogativa do Estado do Ceará ou do Piauí. Encontramos esse traço característico da cultura política em quase todos os estados brasileiros, em especial os do Nordeste (PIMENTEL, 2014; MONTEIRO, 2016; GRILL, 2013). Trabalhos recentes que tratam do peso da influência de certas famílias na política local

dão conta de que esse fenômeno não é novo e é característico da formação política brasileira. Inferindo sobre a atuação e predomínio de determinadas famílias na política municipal, Pimentel (2014; p. 31) utiliza como categoria analítica os clãs políticos para designar o controle político familiar e a sua reprodução para configurar o controle familiar em contextos locais, na esfera municipal, e enfatiza que

As relações de parentesco foram e em muitos casos ainda são bastante importantes na atividade política. É bem provável que todas as sociedades tenham experimentado um período de organização social baseado em tribos ou clãs antes de ascender ao nível de organização do Estado. Porém, considerar estas formas de organização como elementos arcaicos e que tendem a desaparecer apenas com o avanço das instituições formais parece ser um equívoco.

No esteio da afirmação de Pimentel, percebe-se a reiteração do peso do familismo político ainda em tempos atuais. Em artigo versando sobre as fronteiras móveis da oligarquia e a elite política no Maranhão, Grill (2013) busca se distanciar da tendência à personalização para explicação dos fenômenos políticos quanto às decisões, vontades e interesses de uma coletividade corporificada, a oligarquia. Sua intenção é “deslocar o debate do plano normativo para o tratamento analítico centrado nos condicionantes, nos padrões e nas transformações da seleção política” (GRILL, 2013, p. 136). Ou seja, observar o fenômeno da herança política sem o ranço axiológico da reificação e personificação que circunda os estudos sobre oligarquia. Para tal mister, o autor sugere a aplicação de uma abordagem metodológica centrada na apreensão dos mecanismos de “estratégias de distinção” entre os agentes em disputa no campo político e o grau de heterogeneidade social no interior desse campo, e postula:

Em termos metodológicos deve-se, inicialmente, apreender a relevância dos processos de seleção social via uma sociografia que seja capaz de mensurar o peso do background social, do patrimônio familiar, do acesso a títulos escolares e profissionais, da condição de gênero, da origem étnica, entre outros indicadores de posição social que permitam visualizar a morfologia da “elite” e o grau de diversificação social ao longo do tempo. Posteriormente, considerar os efeitos da constituição de um domínio propriamente político com suas regras e papéis específicos, suas exigências de profissionalização e seus instrumentos de pré-seleção, captando o maior ou menor controle dos segmentos estabelecidos e o nível de concorrência no interior da chamada ‘elite política’ (GRILL, 2013; p. 137-138).

Assim, o autor aponta a necessidade de uma perspectiva focada nos componentes distintivos entre os “profissionais e os profanos”, isto é, entre os agentes da elite e os “não

elite” legitimados pela acumulação de recursos dentro e fora do campo político. Tal observação é um indicativo da força do familismo político premente.

Grill também estabelece uma análise comparativa e longitudinal da configuração da elite política parlamentar entre os Estados do Maranhão e Rio Grande do Sul, observando um perfil recorrente. “Nos dois estados, prevalecem parlamentares do sexo masculino, portadores de diplomas superiores, descendentes de ‘famílias de políticos’ e que se dedicaram a ocupações que conferem notoriedade”. (GRILL, 2013, p.139). Pode-se aduzir que se trata de um perfil recorrente na maioria dos estados da federação. E, no caso do Piauí, em particular, são poucas as herdeiras. Apenas uma é filha – Janaína Marques, filha do ex-prefeito do município de Joca Marques, Edilberto Aguiar Marques – e outra, uma sobrinha – Belê Medeiros, sobrinha do ex-prefeito da cidade de Picos, Gil Paraibano –, como também a maioria possui curso superior e é branca (PIAUI, 2017a).

Em um estudo voltado à análise da herança política na Paraíba entre os anos de 1985 a 2015, Monteiro (2016) deixa entender de que forma o parentesco se converte em recurso social para composição de quadros políticos. Segundo respalda, dá-se a partir da operacionalização do conceito de capital político-familiar como uma das estratégias de distinção, quando associada ao capital econômico e cultural, ao acesso às principais posições no aparelho do Estado, controle da mídia e representação política no legislativo e executivo, norteando-se pela inquirição de como os recursos sociais concorrem para a construção de elites políticas no contexto de redemocratização.

Ancorado na epistemologia de Bourdieu, Monteiro (2016) atribui a relevância do poder simbólico do capital político-familiar, categorizando-o como principal distintivo, transmitido pelo “nome de família” e pelo patrimônio material e simbólico do grupo familiar, capaz de se converter em mais capital econômico, capital social e mais capital político. Assevera o autor que

Os filhos dos antigos “coronéis” continuariam ocupando os melhores postos e órgãos estratégicos do Estado e controlando os principais canais de comunicação em suas regiões de atuação política, conforme irei destacar. As oligarquias se renovam por meio dos herdeiros. As mudanças ocorridas no campo político, em termos de representação política, na maioria das vezes, não passaram de deslocamentos dos agentes na estrutura do campo, ocupando posições estratégicas, quer seja no âmbito municipal, estadual ou federal. A estrutura de dominação no campo político continuou operando pelos *capitais: econômico e político-familiar* (MONTEIRO, 2016, p. 45).

A realidade política piauiense não se distingue em conteúdo, substância e forma dos exemplos demonstrados nos trabalhos citados anteriormente. Tem havido, segundo alguns

autores, um reforço dos procedimentos de oligarquização, estreitamente ancorados no fenômeno do familismo político e em práticas ditas tradicionais de mandonismo, clientelismo e patronagem, como ressalta Arraes Filho (2000, p. 75) ao afirmar que

[...] em nível local, a proximidade dos principais e mais antigos núcleos familiares tradicionais com as esferas executiva e legislativa ao longo da história, permitiu o fortalecimento e o predomínio das relações tipicamente clientelistas e patrimonialistas que se estendem até os nossos dias.

Nessa mesma linha, Silva (1999) traça uma historiografia política da oligarquia no Piauí, referendando a estreita relação entre família e poder, cujo poder político “é feito de geração a geração, desde o período Imperial, através do poder dos coronéis, numa primeira fase; e pelas oligarquias, a partir da República” (SILVA, 1999, p. 27) e densamente arraigado nas estruturas oligárquicas, com expressivo impacto no desenvolvimento econômico do estado.

A frágil clivagem entre o público e o privado nas relações entre as famílias e o Estado no caso piauiense propiciou a configuração das bases de formação sócio-política do Estado e endossou o papel significativo das famílias na composição do poder político, econômico e seus derivados. Verifica-se ainda, a partir desse conjunto de assertivas, uma forte presença do familismo político, mesmo diante das transformações ocorridas na conjuntura brasileira e piauiense em particular, não obstante a entrada de novos atores, externos à composição de contorno familiar, no campo político.

O Piauí guarda em sua historiografia a peculiaridade de ter sido forjado no esteio de redes familiares. As bases familiares formaram não apenas o núcleo de subsistência típico deste agrupamento, mas ampliaram seus domínios para além dos seus espaços intradomésticos, permeando todas as instâncias da vida, desde o controle social, a economia à política. Havia uma “simbiose” entre família e Estado, uma imbricação entre o público e o privado. Assim, “a família era, então, tomada como um instrumento de controle social. Para ela convergiam as vidas econômica, social e política. Essa condição, por vezes, a colocava em oposição ao Estado, por ter assumido uma série de suas funções sociais” (SOUSA NETO, 2015, p. 21).

A família no Piauí tem sido o lócus não apenas de continuidade genealógica, mas também de continuidade de detenção do espaço do poder político. Essa prerrogativa não é exclusiva apenas de tempos idos, posto que, desde o império, já se evidenciava a composição de grupos políticos predominantes no domínio do espaço do poder político.

Para ilustrar, tomemos o exemplo exposto por Cavalcanti (2007, p.25-26), que relata o caso de José Martins de Sousa, que em 1836 ocupava dois cargos públicos de notória influência na época: a de prefeito de Parnaíba, então um dos maiores municípios da Província – indicado por um tio com base na “Lei dos Prefeitos”–; e o cargo de diretor dos índios do Piauí – cargo de extrema envergadura, pois visava a estabelecer o completo domínio do território e ampliar a presença do Estado. O tio em questão era Manoel de Sousa Martins – Visconde da Parnaíba –, maior expressão política de um dos troncos familiares que dominou o Sul do Estado no século XIX.

Do ramo desse tronco familiar ainda estão presentes alguns membros na ocupação do espaço do poder político no Piauí nas esferas federal, estadual e extrapolando as fronteiras do campo estritamente político, adentrando inclusive órgãos de controle como o TCE. Como referência, tem-se o ex-governador Wilson Martins, tetraneto do Visconde – além também de ser sobrinho-neto de Eurípedes Clementino de Aguiar – governador do Piauí de 1916-1920 (idem, p. 25). O irmão Rubem Martins é seu herdeiro político em uma cadeira na ALEPI; o sobrinho Rodrigo Martins ocupa uma cadeira na Câmara Federal. Esse tronco familiar ainda possui, transversalmente, outros membros, vinculados por laços matrimoniais, ocupando cargos estratégicos e importantes em órgãos de controle como no caso da ex-Deputada Estadual, ex-Secretária de Saúde Lílian Martins, atualmente conselheira no Tribunal de Contas do Estado.

Estabelecendo um salto cronológico de 180 anos, percebe-se ainda a permanência de determinadas famílias políticas na ocupação do espaço do poder político no Piauí ou ocupando cargos em sinecuras da burocracia estatal. Os troncos familiares de Sousa Martins, Araújo Costa, Vieira de Carvalho, Almendra e Freitas, Castelo Branco, Ribeiro Gonçalves, Portela Nunes, Nogueira, Eulálio Dantas, Moraes Sousa, Castro Macedo, Barros Araújo, Brandão e Paes Landim são alguns exemplos ilustrativos (ARRAES, 2000). Pode-se, então, afirmar que, desde os remotos tempos da nossa história, “[...] o fato de nascer dentro dessas redes familiares representava condição natural que possibilitava inserção em espaços de mando” (SOUSA NETO, 2015, p. 25).

Nesse sentido, vários estudos foram realizados no intuito de dar conta de explicar a existência e a composição de uma elite dirigente no subsistema político piauiense. Os primeiros estudos convergiam para a assertiva de que o domínio do poder político no Piauí se concentrava nas mãos de uma oligarquia. Dessa leva, ressaltam-se os trabalhos de Silva (1999) e Arraes Filho (2000), que inauguram a análise sobre a natureza de base oligárquica do poder político piauiense. Arraes Filho teve como escopo o estabelecimento de bases teóricas

para alicerçar as discussões sobre a natureza e a composição da elite política piauiense, tendo como suporte teórico os pensadores clássicos elitistas. O autor assevera a existência contínua de grupos oligárquicos alternando-se no poder, destarte a “paulatina ampliação e diversificação dos valores democráticos e de participação que já estão difundidos em toda a organização política brasileira em geral, e piauiense, em particular” (ARRAES FILHO, 2000, p. 34). E, a propósito, vaticina:

A partir daí, afirma-se então que o fenômeno orgânico da potência oligárquica ainda vigente no Piauí se reproduz sob o crivo dos sucessivos pleitos. [...] Ou seja, a permanência dos grupos dirigentes está legitimada atualmente pelas regras abertas do procedimento eleitoral ainda que nessa disputa os diferentes atores não partam em totais condições de igualdade. (ARRAES FILHO, 2000, p. 35).

O autor considera como fatores de permanência dessas famílias oligárquicas no domínio político no Piauí a unidade de interesses econômicos, de classe e afinidades de sangue, além das configurações identitárias que permeiam a vida social dos indivíduos que compõem essa elite, constituindo fatores de homogeneidade desse estrato social. Acrescentam-se ainda as práticas do clientelismo e patrimonialismo como recursos de manutenção do domínio político.

Silva (1999, p. 18) tem como escopo em seu estudo a elite política do Piauí, que mantém o controle administrativo do Estado a partir de estruturas familiares de natureza oligárquica, que está baseada na produção agroexportadora, fundada no latifúndio, no mandonismo e “de aversão a projetos de desenvolvimento racional”. O autor parte da apropriação do Estado, no intuito de manter em foco os interesses privados dos grupos oligárquicos dominantes, impregnando secularmente a estrutura da sociedade, acrescentando, inclusive, que o nível de Pobreza do Piauí é resultante parcialmente da forma de administração e de poder que se instalou no Estado.

Os trabalhos supracitados guardam em si significativa importância, como marco inicial da explicitação da elite política e do processo de oligarquização que caracteriza a política piauiense. Restava, então, identificar essa elite dirigente, quem são seus membros, sua composição e organização.

Nesse aspecto, assumem relevância as contribuições de DeDeus (2006; 2011), ao analisar a lógica da competição municipal em um regime multipartidário, em cenários oligárquicos, e Freitas (2010), em seu estudo sobre a lógica da formação de governos no Estado do Piauí, no período compreendido entre 1987 a 2007. A partir desses trabalhos,

outros estudos mais recentes sobre essa temática puderam ampliar suas pesquisas, métodos de análises e outras variáveis com o fito de tecer novos olhares e perspectivas sobre esse típico arranjo institucional, que é o fenômeno da relação entre famílias e poder político no Piauí, bem como traçar o perfil da elite que o reitera.

Nesse contexto, inserem-se os trabalhos voltados para a análise da formação das carreiras e o recrutamento dos detentores de cargos eletivos, tanto na esfera estadual quanto na esfera federal. Analisando o padrão de carreira dos deputados estaduais piauienses no período pós-1988, Melo (2015) aponta a importância de se estudar a origem social e econômica da classe política com o fito de desvelar o recrutamento dos seus membros e o alinhamento ideológico dos mesmos, com relação ao partido no qual está inserido. Segundo a autora, a partir da análise da composição socioeconômica das bancadas do legislativo piauiense e utilizando a variável profissão, chega-se à seguinte conclusão:

[...] os quatro grupos profissionais que formavam os principais celeiros de abastecimento da ALEPI foram: médicos, advogados, professores e empresários. Dentre as profissões encontradas, os segmentos de médicos e advogados, além de atingirem os maiores índices percentuais em todas as legislaturas analisadas, ficaram distribuídos entre os três blocos ideológicos. (MELO, 2015, p. 65-66).

A autora indica que grande parte das profissões declaradas e que permeiam os três blocos ideológicos (partidos de direita, de centro e de esquerda) na ALEPI está voltada para as atividades de cunho intelectual. Apenas o segmento dos empresários se distanciava das demais, não compunha o rol das profissões voltadas para atividades intelectuais. Conclui-se, a partir da variável profissão, que não há padrão consistente entre o recrutamento profissional e sua relação com os blocos ideológicos dispostos na ALEPI.

Melo, a partir de outra variável, a patrimonial (classificando-a em baixo patrimônio – menor que R\$ 500 mil; médio baixo – entre R\$ 500 mil e R\$1milhão; médio alto – entre R\$ 1 milhão e R\$ 2 milhões; e alto – acima de R\$ 2 milhões), e sua relação com os blocos ideológicos partidários, analisando diversas legislaturas, verificou que, apesar das diversas oscilações entre as faixas patrimoniais, um aumento de parlamentares situados na faixa de baixo patrimônio. Não obstante, ainda é uma faixa de patrimônio bem acima da realidade da maioria dos piauienses.

Estabelecendo um diálogo com a Teoria das Elites, Melo (2015, p. 78) sentencia que há uma correspondência entre essa e a realidade da classe política piauiense, “uma vez que encontramos características sociais e econômicas dos parlamentares que muito se distinguem de grande parcela da sociedade piauiense”.

Já o trabalho de Vasconcelos (2015) examina a relação entre parentesco e família no Congresso Nacional, com foco nos parlamentares piauienses na 54ª legislatura da Câmara Dos Deputados e do Senado Federal. Além da perspectiva da análise de carreira e perfil socioeconômico, busca estabelecer conexões entre “os recursos obtidos pela amostra de agentes em seus respectivos trajetos e os usos e as representações que podem ser observadas acerca do parentesco com outros recursos que também são utilizados na competição política”. (VASCONCELOS, 2015, p. 88).

Transcorridas duas décadas após a realização do seu estudo, Arraes Filho (2014) volta a analisar o “novo” arranjo oligárquico, enfocando a reprodução da elite dirigente por meio da disputa eleitoral e o processo de oligarquização no legislativo piauiense. O autor utiliza o termo *baby boom*, “emprestado” da demografia, para caracterizar “uma esfera da ‘demografia oligárquica’, resultante das eleições de 2014. Ou seja, a expressão se refere ao aumento da entrada de representantes das famílias oligárquicas piauienses” (ARRAES FILHO, 2014; p. 24). Segundo o autor, nessas eleições, houve um aumento do número de deputados oriundos de famílias políticas em relação aos pleitos anteriores e uma redução da taxa de crescimento de *outsiders*, “isto é, de deputados sem ligações com os clãs tradicionais familiares” (ARRAES FILHO, 2014; p. 24).

É importante salientar que o incremento dos herdeiros políticos na ALEPI tem sido contínuo desde os pleitos de 1986 (56,66% dos eleitos herdaram suas cadeiras) até 2014 (70% dos eleitos herdaram suas cadeiras). Curiosamente, tal crescimento se deu após a ascensão do Partido dos Trabalhadores na chefia do executivo estadual catapultando o governador Wellington Dias à condição de uma das mais importantes lideranças políticas do Estado, ou seja, o crescimento de um partido do espectro ideológico de esquerda (PERISSINOTO *et al.*, 2007) não refreou o processo de reprodução da transmissão do poder político hereditariamente, como aponta a Tabela 1, abaixo, que apresenta a variação da herança política ao longo do tempo pesquisado:

Tabela 1–Herança política na ALEPI (1986-2014)

<b>ANO</b>	<b>FREQUÊNCIA*</b>	<b>%</b>
<b>1986</b>	17	56,67
<b>1990</b>	15	50
<b>1994</b>	17	57
<b>1998</b>	21	70
<b>2002**</b>	20	67
<b>2006</b>	18	60
<b>2010</b>	24	80
<b>2014</b>	21	70

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do TRE-PI (2017b).

\*Número extraído a partir do n° total de vagas.

\*\*A eleição de Gustavo Medeiros para a prefeitura do município de União, efetivou o suplente Marden Meneses, ampliando de 20 para 21 herdeiros em 2004 (70%).

A partir da tabela acima, verifica-se que o fenômeno da herança política é renitente, cuja média absoluta, englobando todo o percurso de tempo do levantamento, situa-se na casa dos 65%, o que sugere a força do familismo político presente na ALEPI, inobstante a ampliação da emulação eleitoral, a entrada de novas lideranças e agentes com a ascensão do Partido dos Trabalhadores – a partir de 2002 –, com o arejamento da elite parlamentar promovendo a inserção de representantes oriundos dos movimentos sociais e sindicais (ALEPI, 2018).

Em outro artigo, Arraes e Alves (2017) traçam um paralelo entre a natureza oligárquica e a construção de carreiras dos membros da elite política como mecanismo de permanência no poder político. Segundo os autores, uma carreira política consolidada ou em construção contribui para a conquista de uma cadeira no Legislativo Piauiense.

Ainda na esteira do artigo acima, Alves (2018), a partir da contribuição teórica dos clássicos da teoria das elites – Mosca, Pareto e Michells – e com base em análise documental, buscou decompor o processo de oligarquização da elite política parlamentar na ALEPI, compreendendo seu grau de homogeneização, constituição e estabilidade política que recaem sobre o referido processo. Contemplou os deputados eleitos entre os anos de 1998 a 2014, objetivando apreender como e por que as oligarquias mantêm o controle do poder político, qual a sua composição no seio do parlamento estadual, a partir de suas relações familiares, qual o perfil socioeconômico da elite parlamentar, qual a influência dos partidos políticos na configuração das bancadas e qual a estratégia utilizada pelos herdeiros políticos visando à reiteração do processo de oligarquização.

Em que pese sua natureza descritiva, os escritos de Alves trazem grande contribuição para o estudo sobre a elite política piauiense e o fenômeno do familismo político, pois carrega em seu bojo um manancial considerável de dados e informações acerca dos herdeiros

políticos, como também sobre a conformação do parlamento estadual no que tange a sua composição em termos de agentes e processos.

No entanto, é de suma importância entender como se operou em termos de estratégias os mecanismos de apropriação do espaço político no Estado e quais as implicações desse fenômeno para a composição não só política em nível estadual, mas também na formatação de todo um arranjo institucional que, apesar dos avanços democráticos e da competição eleitoral significativa, não inviabilizou a manutenção e a reprodução do fenômeno do familismo político que culmina num tipo específico de herança: a política.

Estribado nos trabalhos supramencionados, este estudo em tela parte do princípio de que existe uma elite política parlamentar com suas características, perfis e composição já delineada, cujas famílias políticas são parte integrante dessa elite. Contudo, o que se pretende perquirir é como determinados grupos familiares mantêm sua hegemonia na apropriação do espaço do poder político no legislativo estadual.

Assim, é possível considerar que a herança política no legislativo piauiense segue uma lógica própria, cujo mecanismo se apoia na aquisição e conjugação de capitais como principal “estratégia de distinção”, que permitem a manutenção e reprodução do familismo político em um tipo específico de apropriação patrimonial passiva do poder político, garantindo a possibilidade de sua transmissão hereditária.

Tal estratégia se configura em alguns aspectos, tais como: a incorporação de um *habitus*, derivado da aglutinação entre o capital cultural, a “libido social” e a socialização política, convertidos em capital simbólico; o acesso a recursos que possibilitam o alcance a uma rede social significativa, que por sua vez se convertem em capital social; e a ocupação formal de espaços de poder nas diversas instituições públicas político-administrativas que, convertidos em capital político, permitem o acesso a recursos materiais e financeiros que geram e reproduzem capital econômico.

Repousa nesses pontos o êxito de determinadas famílias em constituir herdeiros políticos, engendrando a apropriação do espaço do poder político no legislativo piauiense e convertendo-o em um bem patrimonial passível de ser transferido hereditariamente. Tal constatação é a razão instigadora deste estudo, que possibilitará um aporte teórico analítico das relações entre os agentes no campo político com lócus no parlamento estadual, centrado nas famílias políticas ali dispostas, cujo intuito é a manutenção e reprodução da herança política.

#### 4 A HERANÇA POLÍTICA NA ALEPI

O dicionário Houaiss (2013) define herança nos seguintes termos: “1. Ação de herdar, de adquirir por sucessão; 2. O patrimônio, incluindo bens, direitos e dívidas, deixado por alguém em razão do seu falecimento; 3. O que se transmite por hereditariedade”. À exceção de bens culturais, cuja herança se reifica no campo das “economias simbólicas”, a noção de herança comumente utilizada refere-se a algo que pode ser transmitido aos descendentes por meio da legitimação do formalismo jurídico, apoiada nos pressupostos legais sobre a sucessão. Nesse sentido, o bem a ser doado se caracteriza em posses tangíveis convertidas em terras, imóveis, automóveis, empresas, capital monetário etc., e encontram ancoragem jurídica clara quanto ao processo e direitos sucessórios.

No caso da herança política, não há linha sucessória garantida pelo aparato legal, não há garantias de manutenção e reprodução da herança vinculada exclusivamente aos interesses, direitos e competência dos herdeiros. Assim como os bens culturais, a herança política se assenta num conjunto de fatores que, muitas vezes, independem exclusivamente do caráter volitivo e atitudinal dos herdeiros, envolvem fatores de ordens endógenas e exógenas. Os de ordem endógena correspondem aos capitais que já fazem parte do acervo patrimonial da família política que compreende o capital político, capital econômico, capital simbólico, capital social. Os de ordem exógena concernem ao nível de emulação no campo político, à “virtú” e “fortuna” quanto ao acesso e uso dos capitais.

Para se compreender o fenômeno da manutenção e reprodução da herança política na ALEPI, faz-se necessária a observação de um breve interlúdio histórico sobre o contexto político que circunda o escopo temporal em análise, uma pequena ilustração da “*path dependence*”, qual seja: a trajetória percorrida institucionalmente que contribuiu para a verificação do mecanismo causal do fenômeno da herança política.

Até o ano de 2002 do século XXI o poder executivo estadual no Piauí sempre fora ocupado por membros das famílias políticas tradicionais do Estado ou por representantes delegados por estas, ou ainda por representantes de famílias com significativo poder econômico (SILVA, 1999). Mesmo esse fenômeno não sendo o foco primordial deste trabalho é importante salientar tal aspecto, porque incide de forma direta na construção dos mecanismos e estratégias utilizadas pelas famílias políticas com vistas à aquisição de capitais que possibilitam a manutenção e reprodução da herança política na ALEPI.

Após 1994, com a vitória eleitoral de Francisco de Assis de Moraes Sousa, “Mão Santa”, para o governo do Estado, promoveu-se certo “arejamento” junto às secretarias,

autarquias, empresas públicas e órgãos diversos da administração estadual, concernentes aos agentes ocupantes de cargos comissionados vinculados às hostes dos partidos egressos da ARENA: PDS/PPR/PPB e PFL, partidos com alto percentual de herdeiros políticos – uma parte considerável pertencendo a famílias que orbitam no poder político no Piauí desde a 1ª República, no século XIX. É importante frisar que até 1990 (11ª Legislatura) apenas 3 (três) partidos compunham o parlamento estadual. Uma possível variável explicativa para tal ocorrência decorre do fato de que o pleito de 1986 foi o último realizado sobre as cinzas da ditadura, portanto apenas esses partidos possuíam significativa estrutura e organização que lhes permitiram sucesso eleitoral, tendo em vista que eram egressos das agremiações que compunham o bipartidarismo da época do regime militar – as 30 cadeiras da ALEPI estavam assim dispostas (PIAUI, 2019; SILVA, 1999; SOARES, 2001):

Tabela 2 – Herança por partido – 11ª legislatura (1987-1990)

PARTIDO	TOTAL DE ELEITOS	FREQUÊNCIA DE HERDEIROS	%*
<b>PDS</b>	6	5	83
<b>PMDB</b>	8	6	75
<b>PFL</b>	16	6	37
<b>Total</b>	30	17	57

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do TRE-PI (2017b).

\* Percentual obtido a partir do número de herdeiros sobre o número de eleitos do respectivo partido.

Percebe-se, a partir da observação da tabela acima, a proeminência dos dois partidos – PDS e PFL – egressos da base de apoio do regime militar que, juntos, possuíam 22 cadeiras correspondendo a 73,33% dos assentos no legislativo estadual. Tais partidos eram compostos por uma parcela significativa de herdeiros políticos, o que demonstra a força do familismo político e dos capitais provenientes das famílias políticas como estratégia de manutenção e/ou reprodução da herança política. Alia-se a isso também o fato de que até 1990 a chefia do executivo era composta por uma aliança entre dois ferrenhos opositores políticos no Piauí: Alberto Silva do PMDB e Lucídio Portela do PDS, que até 1974 eram aliados políticos e alinhados com o governo militar (SILVA, 1999; EPITÁCIO; RESENDE, 2015).

Essa aliança procedeu da cisão ocorrida no seio do PDS, em virtude da saída do então governador na época Hugo Napoleão do Rego Neto dos quadros do PDS por conta do apoio declarado ao então candidato a presidente da república no colégio eleitoral, Tancredo Neves,

do PMDB, contrariamente ao que havia estabelecido Lucídio Portella que assumira a chefia do grupo político montado e liderado pelo irmão Petrônio Portella, e declarado apoio ao candidato do PDS à presidência da república Paulo Maluff. Tal fato colocou em lados opostos antigos aliados oriundos do esquema político montado pelo Ex-ministro Petrônio Portella desde o início dos anos 60 e possibilitou a criação do Partido da Frente Liberal – PFL no Piauí (SILVA, 1999).

Pode-se aduzir que mesmo com a ruptura temporária entre os Portella Nunes do PDS e Almendra e Freitas, do PFL, em 1984 – os clãs voltariam a compor aliança no pleito de 1994 –, ambas as famílias não perderam seus respectivos capitais, os primeiros porque estavam compondo o executivo estadual e os segundos porque possuíam valiosos espaços nos cargos da esfera federal no Estado. A partir de 1991 os Almendra e Freitas retornam ao governo do Estado com a vitória de Freitas Neto sobre o candidato Wall Ferraz, apoiado por Alberto Silva, que teve um governo marcado por denúncias de corrupção, atrasos de salários e baixa popularidade (SILVA, 1999).

Esse movimento de rupturas e alianças possibilitou o aumento da competição intraelites políticas e, por conseguinte, entre as famílias políticas, promovendo uma pequena alteração na composição partidária no legislativo estadual na 12ª legislatura de 1991-1995, conforme demonstra a Tabela 3, abaixo (PIAÚÍ, 2019):

Tabela 3 – Herança por partido – 12ª legislatura (1991-1994)

PARTIDO	TOTAL DE ELEITOS	FREQUÊNCIA DE HERDEIROS	%
<b>PFL</b>	12	6	50
<b>PMDB</b>	9	6	67
<b>PDS</b>	4	1	25
<b>PDC</b>	2	1	50
<b>PL</b>	2	1	50
<b>PT</b>	1	0	0
<b>Total</b>	30	15	50

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do TRE-PI (2017b).

Observa-se ligeira redução das cadeiras do PFL e acréscimo de três novos partidos na ALEPI: PT, PDC e PL. No entanto, os quadros de PDC e PL eram compostos por ex-membros do PFL e PDS. No PL, estavam Adolfo Nunes (ex-PDS) e Xavier Neto (ex-PFL); no PDC estava Paulo Henrique Paes Landim (ex-PFL). Esse movimento de migração partidária faz parte de um dos mecanismos utilizados pelos herdeiros com o objetivo de angariar capital político e também como estratégia eleitoral diante das legislações eleitorais quanto aos cargos proporcionais. Percebe-se isso com mais frequências em herdeiros cujos

partidos perderam espaços de poder, sofreram fusão ou simplesmente foram extintos. Lembrando que a extinção pode ser resultado de perda de capital político, falta de renovação das lideranças, alteração na dinâmica da competição eleitoral, migração partidária, que podem ser explicitados no caso do PFL no Piauí pós-2002, que, ao perder significativos espaços de poder, minguou até sua dissolução definitiva pós-2006. O PT emplaca seu primeiro representante, o médico e professor da UFPI Nazareno Fonteles. A partir deste pleito o partido sempre manteve representantes no legislativo, inclusive ampliando o número de representantes.

A partir de 1995 a chefia do executivo estadual estava com o PMDB de Mão Santa, que apesar de promover como agenda de campanha do ano anterior o fim das oligarquias, era ele um membro de importante e abastada família industrial do Norte do Estado e também egresso da ARENA/PDS. Além de ter composto seu secretariado com uma parcela significativa de familiares: nomeou o filho, um irmão e a mulher secretários de governo (FREITAS, 2010-2015).

O governo de Mão Santa representa a primeira ruptura com uma parcela das famílias políticas, algumas com ramificações no poder que remontam ao século XIX. No entanto, como não existe vácuo no espaço do poder político, desse cenário emerge outra elite política promovendo aquilo que Pareto (1966) cunhou como a circulação das elites, permitindo que novas famílias e novos agentes ascendessem aos espaços de poder, possibilitando o rearranjo na competição eleitoral e, conseqüentemente, maior disputa por capital político, agora mais difuso e fragmentado.

Isso pode ser verificado pela Tabela 4, abaixo, com a nova composição partidária na ALEPI, e a respectiva incidência de herdeiros políticos.

Tabela 4 – Herança por partido – 14ª legislatura (1999-2002)

PARTIDO	TOTAL DE ELEITOS	FREQUÊNCIA DE HERDEIROS	%
<b>PFL</b>	10	9	90
<b>PMDB</b>	9	6	67
<b>PDT</b>	2	2	100
<b>PPB</b>	3	1	33
<b>PSDB</b>	4	3	75
<b>PSB</b>	1	0	0
<b>PT</b>	1	0	0
<b>Total</b>	30	21	70

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do TRE-PI (2017b).

O Partido dos Trabalhadores (PT), através de Wellington Dias, rompeu com essa sequência histórica de hegemonia dos herdeiros políticos na chefia do executivo estadual. Porém, apesar do seu reiterado êxito eleitoral – sagrou-se o pleito de 2018 eleito pela quarta vez em 1º turno para o governo estadual –, sempre dispôs da aliança política com representantes das famílias políticas piauienses. Tais famílias não deixaram de manter sua inserção, influência e manutenção do poder no espaço do poder político no Estado, visto que as alianças políticas formais e informais “costuradas” ao entorno de Wellington Dias sempre contemplaram representantes oriundos dos troncos político-familiares.

Em 2002 contou com a aliança informal<sup>8</sup> do PMDB – o partido em atividade com maior incidência de herança política na ALEPI –, pois o partido indicara candidato próprio neste pleito, o ex-reitor da UESPI Jônatas Nunes, que obteve apenas 41.881 votos, votação considerada baixa para um partido de significativa envergadura política no Estado e cujo número de votos pode servir de evidência empírica para a aliança informal entre PT e PMDB. Lembre-se que neste período a família Moraes Sousa desponta como importante família política, tendo representantes incrustados no executivo e no legislativo estadual e federal (BARBOSA, 2017; RODRIGUES, 2017). Em 2006 contou com o apoio do PSB capitaneado por Wilson Martins, cujo tronco político-familiar descende do século XIX (BARROS, 2007), e legou herança à esposa Lílian Martins, ao sobrinho Rodrigo Martins e, por último, ao irmão Rubem Martins (BASTOS, 2011; NO PIAUÍ..., 2014).

O pleito de 2010 é emblemático para o fenômeno da herança política na ALEPI. Wellington Dias não podendo mais renovar seu mandato para o governo do Estado disputou vaga para o senado e, dotado de expressivo capital político e simbólico, proporcionou uma intensa disputa entre seus aliados PTB e PSB em busca do seu apoio, posto que ambos possuíam candidatos próprios ao Governo. PSB e PTB compunham os quadros do governo até então e foram os partidos que mais conquistaram prefeituras nas eleições de 2008, legando a ambos expressivos capitais político, social e econômico (JVC..., 2009; BARBOSA, 2008).

Acresce-se a isso ainda o fato de o PSB ter assumido a chefia do executivo estadual após a desincompatibilização de Wellington para concorrer ao Senado, e o PTB assumira a Prefeitura de Teresina, com a saída de Sílvio Mendes para disputar o governo. Este último contava ainda com a força política e econômica do Senador João Vicente Claudino, herdeiro do conglomerado empresarial Grupo Claudino. O cenário se mostrava extremamente pulverizado em termos de correlação de forças e equilíbrio quanto à posse de capitais entre os

---

<sup>8</sup> Chama-se aliança informal pelo fato da mesma não ter sido homologada pelas convenções dos respectivos partidos.

três candidatos e se caracterizou por intensa disputabilidade. A consequência disso foi a ocorrência de maior concentração de herdeiros políticos na ALEPI – 80% –, com considerável equilíbrio entre os partidos na composição e distribuição das cadeiras (PIAUI, 2017a; PIAUI, 2017b), como pode ser observado na Tabela 5, abaixo:

Tabela 5 – Herança por partido – 16ª legislatura (2011-2014)

PARTIDO	TOTAL DE ELEITOS	FREQUÊNCIA DE HERDEIROS	%
<b>PMDB</b>	5	5	100
<b>PSB</b>	5	5	100
<b>PT</b>	5	3	60
<b>PTB</b>	4	4	100
<b>PSDB</b>	3	3	100
<b>DEM</b>	2	1	50
<b>PDT</b>	2	1	50
<b>PP</b>	1	1	100
<b>PPS</b>	1	1	100
<b>PTC</b>	1	0	0
<b>PCdoB</b>	1	0	0
<b>Total</b>	30	24	80

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do TRE-PI (2019).

Em 2014 o PT obteve a aliança de herdeiros de dois troncos político-familiares, os Nogueira e os Portella Nunes, numa aliança formal com o PP, além da habitual adesão dos dissidentes do PMDB que mais uma vez, como em 2006, disputava contra o PT o cargo para Governador. Percebe-se neste pleito um deslocamento de eixo “latitudinal” quanto ao espectro ideológico, pois representa um deslocamento diametral entre polos ideológicos antagônicos. Enquanto que, nas eleições anteriores, a aliança para a chapa majoritária o PT compunha com partidos de esquerda, nessa eleição a coligação se deu com um partido de direita, oriundo da antiga ARENA.

O que se pode aduzir das exposições anteriores é que independente da configuração das alianças partidárias, do arejamento no parlamento com a inserção de novos agentes e do nível de competição eleitoral, subjaz a concepção de que no contexto do campo político do Piauí, e em particular na ALEPI, as famílias importam.

Em se tratando de cálculo político, do ponto de vista racional e estratégico, as coligações realizadas pelo PT circundam a natureza intrínseca ao campo político e estão circunscritas na categoria do “presidencialismo de coalizão” subnacional, que em busca de governabilidade impele a necessidade de ampliação da base governista no intuito de obter a maioria da bancada no parlamento estadual e, assim, implantar a agenda governamental.

#### 4.1 Os troncos político-familiares

Esta seção busca traçar um breve caminho percorrido pelas famílias políticas com vistas à manutenção e reprodução da herança política na ALEPI, tomando como escopo temporal o período compreendido entre 1986 a 2014, abrangendo 8 (oito) legislaturas – da 11<sup>a</sup> à 18<sup>a</sup> legislatura. Não cabe aqui estabelecer o ponto de origem genealógica<sup>9</sup> das famílias políticas, mas apenas as fontes originárias no que concerne à apropriação patrimonial do espaço do poder político, cujo lócus de concentração da análise é a ALEPI.

A noção de família política é aqui compreendida como o grupo familiar (consanguíneo ou por afinidade) caracterizado por significativo capital econômico-político-social-simbólico que arregimenta diversos recursos estratégicos de poder que permitem a ocupação reiterada do espaço do poder político por meio da transmissão hereditária. Ou, como classifica Monteiro (2016, p. 19),

Compreende-se aqui por famílias políticas como sendo aquelas famílias que herdaram ou constituem capital político-familiar que permite a inserção de vários parentes e/ou agentes que se encontram no âmbito da parentela no aparelho de Estado, tanto nos cargos de comando dos principais órgãos do Estado, como nos cargos eletivos e de representação (vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal, governador e senador) na república brasileira.

Para fins de ilustração de alguns termos conceituais consideramos o Tronco Político-Familiar a base originária da herança política; o parente que conquistou o primeiro espaço e a partir deste se construiu o familismo político que culminou com a herança, ou seja, o termo aqui é compreendido não estritamente no aspecto genealógico, mas no aspecto da manutenção e reprodução da herança política.

Inicialmente elencam-se os troncos político-familiares cujos herdeiros mantêm ou reproduzem essa herança por todo o espaço temporal foco desta investigação, cognominados, consolidados; em seguida, aqueles que permaneceram ou permanecem por um maior período de tempo; e, por fim, os novos herdeiros (os neófitos), cuja herança é legado dos últimos dois pleitos.

Assim, temos os seguintes troncos político-familiares e seus respectivos herdeiros que compõem o universo amostral deste trabalho, que será dividido em heranças consolidadas, heranças emergentes e/ou neófitas e heranças interrompidas:

---

<sup>9</sup> A genealogia pressupõe o uso do método genealógico e/ou prosopográfico e requer a busca pela origem, pelo mito fundador do tronco-político familiar, processo que não contempla o escopo temporal desta pesquisa.

Quadro 1 – Troncos político-familiares – Heranças consolidadas (1986-2014)

TRONCO POLÍTICO-FAMILIAR	PROCESSO SUCESSÓRIO (HERDEIROS)	TIPO DA HERANÇA	PARTIDO	TEMPO DA HERANÇA
DIAS DE CASTRO	José Dias de Castro → Marcelo Castro	Direta	PMDB	103 anos
NUNES	Alcides Martins Nunes → Luciano Nunes → Luciano Nunes Filho	Transversal / Direta	PMDB / PFL / PSDB	71 anos*
BRITO MONTEIRO	Alberto Monteiro → Fernando Alberto de Brito Monteiro	Direta	PFL / PTB	71 anos*
MOURA SANTOS	Waldemar Santos → João Santos → Warton Santos → Pablo Santos	Transversal – Direta	PMDB	60 anos*
EULÁLIO	Severo Eulálio → Oscar Eulálio → Kléber Eulálio → Severo Eulálio Neto	Direta	PMDB	60 anos**
PORTELLA NUNES	Marcelo Coelho → Margarete Coelho	Transversal	PP	60 anos
PAULO	David Paulo → Sabino Paulo → Roncali Paulo → Firmino Filho → Firmino Paulo	Direta	PFL / PSDB	60 anos*
SAMPAIO PEREIRA	Themístocles Sampaio Pereira → Themístocles Sampaio Pereira Filho	Direta	PMDB	60 anos*
CASTRO FERREIRA	Gaspar Dias Ferreira → Ferreira Neto → Edson de Castro Ferreira	Direta	PFL / DEM	56 anos
NUNES BRANDÃO	Wilson de Andrade Brandão → Wilson Nunes Brandão	Direta	PFL	52 anos**
MARQUES	Joca Marques → Raimundo Marques → Ismar Marques / Janafina Marques	Direta	PFL/PSB/PTB	48 anos
MORAES SOUSA	Francisco de Assis Moraes Souza (Mão Santa) → Antonio José de Moraes Souza → Antonio José de Moraes Souza Filho → Juliana Falcão	Direta / Transversal	PMDB	40 anos
ISAÍAS DA SILVA	José Isaías da Silva → Hélio Isaías da Silva	Direta	PTB	38 anos
CAVALCANTE E MENESES	Luís Meneses → Marden Luís B. C. e Meneses	Direta	PSDB	35 anos
LAVOR NERI	José Neri → José Icemar Lavor Neri	Direta	PPB/PTB	30 anos
ALENCAR PIRES REBELO	João Henrique Ferreira de Alencar Pires Rebelo	Transversal	PMDB/PT	28 anos
NUNES MARTINS	Wilson Nunes Martins → Lilian Martins → Rubens Martins	Direta	PSB	24 anos
LINHARES DE ARAÚJO	Fco Donato Linhares → Ana Paula A. de Carvalho → José Santana	Direta / Transversal	PMDB	24 anos
RODRIGUES NOGUEIRA	Flávio Nogueira → Flávio Nogueira Jr.	Direta	PDT	20 anos

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da ALEPI (2017a) e TRE-PI (2017b).

\*Familismo político iniciado em 1958, através do patriarca Waldemar Santos, mas sofreu interrupções na década de 70, voltando a partir da década de 80.

\*Herança com pequenas interrupções ao longo deste tempo.

\*\*Herança contínua sem sofrer interrupção nestes 60 anos, herança mais exitosa na ALEPI.

Legenda:

Herança de pai para filho →

Herança de cônjuge →

Herança de tio para sobrinho (a) →

Herança de sogro →

Herança de irmão / irmã →

Herança de cunhado ↔

Quadro 2 – Troncos político-familiares – Heranças emergentes/neófitas (2010-2014)

TRONCO POLÍTICO-FAMILIAR	PROCESSO SUCESSÓRIO (HERDEIROS)	TIPO DA HERANÇA	PARTIDO	TEMPO DA HERANÇA
EULÁLIO	Kléber Eulálio → Severo Maria Eulálio Neto	Direta	PMDB	60 anos
SANTOS MOURA	Warton Santos → Pablo D. De Moura Santos	Direta	PMDB	60 anos*
PAULO	Firmino Filho → Firmino Soares Paulo	Direta	PFL / PSDB	60 anos*
MARQUES	Joca Marques → Edilberto Marques → Janaína Pinto Marques	Direta		48 anos
ARCOVERDE	Dirceu Arcoverde → Julio Ferraz Arcoverde	Transversal	PP	45 anos*
MORAES SOUSA	Antonio José de Moraes Souza Filho → Juliana M. F. Moraes Souza	Transversal	PMDB	40 anos
FERREIRA LIMA	Júlio César Lima → Georgiano F. Lima Neto	Direta	PSD	42 anos
XAVIER	Xavier Neto → Fabio H. M. Xavier de Oliveira	Direta/ Transversal	PR	36 anos
DIAS	Wellington Dias → Rejane Dias	Transversal	PT	26 anos
NEIVA	Avelino Neiva → Gustavo Sousa de Neiva	Direta		21 anos
PRODRIGUES NOGUEIRA	Flávio Nogueira → Flavio R. Nogueira Junior	Direta	PDT	20 anos
COELHO	Luís Coelho → Lusieux Feitosa Coelho	Transversal	PP	18 anos

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da ALEPI (2017a) e TRE-PI (2017b).

Nota: As heranças emergentes ou neófitas são constituídas por aquelas cuja reprodução se deu a partir do pleito de 2010 ou a pelo menos 2 pleitos.

Observa-se que, mesmo no caso de herdeiros neófitos, o familismo político advém de considerável tempo. É a reprodução da herança motivada pelo uso conjugado dos capitais e que também propicia a entrada de novos troncos político-familiares na arena política, como nos casos dos Rodrigues Nogueira e dos Neiva.

Quadro 3 – Troncos político-familiares – Heranças interrompidas (1986-2010)

TRONCO POLÍTICO-FAMILIAR	PROCESSO SUCESSÓRIO (HERDEIROS)	TIPO DA HERANÇA	PARTIDO	TEMPO DA HERANÇA
ALMENDRA FREITAS	Ferdnand Freitas → Robert Freitas	Direta/Transversal	PFL	109 anos*
MEDEIROS	Bona Medeiros → Gustavo Medeiros	Direta	PFL	42 anos
SILVA	Alberto Silva → João Silva Neto	Direta	PMDB	44 anos
CASTRO DIAS*	Manoel da Silva Dias → Batista Dias	Direta	PMDB	35 anos
PAES LANDIM	Luís Gonzaga Paes Landim → Paulo Henrique Paes Landim	Direta	PFL	67 anos
ALVES NUNES	Afrânio Nunes → Adolfo Júnior de Alencar Nunes	Direta	PDS / PDC / PDT	40 anos
MACEDO	Waldemar Macedo → Newton Macedo → Fco de Sousa Martins Neto	Direta/Transversal	PFL	43 anos
MOURÃO	Domingos Mourão Filho → José Lourenço De Araújo Mourão → Gerson Mourão	Direta	PFL	35 anos
OLÍMPIO DE MELLO	José Olímpio de Mello → Guilherme Mello → Matias Olímpio Pires de Mello	Direta	PDS	74 anos
MELO	César Melo → Maurício Melo → Margarida Bona	Direta	PDS / PFL / PDT	20 anos
BARROS ARAÚJO**	Antonio De Barros Araújo → Joaquim Kennedy Nogueira Barros → Abel Barros Araújo	Direta	PFL	28 anos
ROCHA LEAL	Sebastião Rocha Leal → Sebastião Rocha Leal Jr.	Direta	ARENA / PDS / PFL	42 anos
XIMENES DO PRADO***	Elias Ximenes do Prado → Elias Ximenes do Prado Jr.	Direta	PDT	29 anos
TAPETY	Juarez Tapety → Mauro Expedito Reis de Freitas Tapety	Direta	PDS / PFL / PMDB	56 anos
CASTELO BRANCO	Homero Ferreira Castelo Branco	Direta	PFL	32 anos
EVARISTO DE PAIVA	Manuel Evaristo de Paiva → Pompílio Evaristo	Direta	PSDB	10 anos
PEREIRA / DAMASCENO	José Ribamar Pereira (Cabelouro) Francisco das Chagas Rego Damasceno → (Manin Rego) → Nise Rego	Transversal	PMDB	16 anos
CARVALHO LEÃO	José Leão → Maria José Ribeiro de Carvalho (Mazé Leão)	Transversal	PFL	18 anos
FÉLIX DE ANDRADE	Joãozinho Félix → Antonio Félix de Andrade	Direta	PPS	14 anos
MEDEIROS	Gil Paraibano → Tazmânia Gomes De Medeiros Oliveira (Belê Medeiros)	Direta	PSB	10 anos

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da ALEPI (2017a) e TRE-PI (2017b).

\*Herança interrompida por motivo de problema de saúde do herdeiro que deixou a atividade política em 1993.

\*\*Ascendente e herdeiro assumiram respectivamente o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

\*\*\*Herança interrompida por falecimento do herdeiro.

As heranças interrompidas são constituídas por aquelas cuja reprodução se deu por interrupção de um conjunto de fatores: a) aposentadoria do herdeiro por falecimento ou motivo de saúde, como nos casos de Elias Ximenes do Prado Jr., falecido no exercício do mandato no ano de 2002, e Batista Dias, que se afastou da política em 1993; b) ascendente e/ou herdeiro assumem outras posições de comando em outras esferas do poder público; e c)

por perda de capital político do tronco político-familiar, fato que representa a maior parte das heranças interrompidas. Curiosamente, tais interrupções coincidem com três acontecimentos políticos importantes ocorridos no Piauí: i) o declínio dos partidos egressos da ARENA, como o PDS e o PFL, que mesmo mudando o nome das siglas não reproduziram os êxitos eleitorais do passado; ii) a circulação das elites dirigentes, representada na ruptura do comando do executivo a partir de 1994 com a vitória de Mão Santa para o governo estadual; e iii) ascensão do PT e Wellington Dias como força política estadual (BRASIL, 2002).

#### 4.2 Ramificações familiares: imbricação e herança política

O chão que sustenta o familismo político no Piauí é denso. Suas raízes são profundas, sua teia é trançada e ramificada em diversos níveis, cujo epicentro são as relações interfamiliares consubstanciadas pelos laços matrimoniais muitas vezes de caráter endogâmico. Brandão (1995, p. 97) alude sobre isso desde a formação político-econômica do Piauí colonial, alicerçada a partir das redes familiares:

Na capitania do Piauí a vida acontecia na zona rural e a estrutura de poder tinha por base o grupo familiar. Nas fazendas piauienses, genuínos núcleos de povoamento local, a endogamia social e parental era fator de fortalecimento político-econômico da família. Nesse contexto, o caráter elitista da família foi adquirido e preservado através da seleção dos cônjuges. Ao tempo em que se ampliava o núcleo familiar, a rede de parentesco foi sendo tecida pelos laços matrimoniais. O prestígio e o poder do grupo familiar foram garantidos através do controle do poder do Estado, exercido através da ocupação de cargos e funções político-administrativos.

Entretanto, essa configuração não se restringiu ao período passado; ainda permeia nossos dias, contraindo contornos específicos, porém com a mesma substância. A rede familiar, “grupo extenso de parentesco, detentor do poder” (BRANDÃO, 1995, p. 292), permanece como fonte importante de recursos e conversão de capitais. Seguem alguns exemplos de ramificações:

- a. **Petrônio Portela** - casou-se com Iracema Freitas, filha do ex-governador Pedro Freitas, que contraiu primeiras núpcias com Gaioso de Almendra, e essa união entrelaçou os troncos Gaioso de Almendra/Almendra e Freitas;
- b. **Hélio Isaías** - irmão da vereadora Graça Amorim, casado com a atual prefeita de São Raimundo Nonato, Carmelita de Castro Silva, que é irmã de Margarete Coelho, que é casada com Marcelo Coelho, filho de Nathan Portela, sobrinho de Petrônio

Portela, Lucídio Portela e tio de Iracema Portela, que é x-esposa do ex-governador Guilherme Melo, e agora está casada com o Senador Ciro Nogueira, do tronco político-familiar dos Nogueira, da região de Pedro II.

- c. **Themístocles Filho** - descende do tronco familiar dos Ribeiro Gonçalves, das irmãs Ana e Júlia Ribeiro Gonçalves, comum a Robert Freitas, Adolfo Nunes e ainda, mais periféricamente, Benedito Sá.
- d. **Guilherme Melo** - descende da imbricação dos quatro grandes troncos familiares da região Norte do Estado: Pires Ferreira, Olympio de Mello e Castello Branco. Foi casado com Iracema Portela.
- e. **Luciano Nunes** - casou-se com uma filha de Alcides Nunes Martins, que era filho de Abdon Portela Nunes, que, por sua vez, era sobrinho de Eustáquio Portela, pai de Petrônio e Lucídio Portela. Portanto, Luciano Nunes Filho descende pelo lado materno do tronco político-familiar dos Portela Nunes.

Como se observa, as ramificações dos troncos político-familiares são extensas e perpassam o tempo e precisam ser esmiuçadas. Reafirmando, não é pretensão deste trabalho dissertativo descrever a genealogia ou a prosopografia do poder político no Piauí pelas linhas do familismo político, que seria algo que requer maior dispêndio de tempo e estofamento teórico-metodológico. O método genealógico e o prosopográfico são ferramentas ainda em construção. Entretanto, incide a necessidade premente de investigar os mitos fundadores desse processo.

### 4.3 O perfil dos herdeiros

O espaço do campo político não é preenchido por “qualquer um”, apesar do aspecto normativo e axiológico vinculado à democracia liberal representativa e ao formalismo isonômico amplamente festejado nos sistemas democráticos representativos. A política é uma atividade elitista; não se acessa com êxito nessa arena sem dispor de certos recursos estratégicos de poder ou certos atributos, sejam estes adstritos ou conquistados. Como atributos adstritos, consideramos aqueles de ordem natural, como gênero, cor e idade. Já os atributos conquistados se enquadram naqueles de origem socioeconômica, como renda/classe social e escolaridade.

Quanto aos recursos estratégicos de poder, aqui se referem à conjugação dos atributos adstritos e conquistados. Estes são de ordem econômica, material, política, social e simbólica. Para que um herdeiro político almeje conquistar espaço na arena política, é necessária a

aquisição de características que possibilitam a construção de um perfil que seja condizente com os requisitos “nobiliárquicos” requeridos para o cargo, aqui compreendidos nos aspectos simbólicos da “nobreza” referentes à origem familiar, formação escolar e “pedigree” político (MONTEIRO, 2016).

São raras as exceções entre os membros do legislativo piauiense que não dispõem de um ou vários desses requisitos. Por um lado, tais exceções satisfazem à regra axiológica e normativa da democracia representativa, mas, por outro lado, reforçam a tese do caráter elitista da política e evidenciam a operacionalização das “estratégias de distinção”. Ou seja, o campo político exige um perfil que abranja um conjunto de características que permitem a diferenciação do agente político (profissional) dos outsiders (profanos) do referido campo.

A simples observação dos dados referentes ao perfil socioeconômico dos herdeiros políticos no legislativo estadual reforça o elitismo em sua composição. Em contrapartida, os perfis dos parlamentares que não possuem sua origem nas famílias políticas contrastam entre si, percebendo certa regularidade e semelhança entre aqueles oriundos das famílias políticas, isto é, há maior diversidade e heterogeneidade – no que concerne aos atributos adstritos e conquistados – entre os parlamentares sem origem política familiar do que entre os parlamentares herdeiros políticos, estes possuindo entre si um maior grau de homogeneidade. O perfil elitista da ALEPI se torna ainda mais evidente quando contrastado com o perfil socioeconômico da maioria da população piauiense.

Alguns aspectos mantêm uniformidade nos caracteres dos herdeiros políticos consolidados – aqueles primeiros que herdaram a herança – em relação aos herdeiros neófitos, aqueles de terceira ou segunda geração. Tal uniformidade permite a absorção da designação de elite no sentido clássico, em função de características identitárias comuns, perfis socioeconômicos semelhantes e participação dos mesmos círculos culturais. Os aspectos comuns residem nos requisitos educacionais, gênero e na socialização política. Em sua grande maioria, os herdeiros possuem formação escolar superior (84%), contrastando com a realidade educacional da maioria da população do Estado, em que cerca de 5% possuem curso superior, de acordo com os dados do IBGE (BRASIL, 2010).

No que concerne aos atributos adstritos, os herdeiros em sua maioria são homens (91%), brancos (84%) e com patrimônio médio acima de R\$ 400.000,00. Apesar de o fenômeno da herança na ALEPI remontar à época da Primeira República, e o voto feminino ter sido implantado no Brasil na década de 1930, somente em 1974 registra-se a primeira mulher eleita para o legislativo piauiense. Trata-se de D. Josefina Ferreira Costa, que também se torna a primeira herdeira, pois assumira a cadeira anteriormente ocupada por seu marido,

Raimundo Vaz da Costa Neto, que passou a integrar os quadros do TCE (irmão do hoje deputado federal Paes Landim), ex-deputado estadual, seu parente e filho de Senhorito Paes Landim. Eleita somente para o referido pleito, D. Josefina não concorreu à reeleição a pedido do marido (BRASIL, 2017b; SOUSA, 2008).

Após esse evento, somente em 1998 registramos a segunda herdeira na ALEPI, Margarida Bona, irmã dos ex-deputados César Melo e Maurício Melo. O primeiro concorreu ao pleito daquele ano a uma vaga na câmara alta e o segundo exercia o mandato de vice-prefeito do município de Campo Maior, distante 84 Km da capital. A herança política, quando transmitida a uma mulher da família, em sua maioria a preferência é dada à esposa do ascendente. Apenas três casos se distinguem: os casos de Margarida Bona, já supramencionada; o caso de Tazmânia Gomes de Medeiros Oliveira (Belê Medeiros), sobrinha de Gil Paraibano (ex-prefeito de Picos); e o de Janaína Marques, filha de Edilberto Marques, ex-prefeito de Joca Marques. É pertinente colocar o caso de ascendentes que, na ausência de filhos varões, destinou sua herança aos genros, o que implica inferir que a transmissão da herança segue a lógica do patriarcado ainda em voga em nossa sociedade (PIAUÍ, 2018; PIAUÍ, 2019).

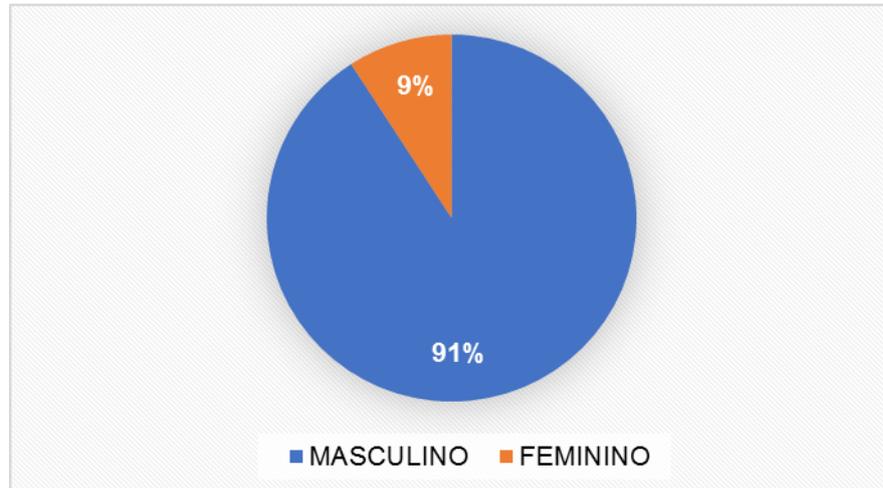
Observa-se também que os herdeiros consolidados, em sua maioria, passaram por uma experiência executiva e/ou administrativa antes de chegar à legislatura estadual ou advinham do legislativo municipal. Tal característica não é observada nos herdeiros emergentes/neófitos, que em sua grande parte não trazem histórico de experiência política ou administrativa anterior ao exercício da legislatura.

Uma grande parte dos herdeiros políticos neófitos alça cargos na esfera do executivo após o ingresso no poder legislativo; é o poder legislativo a fonte de acesso a cargos na esfera do executivo. Porém, é através do acesso a cargos na esfera do executivo municipal/estadual e no comando na esfera dos partidos que os herdeiros políticos ampliam seu capital político que possibilita a conjugação dos demais capitais com vistas à manutenção e reprodução da herança política na ALEPI. As relações entre essas esferas são difusas, imbricadas, e o controle dos espaços nem sempre se ordena a partir de membros da própria família, em termos de consanguinidade, mas também em agentes agregados às famílias por afinidade, aquilo que constitui a parentela, que consiste em esposas, cunhados, afilhados políticos.

Sinteticamente, o perfil da herança política na ALEPI configura-se, em sua maioria, na faixa etária concentrada em sua maioria entre 36 e 55 anos, com formação superior, geralmente em profissões liberais (médicos, advogados, engenheiros e economistas) e, como já dito, homens e brancos. No que concerne às profissões, utilizar-se-á como referência inicial

a formação acadêmica principal/primeira dos herdeiros, mesmo que alguns não exerçam ou nunca exerceram efetivamente o ofício. Em uma rápida observação, constata-se o abandono do exercício da profissão em áreas como Direito e Economia, chegando a alguns casos em que o herdeiro sequer exerceu sua profissão vinculada à sua formação (PIAÚÍ, 2017a; PIAÚÍ, 2017b).

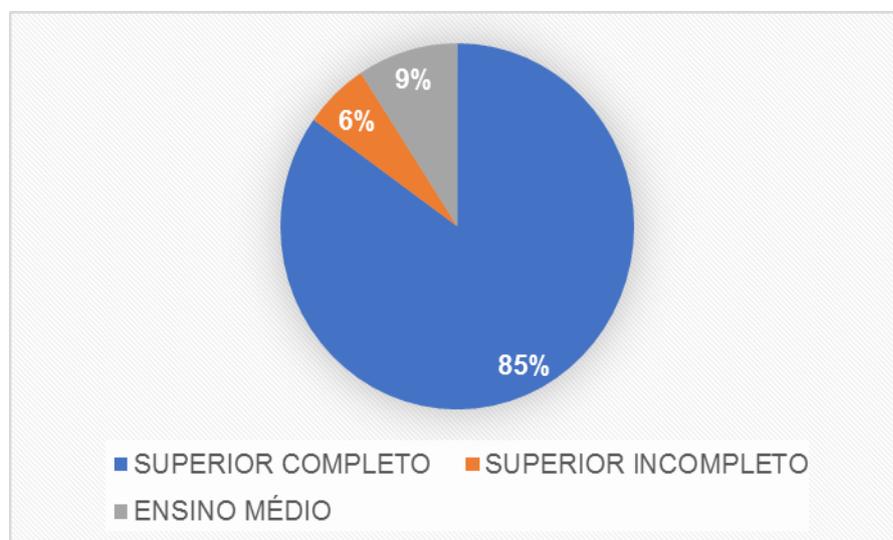
Gráfico 6 – Perfil da herança por gênero (1986-2014)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do TRE-PI (2017b).

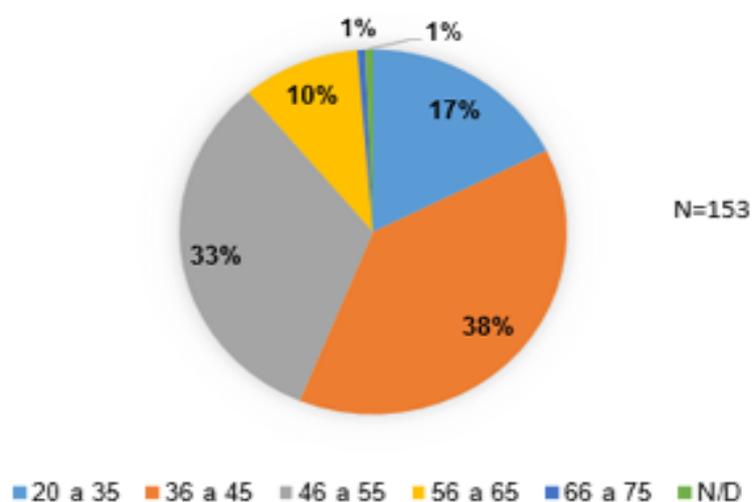
Nota: Masculino N=139; Feminino N=14

Gráfico 7 – Perfil da herança por grau de instrução (1986-2014)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do TRE-PI (2017b).

Gráfico 8 – Perfil da herança por faixa etária (1986-2014)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do TRE-PI (2017b).

Tabela 6 – Distribuição por formação acadêmica/profissão (1986-2014)

QUADRO CONSOLIDADO FORMAÇÃO/PROFISSÃO 1986-2014			PLEITOS							
PROFISSÃO	FREQUÊNCIA*	%	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
DIREITO	46	30%	5	4	4	4	6	6	9	8
MEDICINA	38	25%	5	5	6	7	5	3	4	3
ECONOMIA	17	11%	1	1	2	4	2	1	4	2
ENGENHARIA (DIVERSAS)	13	8%	2	2	2	2	1	1	1	2
EMPRESÁRIO	8	5%	1	1	1	1	2	1		1
ND	8	5%			1	1	2	2	1	1
FUNC. PÚBLICO	7	5%	2	2	0	1	1	1		
FISIOTERAPIA	4	3%					1	1	1	1
PEDAGOGIA	3	2%						1	2	
ENFERMAGEM	2	1%						1	1	
ODONTOLOGIA	2	1%							1	1
GEOLOGIA	1	1%	1							
PSICOLOGIA	1	1%			1					
PROFESSORA PRIMÁRIA	1	1%				1				
HISTÓRIA	1	1%								1
ESTUDANTE	1	1%								1
<b>TOTAL</b>	<b>153</b>	<b>100%</b>								

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do TRE/PI 2019 e ALEPI 2018.

\* Os números absolutos levam em conta o número de cadeiras herdadas, tendo em vista que há repetição de herdeiros.

Os dados apontam para o aspecto elitista e machista na composição dos herdeiros na ALEPI. O machismo não se restringe apenas à maciça ocupação das cadeiras herdadas por homens, mas também pelo tipo de composição das cadeiras herdadas por mulheres, pois há um só registro de cadeiras herdadas por filhas, o caso de Janaína Marques e um caso de sobrinha – Tazmânia Medeiros<sup>10</sup>. Todas as demais foram ocupadas por esposas dos antecessores, sendo algumas com a possibilidade de devolução ao legítimo herdeiro. No que concerne ao caráter elitista pode ser evidenciado de três formas: cor, renda e escolaridade. Em sua grande maioria, os herdeiros constituem-se de homens brancos, com formação superior e com patrimônio acima de R\$200.000. Características muito distintas da maioria da população do Estado do Piauí, constituída majoritariamente por negros (72% - 2017\*), com rendimento nominal mensal domiciliar per capita (2017\*) de R\$ 750,00, e apenas 5,11% possuem curso superior, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2017).

Demonstram também a predominância nas formações acadêmicas nos cursos de bacharelado que conferem expressivo grau de notoriedade e distinção, correspondendo a 75% do total, abrangendo as áreas de Medicina, Direito, Engenharia e Economia. Os herdeiros, per si, já constituem uma elite quanto ao aspecto posicional na estrutura do estrato social e isso já lhes confere capital simbólico, social e econômico. Como enfatiza Bourdieu (2007), o capital social e cultural são fontes geradoras de capital econômico.

O acesso aos diversos tipos de capitais necessários ao êxito no campo político é em larga escala muito mais acessível a quem pertence aos troncos político-familiares do que àqueles que se situam fora desses, tendo em vista que pertencer a um tronco político-familiar já garante ao herdeiro estratégias de distinção, que se convertem nos capitais e, conseqüentemente, em recursos estratégicos de poder. Contudo, o êxito da manutenção ou reprodução da herança dependerá do uso conjugado dos capitais.

---

<sup>10</sup> Respectivamente filha de Edilberto Marques, ex-prefeito de Joca Marques, e sobrinha de Gil Paraibano, ex-prefeito de Picos.

## 5 ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO E REPRODUÇÃO DA HERANÇA POLÍTICA: O USO CONJUGADO DOS CAPITAIS

Até o ano de 2002 do século XXI o poder executivo estadual no Piauí sempre fora ocupado por membros das famílias políticas tradicionais do Estado ou por representantes delegados por estas. Mesmo este fenômeno não sendo parte primordial do escopo deste trabalho é importante salientar tal aspecto, porque incide de forma direta na construção de parte dos mecanismos e estratégias utilizadas pelas famílias políticas para reprodução da herança política na ALEPI. O Partido dos Trabalhadores (PT), através de Wellington Dias, rompeu com essa sequência histórica de hegemonia dos herdeiros políticos na chefia do executivo estadual. Porém, apesar do seu reiterado êxito eleitoral – sagrou-se em 2018 eleito Governador do Estado pela 4ª vez em 1º turno – sempre dispôs da aliança política com representantes dos troncos político-familiares (SILVA, 1999).

Tais famílias não deixaram de manter sua inserção, influência e manutenção do poder no espaço do poder político no Estado. As alianças políticas (coligações partidárias amplas) “costuradas” pelo Governador Wellington Dias e o Partido dos Trabalhadores (PT) sempre contemplaram representantes oriundos dessas famílias. Isso provém do fato de que não há um partido com considerável representatividade na ALEPI que não contenha em seus quadros um ou vários herdeiros políticos.

O herdeiro político acessa primeiramente o campo político empregando essencialmente os capitais oriundos do seu tronco político-familiar. O primeiro passo é a manutenção e/ou ampliação do capital político, tendo em vista que por se tratar de família política já dispõe de significativo volume deste capital. Uma clara evidência empírica pode ser observada no momento da primeira legislatura do herdeiro neófito, onde todos – sem exceção – trazem como principal ativo o sobrenome e a expertise do ascendente, além de todo o arsenal de capital político delegado resultante de décadas de exercício do poder político. A apropriação deste capital propicia aos herdeiros visibilidade, acesso a um conjunto de redes de relações sociais e políticas que possibilita o contato com o maior número de lideranças políticas e permite oportunizar a consolidação do mecanismo causal que engendrará a manutenção e reprodução da herança política.

O segundo passo é o adensamento do capital social, a apropriação das redes de relações sociais já constituídas pela família ao longo do tempo. Isso ocorre quase que “naturalmente”, porque já faz parte do seu *background* familiar. Situa-se no escopo dos grupos sociais sob os quais pertence e contempla a rede de aliados, correligionários, cabos

eleitorais, lideranças políticas locais etc. É o capital da economia simbólica, cabendo somente à ampliação desse capital para além dessas redes já pré-estabelecidas. Concomitante a esse processo se insere o capital simbólico, derivado do *habitus*, o conjunto de condutas sociopoliticamente estruturadas que corroborarão no atributo que confere ao herdeiro o epíteto de político, que pode ser superficialmente apreendido externamente como carisma.

Por fim, e não menos importante, situa-se na manutenção e/ou ampliação do capital econômico, pois, dispondo dos demais capitais, os herdeiros políticos viabilizam maior captação de doações para suas campanhas eleitorais, que, por sua vez, ocasiona o emprego de um volume maior de recursos materiais, humanos, publicitários etc. Nessa perspectiva, as famílias políticas e seus respectivos herdeiros já se inserem no campo político com considerável vantagem, apesar de não ter assegurada a manutenção e/ou reprodução da sua herança.

Observando a lógica e as estratégias utilizadas pelas famílias políticas com vistas à manutenção e reprodução da herança política na ALEPI, pode-se inferir que:

- I) Os herdeiros políticos se enquadram no pressuposto escopo da Teoria das Elites, no que concerne ao seu grau de organização, homogeneidade, marcadores identitários e atributos adquiridos;
- II) Os troncos político-familiares e seus respectivos herdeiros constituem-se em grupos organizados que se utilizam dos capitais (políticos, econômicos, sociais e simbólicos) como mecanismos que possibilitam, além da “estratégia de distinção” no campo político, uma alta probabilidade de êxito eleitoral.
- III) O alcance da apropriação patrimonial do espaço do poder político por parte das famílias políticas perpassa o campo eminentemente político e se insere nas mais diversas instâncias da esfera estatal, abrangendo campos dos três poderes, executivo, legislativo e judiciário, e órgãos de controle como o TCE.
- IV) A incidência da manutenção e reprodução da herança política tem sido uma constância na história política do Piauí e tem se ampliada consideravelmente no período pós-redemocratização, sem distinção de sigla partidária ou espectro ideológico.

Como casos ilustrativos, algumas famílias chegaram a possuir representantes concomitantemente em diversas esferas de poder, como a família Paes Landim, que, em 2012, possuiu um representante na ALEPI (Amparo Paes Landim), um na câmara federal (José Francisco Paes Landim) e um na alta corte da justiça estadual, exercendo a função de Desembargador, o Dr. Francisco Antonio Paes Landim Filho.

A família Moraes Sousa possuiu concomitantemente representantes nos poderes executivos e legislativo estadual e federal. No executivo, o Governador Mão Santa; na Câmara Federal, seu irmão Antonio José de Moraes Sousa; e, na ALEPI, Antonio José de Moraes Sousa Filho. Esse tronco produziu ainda 2 governadores do Estado.

O tronco político-familiar Almendra e Freitas também ocupou diversas instâncias de poder concomitantemente na década de 90, tendo Freitas Neto no executivo estadual, Hugo Napoleão no Senado, Átila Lira na câmara federal e Robert Freitas na ALEPI, este último sendo inclusive o Presidente do legislativo estadual (PIAUÍ, 2017a; PIAUÍ, 2017b).

O predomínio político desta família política até final dos anos 70 tinha circunscrição apenas regional no Estado, concentrada nas regiões de União, José de Freitas e Teresina. Porém, o primeiro registro de força política deste tronco remonta ao século XIX, mas precisamente no ano de 1893, quando o patriarca José de Freitas se torna Intendente do município de Livramento (atual José de Freitas). Mas foi a partir do início dos anos 80, com a vitória de Hugo Napoleão para o governo do Estado – o primeiro eleito por voto popular após abertura política – que esta família política passou a possuir maior envergadura, influência e poder. Este caso é um exemplo, dentre vários, ilustrativo do uso conjugado dos capitais como mecanismo de manutenção e reprodução da herança.

Sobre este período o ex-deputado estadual (de 1966 a 1982), ex-presidente da ALEPI (1979 a 1982) e ex-conselheiro do TCE (1983, Afrânio Nunes (1982) em seu livro “Homens e fatos do meu tempo” narra um fato emblemático que simboliza bem o contexto. Em disputa interna no PDS pela vaga de candidato a governador para o pleito de 1982, foi procurado no ano anterior pelo então deputado Sebastião Leal para dar apoio à candidatura do professor Camilo Filho, que fora preterido pelo partido em favor de Hugo Napoleão, o autor sintetiza o quadro da seguinte forma:

Hugo consegue o apoio dos industriais e comerciantes do Piauí, comandados pelo primo João Freitas. Não demora muito consegue também o apoio da Associação Médica comandada pelo primo Robert Freitas. Entre os políticos é apoiado por 70 prefeitos e alguns professores. A esta altura o Governador Lucídio Portela, coordenador da indicação do nome do candidato do PDS ao Governo, estava convencido de que a candidatura de Hugo Napoleão era a que reunia o consenso do partido. [...] (NUNES, 1982; p. 241).

A partir de então, o tronco político-familiar Almendra e Freitas se constitui no mais importante grupo político no Estado, juntamente com o grupo capitaneado por Petrônio Portela. O retorno do capital social empreendido por Robert Freitas em favor do primo Hugo

Napoleão veio no pleito seguinte (1986) quando se sagrou eleito Deputado Estadual, com 19.231 votos. Além do primo governador, seu outro primo Freitas Neto era prefeito de Teresina e Deputado Federal e seu pai exercera o cargo de prefeito do município de José de Freitas até 1985, falecendo no exercício do mandato.

No pleito de 1990, quando finalizava o governo de Alberto Silva, Robert era oposição a este grupo político e possuía apenas o cargo legislativo de Deputado Estadual. Se reelegeu com 14.574 votos, uma redução de aproximadamente 20% nos votos nominais. À época, seu primo Hugo era senador e ex-ministro da educação (1987 a 1989). Já no pleito de 1994 seu capital político se ampliara consideravelmente, exercia o cargo de Presidente da ALEPI (1993/1994), seu irmão Fernando Freitas era o prefeito do município de José de Freitas e seu primo Freitas Neto era o governador do Estado. Obteve 27.566 votos nominais, quase o dobro de sua votação no pleito anterior. Sucesso que não se repetiu no pleito seguinte (1998), quando era oposição ao governo de Mão Santa e não há registro de familiares em cargos executivos de relevância. Sua votação nessa eleição reduziu para 15.383. Em 2002, apesar de o primo Hugo Napoleão ter assumido o governo em 2001 – por via judicial –, não logrou êxito no pleito, obtendo apenas 9.582 votos nominais. Essa eleição marca, relativamente, o início do ciclo de circulação da elite política no Piauí.

Outra estratégia utilizada por parte dos herdeiros políticos está associada ao processo de migração partidária, principalmente alguns aspectos, a saber: i) a busca do êxito eleitoral; ii) e, também, a vinculação/filiação a partidos políticos que compõem a base aliada do grupo político que governa o Estado. Há um entrelaçamento em ambos os casos, visto que geralmente a base governista tende a compor com um número significativo de partidos. É o que nos mostra a sequência histórica das eleições estaduais no Piauí. Por outro lado, coligar-se com o grupo governista pode significar também ter o apoio da “máquina” estatal e todo o seu arsenal de recursos.

São vários os exemplos dessa migração. O mais ilustrativo é o do deputado Wilson Brandão, cuja primeira cadeira no legislativo foi obtida em 1994, através do Partido da Frente Liberal (PFL), que possuiu muita força política e eleitoral no Estado até 2002. Permaneceu no partido até 2006. Em 2010 já assume uma nova cadeira na ALEPI sob a sigla do Partido Socialista Brasileiro (PSB), partido do então governador e candidato vitorioso à reeleição naquele pleito, Wilson Martins. Já nas eleições de 2018 migrou para o Partido Progressista (PP) do Senador Ciro Nogueira, da coligação e base aliada do Governador e candidato à reeleição vitorioso Wellington Dias (PIAUI, 2017a; PIAUI, 2017b).

Num paralelo oposto a esse exemplo temos o caso do herdeiro Rubens Martins, irmão do ex-governador Wilson Martins, que vinculado à oposição da base governista e sem ocupar nenhum cargo nas esferas dos executivos municipais e estadual, não logrou êxito no pleito de 2018, deixando o núcleo dos Martins sem representante na ALEPI, fato que não ocorre desde 1994, há 24 anos, quando da 1ª eleição de Wilson Martins, interrompendo uma sequência de herdeiros. É importante frisar que esse tronco político-familiar gerou três governadores do Piauí: Eurípedes Clementino de Aguiar, Djalma Martins Veloso e Wilson Nunes Martins. E ainda gerou, por parte de avô materno, um presidente da República: José Sarney. Todos descendem de Manuel de Sousa Martins, o Visconde da Parnaíba, que exerceu o poder político no Piauí por mais de vinte anos entre o Império e a Primeira República (BARROS, 2007).

Isso aduz, à primeira vista, que fazer parte da base aliada do governo pode ser um elemento catalisador de recursos estratégicos que podem se converter em recursos de êxito eleitoral. Nesse sentido, a competição eleitoral entre herdeiros e seu respectivo êxito não pode ser explicado somente a partir da capitalização de um ou outro capital. É necessária a combinação sincrônica, aglutinada e conjugada desses. Ou seja, não é apenas o uso do capital econômico ou apenas do capital político que garantirá ao herdeiro sua eleição.

A apropriação patrimonialista do espaço do poder político pela elite dominante desde a era colonial no Brasil se ressignificou e se legitimou nos tempos atuais sob a tutela do signo da meritocracia e do formalismo democrático. O princípio democrático liberal da isonomia e da isocracia escamoteia a continuidade da apropriação de caráter patrimonialista do espaço do poder político. Ou seja, como o acesso aos cargos públicos nos tempos atuais eletivos ou não passa ou pelo crivo do escrutínio popular ou pelo crivo do mérito do concurso, o êxito da empreitada se camufla sob a ótica da capacidade individual do agente. Porém isso não implica estabelecer parâmetros axiológicos sobre o sistema político brasileiro. Trata-se de uma característica que é recorrente em vários países do mundo e que, até então, não tem maculado as regras do jogo eleitoral (OLIVEIRA, 2015), mas torna desigual o acesso aos recursos que permitem ao agente ter maior probabilidade de sucesso.

A possibilidade do uso conjugado se inicia a partir da premissa de que os herdeiros políticos já dispõem dos capitais ao se inserirem no campo político. Sem exceção, os troncos políticos familiares são detentores de significativo capital político, econômico, social e simbólico. Reside nesse pressuposto a principal estratégia de distinção das famílias políticas em detrimento dos demais agentes dispostos na arena política, cuja origem não deriva de tais troncos.

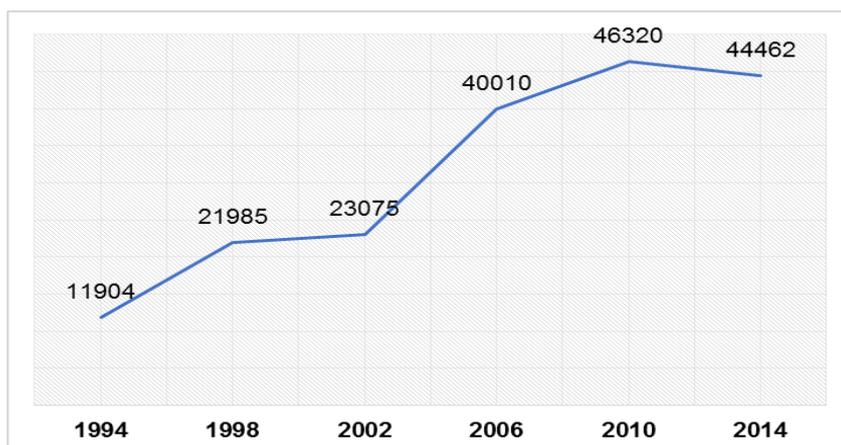
A relação dialética e sincrônica que culminará ou não no uso conjugado dos capitais é resultante da capacidade do herdeiro político em ampliar os capitais já disponíveis, contudo essa capacidade está intrinsecamente atrelada ao uso de cada capital. Isto é, o fato de o êxito eleitoral estar vinculado ao uso conjugado dos capitais é o uso de cada um, em seu respectivo campo, e é isso que possibilitará sua conjugação. A relação dialética se dá devido ao fato de que a consecução dos capitais se efetiva no interior de disputas realizadas em meio a condições de acesso desigual aos referidos capitais – tanto que a disputabilidade intensa ocorre exatamente entre aqueles que já dispõem de capitais. A relação sincrônica reside no fato de que os herdeiros, a partir da aquisição do *habitus*, direcionam ações e condutas com vistas à sua possível inserção no campo político.

Em outros termos, ao se lançar no campo político, o herdeiro já possui relativa rede de relações sociais, redes de contatos decorrentes do próprio capital social familiar. Tal capital é fruto da posição hierárquica dentro da estrutura social na qual está inserido o tronco político-familiar, que o condiciona à posse de atributos adquiridos que lhe conferem os requisitos básicos ao ingresso no campo político.

Nesse sentido, o uso conjugado dos capitais repousa no processo de aglutinação sincrônica dos capitais nos respectivos pleitos, objetivando sucesso eleitoral. Partindo dessa proposição, pode-se observar variação no nível de votação nominal dos herdeiros em consonância com o nível de capitais conjugados, ou seja, a conjugação ou não dos capitais é proporcional ao desempenho eleitoral do herdeiro político. Como evidência, destacamos alguns exemplos que confirmam a hipótese. Os casos dos herdeiros consolidados Themístocles Sampaio, Wilson Brandão, Kléber Eulálio e Antonio José de Moraes Sousa são simbólicos na demonstração do uso conjugado dos capitais e o êxito na manutenção ou reprodução da herança. A ampliação de suas votações nominais e de suas receitas foram concomitantes à ocupação de importantes cargos na esfera do poder público.

Themístocles teve sua votação quase dobrada a partir de 2006, assim como a sua receita, conforme demonstrado no Gráfico 1. A variável determinante nesse aumento foi a sua ascensão à presidência da ALEPI em 2004, conforme demonstra o Gráfico 9 e que se mantém até o presente momento, pois foi recentemente reeleito para o seu 7º mandato (PIAUI, 2017a).

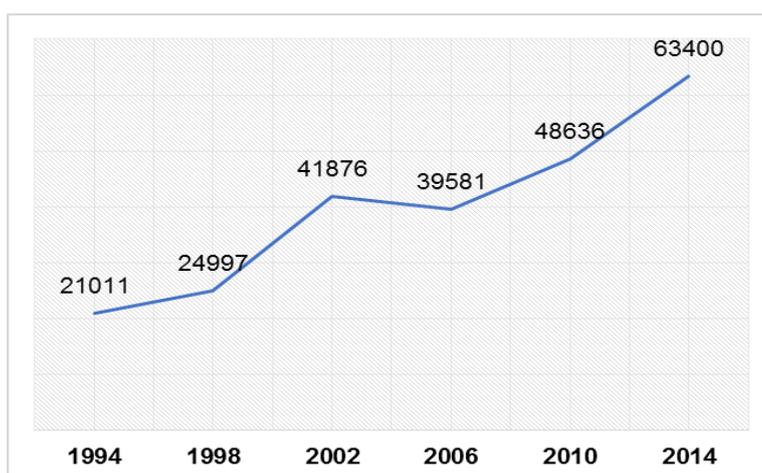
Gráfico 9 – Votação nominal – Themístocles Filho (1994-2014)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do TRE-PI (PIAUÍ, 2017b).

Wilson Brandão sempre teve votação expressiva. Ele faz parte de uma herança ininterrupta por mais de 60 anos. No entanto sua votação nominal teve crescimento considerável no pleito de 2014, após assumir a Secretaria de Governo de Wilson Martins em 2011, como demonstra os gráficos 3 e 10 (LIMA,2010).

Gráfico 10 – Votação nominal – Wilson Brandão (1994-2014)

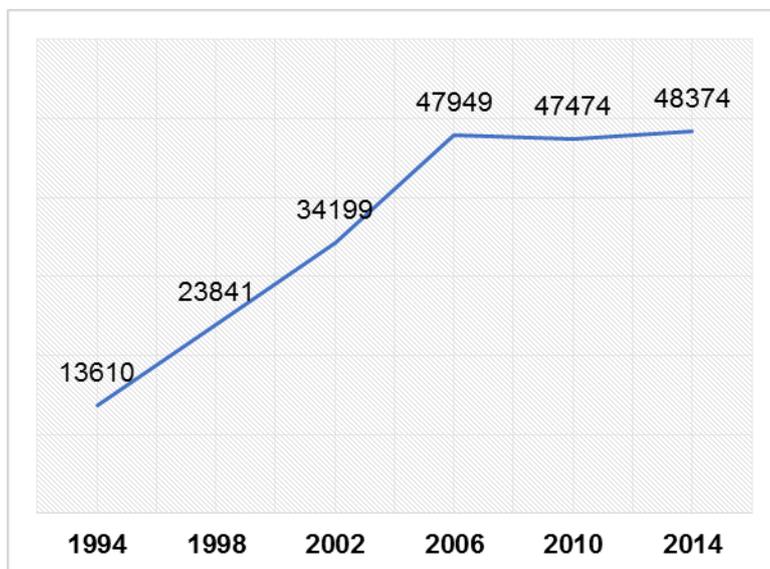


Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do TRE-PI (PIAUÍ, 2017b).

Kléber Eulálio faz parte do tronco político-familiar na ALEPI mais exitoso. São mais de 60 anos ininterruptos, com reprodução da herança para 3ª geração da família. Sua votação e receita sempre foram expressivos, como apontam os gráficos 5 e 11, e sempre acompanhou o fluxo da ocupação de cargos. Durante anos a família comandou o Departamento de Estradas e Rodagem do Piauí – DER, nas figuras da irmã Karenina Dantas Eulálio e do irmão Severo

Eulálio Filho, além de Kléber ter sido presidente da ALEPI por 6 (seis) anos seguidos e, quando transmitiu a herança ao seu filho Severo Eulálio Neto, havia sido eleito para prefeitura da cidade de Picos, mas renunciou para assumir o cargo de conselheiro do TCE.

Gráfico 11 – Votação nominal – Kléber Eulálio (1994-2014)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do TRE-PI (PIAUÍ, 2017b).

Os Moraes Sousa obtiveram expressividade política a partir do momento em que Mão Santa assume o governo do Estado em 1995 (FREITAS, 2010; 2015; SILVA, 1999). Seu irmão Antonio José de Moraes Sousa dobrou sua votação nominal no pleito de 1998, após consolidação da família como importante liderança política e detentora de inúmeros cargos na esfera do executivo e legislativo. Tal fato é emblemático, pois, à medida que esse tronco foi perdendo capital político, a herança não pôde ser mais reproduzida. Após perder as eleições de 2014 para Wellington Dias, o herdeiro Zé Filho, que assumira o governo como vice de Wilson Martins, em 2014, e ter transmitido transversalmente a herança à sua esposa Juliana Falcão, em 2010, não obteve êxito no pleito de 2018, pois nem Zé Filho, candidato a deputado estadual, nem Juliana Falcão, candidata a deputada federal, se elegeram.

Tais exemplos ratificam o elo entre o uso conjugado dos capitais e a probabilidade de sucesso na manutenção e reprodução da herança política. Contudo, é importante frisar que todos os herdeiros, sem exceção, que obtiveram êxito eleitoral ocupavam ou possuíam familiares ocupando cargos na esfera do executivo estadual ou municipal (PIAUÍ, 2017a; PIAUÍ, 2017b).

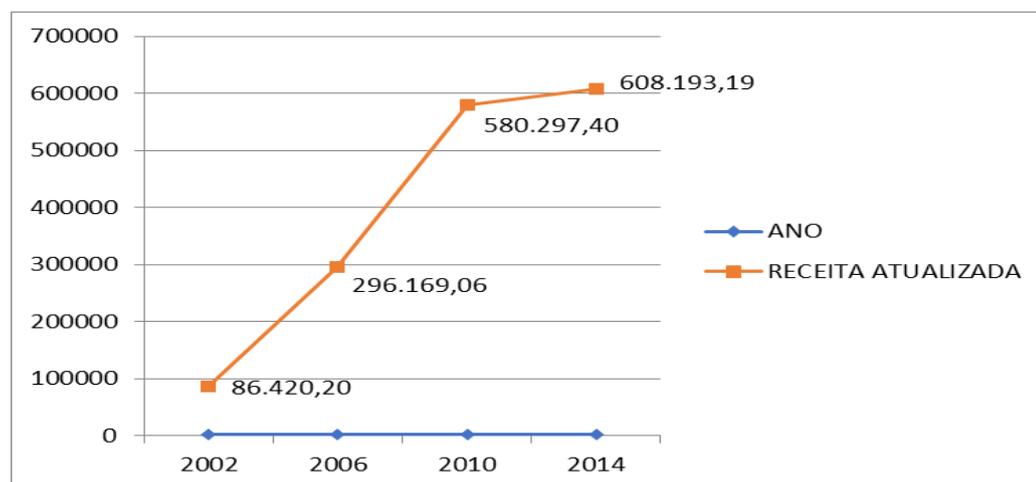
Relacionando o fenômeno da herança política na ALEPI – levando em consideração o perfil dos herdeiros, o nível de apropriação de capitais dos troncos político-familiares e o grau de disputabilidade do campo político que exige o dispêndio de volumosos recursos – com os postulados da teoria pluralista da democracia, nota-se um paradoxo de natureza normativa e axiológica.

Na perspectiva normativa da democracia liberal representativa, todo e qualquer cidadão circunscrito nos requisitos legais tem o direito de poder acessar o campo político. Entretanto, o fato de ter o direito não lhe garante o acesso, levando em conta o nível de exigência, custos, acesso a informações, redes de contato que envolve a competição eleitoral, uma série de recursos estratégicos de poder sob os quais significativa parcela dos agentes em disputa estão alijados, apesar de que é a intensa disputabilidade o princípio fundamental do pluralismo democrático.

E é exatamente neste ponto que se assenta a perspectiva axiológica da democracia liberal representativa. Na esteira da perspectiva normativa, os vencedores do pleito terão o legítimo direito assegurado de acessar o campo político e exercer o poder. Porém, de forma velada, funda-se a crença de que os vencedores foram de certa forma mais hábeis ou mais preparados. É a meritocracia como um valor associado à democracia liberal representativa. No entanto, ao comparar a disposição dos capitais entre alguns candidatos herdeiros e candidatos não herdeiros, percebe-se o flagrante contraste entre ambos, tornando a disputa muito menos meritocrática do que se convencionou pensar.

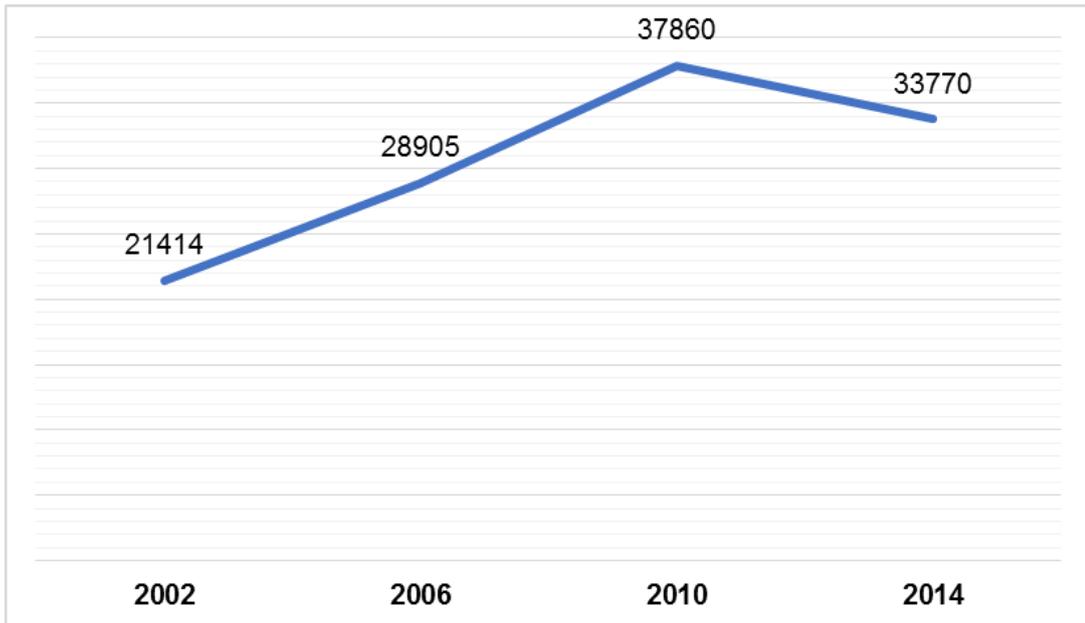
Os gráficos abaixo matizam o paralelo das disposições dos capitais e o respectivo desempenho eleitoral entre alguns herdeiros e não herdeiros.

Gráfico 12 – Herdeiros - Receita nominal de Luciano Nunes Filho (2002-2014)



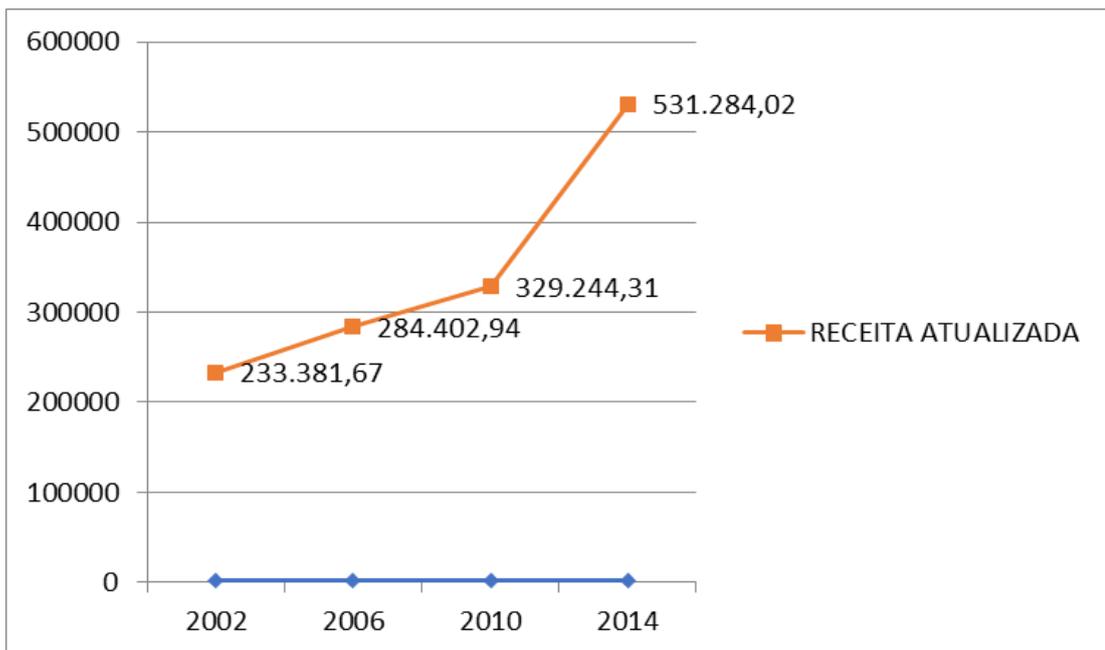
Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do TRE-PI (PIAUÍ, 2017b).

Gráfico 13 – Herdeiros - Votação nominal de Luciano Nunes Filho (2002-2014)



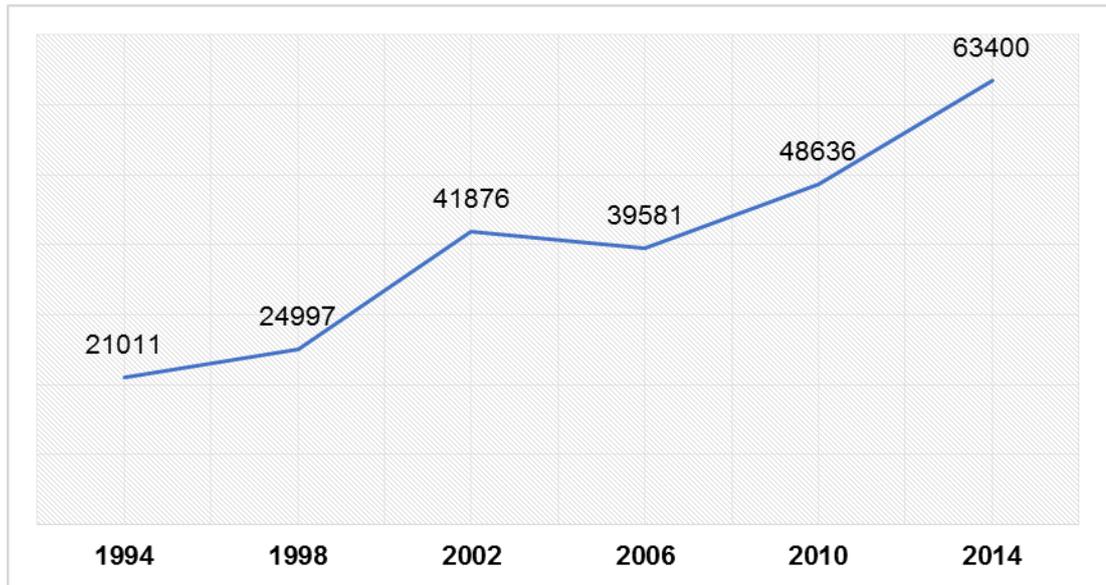
Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do TRE-PI (PIAUÍ, 2017b).

Gráfico 14 – Herdeiros - Receita nominal de Wilson Nunes Brandão (2002-2014)



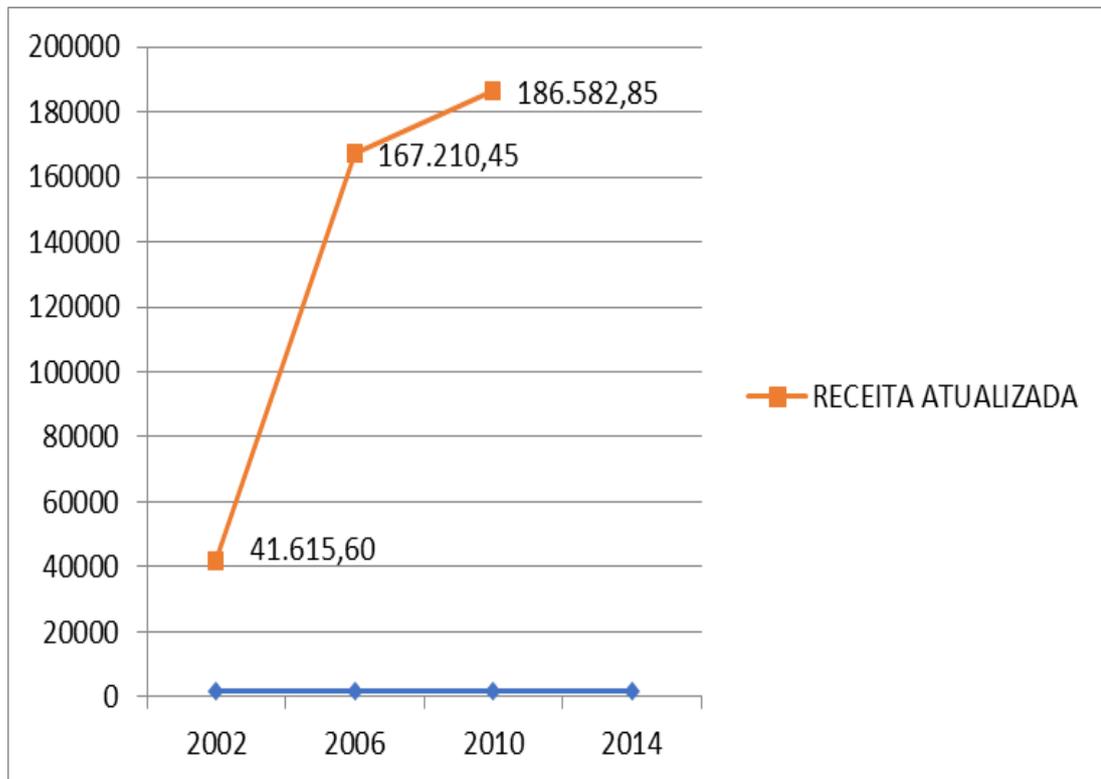
Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do TRE-PI (PIAUÍ, 2017b).

Gráfico 15 – Herdeiros - Votação nominal de Wilson Nunes Brandão (1994-2014)



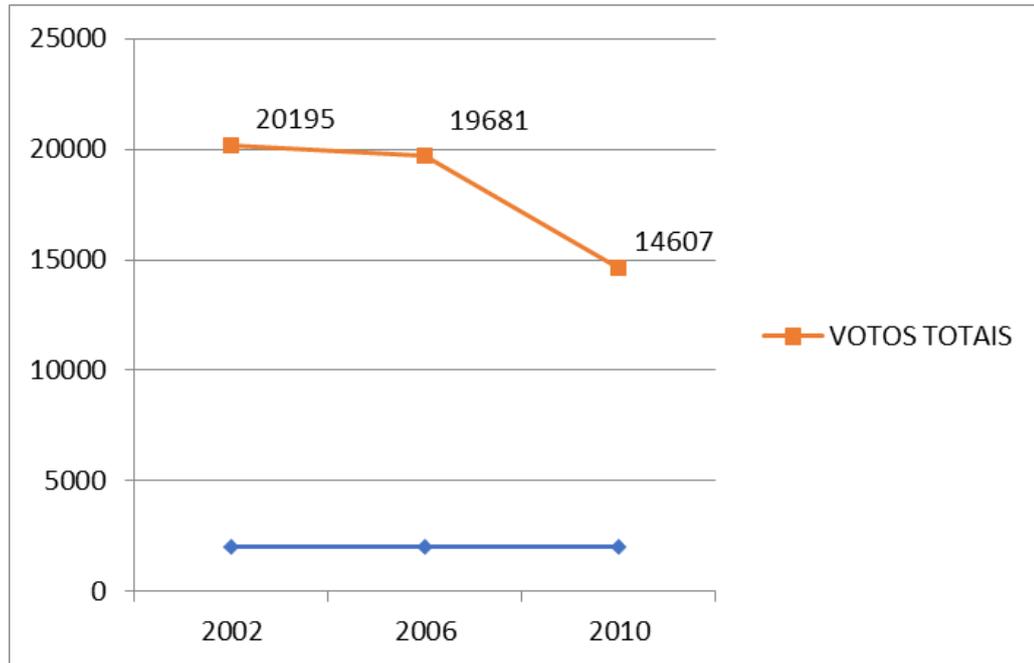
Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do TRE-PI (PIAUÍ, 2017b).

Gráfico 16 – Não herdeiros - Receita nominal de Elias Pereira (2002-2014)



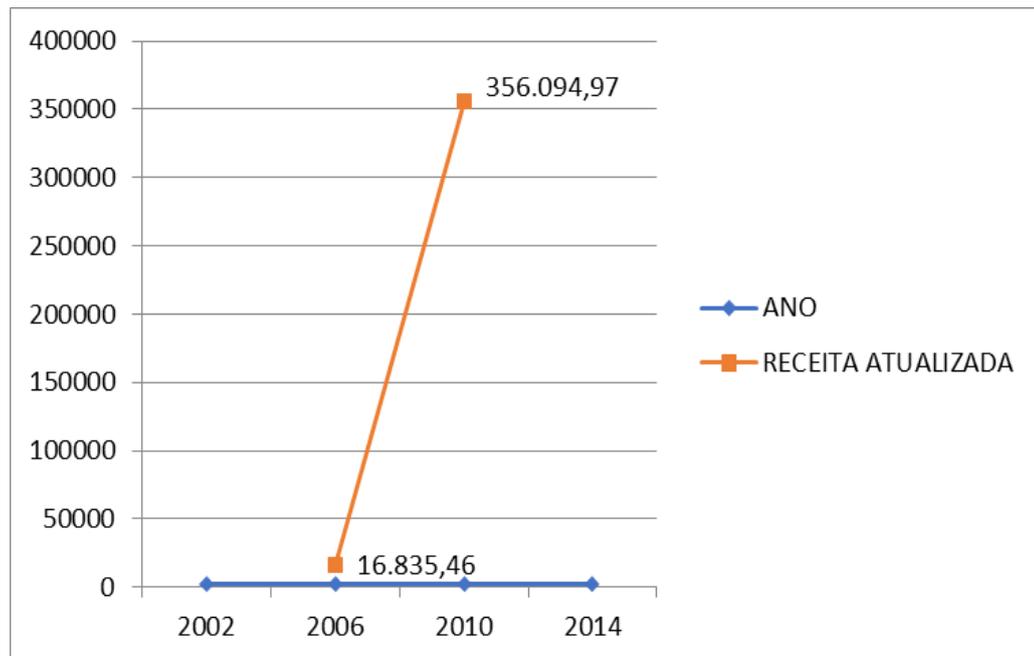
Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do TRE-PI (PIAUÍ, 2017b).

Gráfico 17 – Não herdeiros - Votação nominal de Elias Pereira (Irmão Elias)



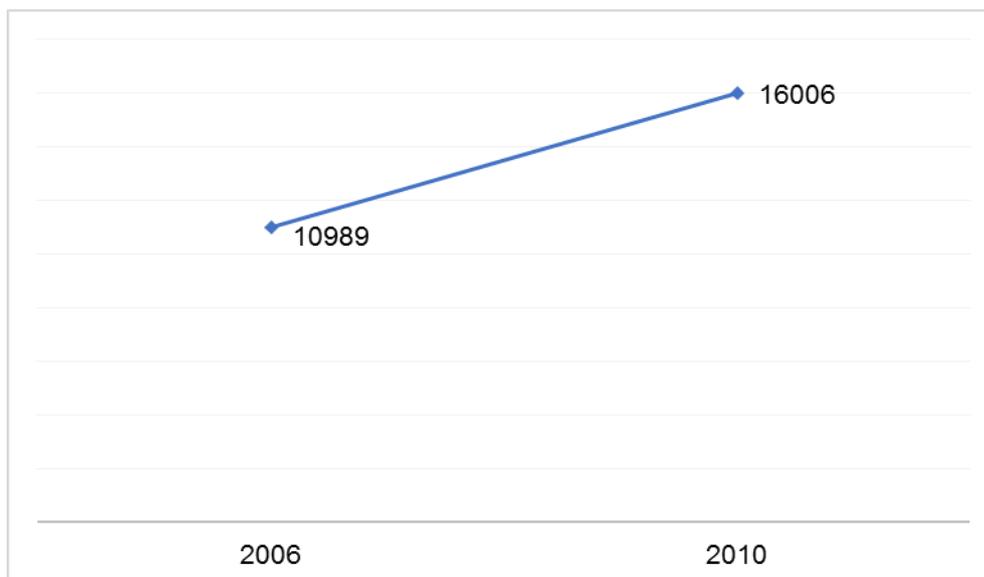
Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do TRE-PI (PIAUÍ, 2017b).

Gráfico 18 – Não herdeiros - Receita nominal de Deusimar do Socorro Brito de Farias (Tererê)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do TRE-PI (PIAUÍ, 2017b).

Gráfico 19 – Não herdeiros - Votação nominal de Deusimar do Socorro Brito de Farias (Tererê)

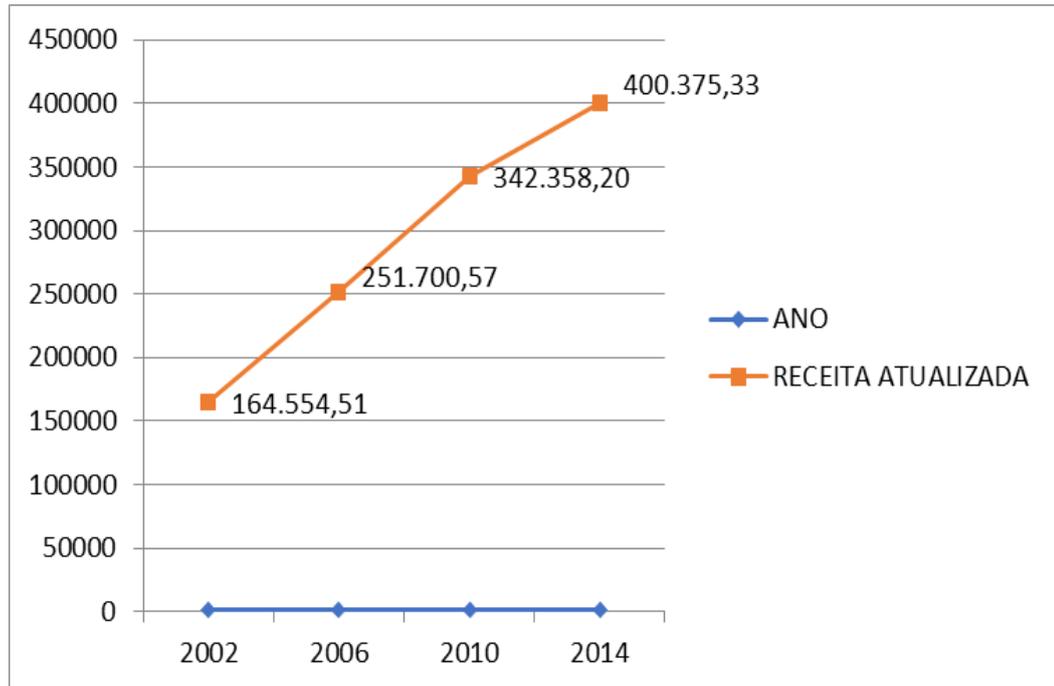


Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do TRE-PI (PIAUÍ, 2017b).

Os não herdeiros Elias e Deusimar já ocuparam assento no legislativo, ficando inclusive na suplência em suas últimas eleições. Elias Pereira Lopes (Irmão Elias), eleito nos pleitos de 1998 e 2002, é oriundo da região de Picos e, antes de seu ingresso na ALEPI, ocupara em duas legislaturas uma cadeira na Câmara dos Vereadores daquele município, tendo sido inclusive Presidente da casa legislativa. Em suas duas eleições para o parlamento estadual possuía o apoio político de uma das importantes lideranças políticas de Picos, o ex-prefeito e ex-deputado estadual José Neri. No entanto, no pleito de 2002, José Neri lança o herdeiro José Icemar Lavor Neri (Nerinho) candidato a deputado estadual, preterindo dessa forma o apoio a Elias. O resultado disso foi a consolidação da herança política de Nerinho e o “fracasso” de Elias em retornar à Assembleia Legislativa, evidenciando a proeminência do uso conjugado dos capitais para o êxito eleitoral. O caso de Deusimar (Tererê), que assumiu cadeira na ALEPI como suplente em 2006, não difere do anterior quanto ao não uso conjugado dos capitais e tal fato é tão proeminente que o resultado desse contexto foi a desistência de ambos em pleitear novos acessos ao parlamento estadual.

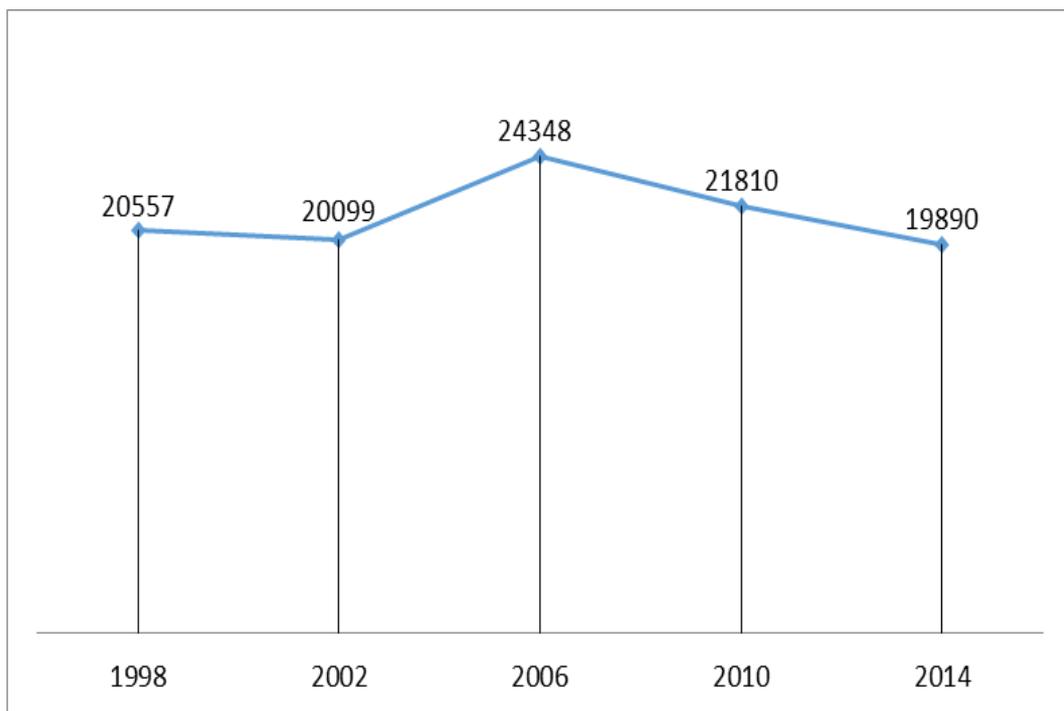
Mesmo os herdeiros que não se elegendem, mas que ficaram na suplência, mantêm certa distinção considerável em termos de voto nominal, capital político e capital econômico em relação aos não herdeiros suplentes.

Gráfico 20 – Herdeiro não eleito - Receita de Mauro Tapety



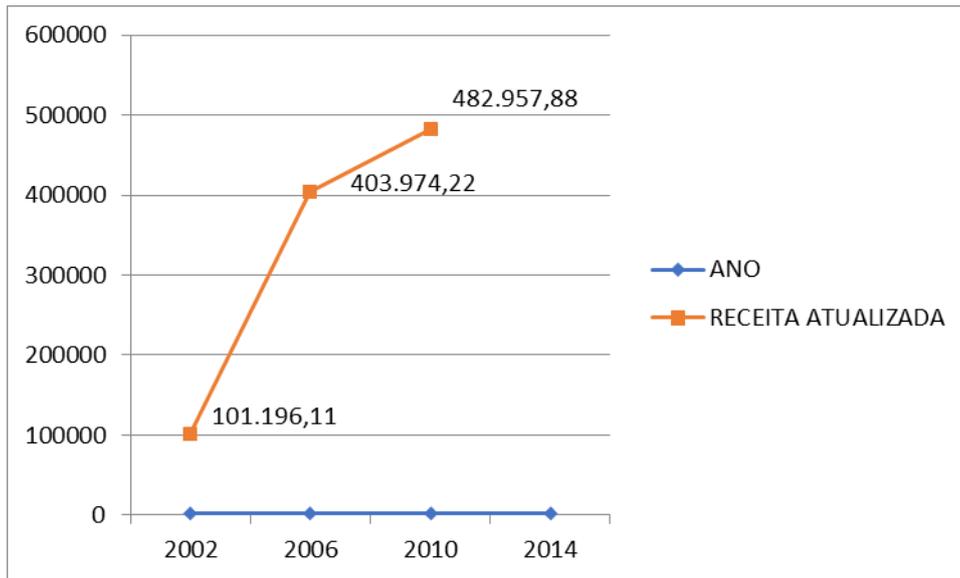
Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do TRE-PI (PIAUÍ, 2017b).

Gráfico 21 – Herdeiro não eleito - Votação nominal de Mauro Tapety



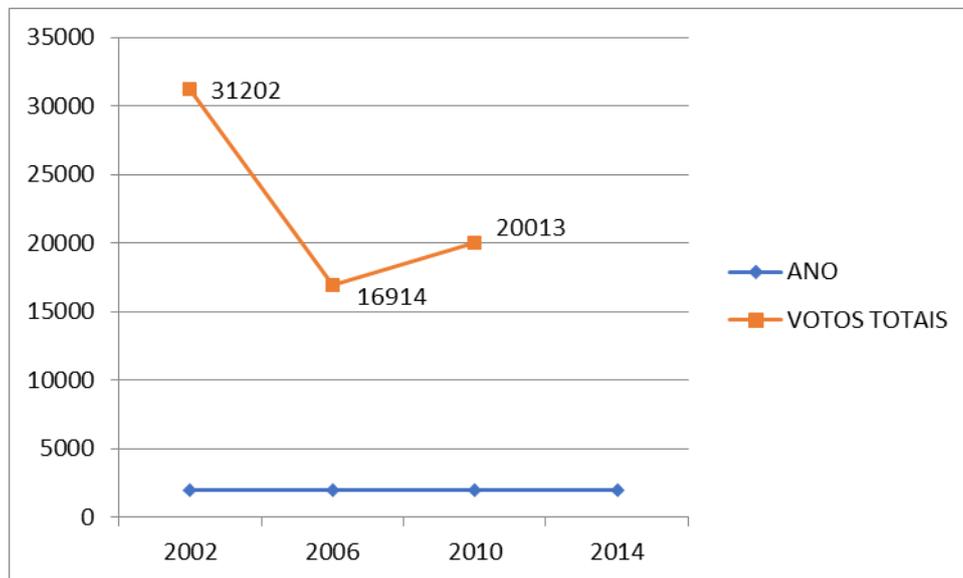
Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do TRE-PI (2017b).

Gráfico 22 – Receita tronco político-familiar Paes Landim



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do TRE-PI (PIAUÍ, 2017b).

Gráfico 23 – Votação nominal tronco político-familiar Paes Landim



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do TRE-PI (PAIUÍ, 2017b).

Observa-se nos gráficos que, mesmo dispondo de relevante recurso financeiro, não foi suficiente para os herdeiros se elegerem nos pleitos de 2006, 2010 e 2014, uma síntese de que a disponibilidade de um capital, mesmo em montante considerável, não garante o êxito eleitoral e aponta para quão complexa e competitiva é a arena política para o ingresso no legislativo estadual.

A partir do exposto, pode-se inferir que o não acesso ao uso conjugado dos capitais impossibilita a inserção de *outsiders* dos troncos político-familiares no contexto da ALEPI. A evidência mais clara disso é a ocorrência contínua de herdeiros políticos, como demonstrado na Tabela 1. Os casos dos *outsiders* dos troncos político-familiares que ingressam na ALEPI envolvem, invariavelmente, a possibilidade de uso conjugado dos capitais. O exemplo mais claro disso é o aumento da bancada do PT a partir da conquista da chefia do executivo estadual em 2002.

O uso conjugado dos capitais passa pelo acesso e operacionalização dos diversos capitais e em diversos campos, excedendo o campo eminentemente político. Àqueles agentes não pertencentes aos troncos político-familiares tal acesso e operacionalização se iniciam pelo capital social ou pelo capital político de notoriedade, restando-lhes a conjugação dos demais capitais. Tal fato aduz que acessar a ALEPI prescinde desse recurso estratégico a todo e qualquer agente indistintamente, independente de espectro ideológico, tronco político-familiar ou sigla partidária, como veremos a seguir.

### **5.1 Partidos políticos e herança política na ALEPI**

A formação política do Piauí se deu fortemente ancorada nas redes familiares que se alicerçavam moldadas “no parentesco, na solidariedade mútua e no manejo com o poder” (BRANDÃO, 1995, p. 275), emergindo a configuração manifesta das relações políticas e de poder no entorno da reprodução da descendência parental do poder político. Somado a esse aspecto, acrescente-se o fato de que a estrutura econômica do estado estava essencialmente vinculada à terra e aos grandes latifúndios, nas mãos dos principais grupos familiares que colonizaram o Piauí. No esteio desse entendimento, Bonfim e Santos Jr. (1995, p.46) salientam que

A Capitania, criada em 1718, só se efetiva em 1758, contudo, os interesses de seus mandatários ainda se encontram bastante ligados aos interesses portugueses, em especial porque no território permaneciam famílias de origem lusitana, ainda que ligadas a famílias locais. A atitude da Coroa procurava respeitar tais interesses. São esses fatos que impedem que o Piauí, até 1822, possua um movimento antiportuguês expressivo e é somente após o 7 de setembro que irão se dar movimentos internos favoráveis à Independência. A conjuntura que os torna viáveis tem relação com a possibilidade de grandes proprietários piauienses constituírem um sistema político que, sob sua égide, marcaria os processos de dominação política no Estado.

Essa característica não se restringe ao período da formação política e social do estado. Outras literaturas abrangem uma escala temporal que nos permite verificar ainda presente os traços da ocupação do espaço do poder político por parte de membros de famílias políticas do Piauí.

Os primeiros trabalhos que tratam do familismo político como espectro da estrutura política piauiense foram fortemente influenciados pela ideia do predomínio de formação oligárquica (SILVA, 1999; ARRAES FILHO, 2000). Outros trabalhos (DE DEUS, 2006; FREITAS, 2010; 2015); no entanto, contestam a ideia centrada na oligarquia e apontam a incidência de considerável competitividade na arena eleitoral dando conta de que tal análise corre risco de reducionismo. Com relação a esse contexto, De Deus, Craveiro e Epitácio (2012, p.10), ao analisarem as eleições governamentais no ano de 1990, sentenciam que

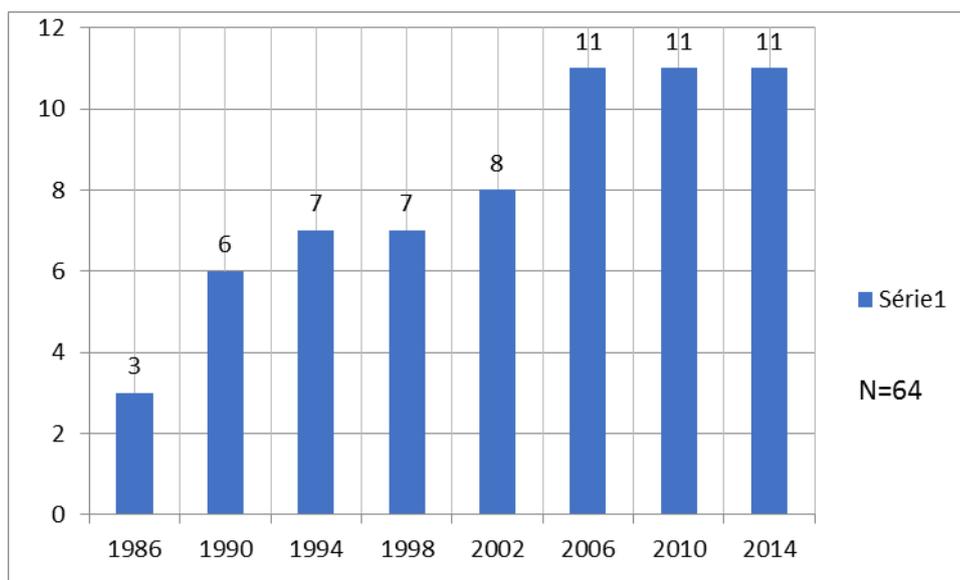
[...] a leitura interpretativa de veio “ensaístico” não contempla aspectos substantivos da compreensão da conjuntura política e do resultado do pleito eleitoral em 1990. Há uma leitura inadequada da base empírica seguida por um viés ideológico e fundamentação teórica e metodológica de alcance reduzido. Assim, o termo “oligarquia” é sempre usado como sendo exercício de “poder familiar”. Num sentido contrário a teoria elitista da análise política que tem em Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Robert Michels seus grandes expoentes. Nota-se, dessa maneira, que a interpretação da vertente ensaística é limitadora da compreensão do quadro eleitoral e das disputas políticas nessa eleição que é apontada como um marco divisor na estruturação do subsistema político piauiense.

Embora seja evidente durante o período de redemocratização do país a incidência de uma alta competitividade eleitoral, no Piauí, percebe-se que continua de forma reiterada a presença de agentes vinculados às famílias políticas. Não se pretende neste trabalho operar na perspectiva da existência de uma oligarquia na composição da arena política piauiense – mais especificamente na ALEPI. Há mais indícios de um processo de oligarquização vinculado à *path dependence*<sup>11</sup> concernente ao contexto histórico da formação política e social do Estado. Pode-se inferir que há, no campo político piauiense, simultaneamente, alta emulação eleitoral com características oligárquicas.

Ainda sobre o nível de disputabilidade eleitoral no Piauí, no âmbito da configuração partidária na ALEPI, ao longo do período pesquisado, observa-se significativo incremento do número de partidos, uma evidente consequência do pluripartidarismo democrático, que contribuiu para a inserção de novas siglas e agentes que deu um salto de 3 para 11 partidos, como ilustra o Gráfico 24 abaixo:

<sup>11</sup> Considerada aqui como o caminho percorrido pelos processos sociais e políticos à sua efetiva composição.

Gráfico 24 – Composição da competição partidária na ALEPI (1986-2014)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do TRE-PI (PIAUÍ, 2017b).

Percebe-se que a partir do pleito de 2002 amplia-se o número de siglas disputadas na ALEPI de sete partidos em 1998 para onze partidos em 2002 mantendo-se estável esse número. Tal fato coincide com a emergência do PT ao comando do executivo estadual e com a consolidação de Wellington Dias como uma das maiores lideranças políticas do Piauí. À priori, o gráfico induz a noção de que – em função do aumento da fragmentação partidária e da competição interpartidos no legislativo estadual – ocorreu uma renovação de agentes nos quadros do parlamento, porém a incidência do aumento da fragmentação partidária não é diretamente proporcional ao aumento da renovação dos agentes.

Como demonstrado na Tabela nº 1, houve considerável amplitude do número de herdeiros políticos que se mostrou diretamente proporcional ao aumento da competição partidária que já começa a se ampliar a partir de 1998. A ideia de renovação em função do grau de competição eleitoral não se justifica, levando em conta a herança política, posto que as famílias políticas se pulverizaram por quase todos os partidos e de todos os espectros ideológicos. Observando a ocorrência de herdeiros por partidos ao longo do tempo deste estudo, observa-se que em cada pleito a incidência de partidos cujas cadeiras não são ocupadas por herdeiros é parca.

Os “novos agentes”, na verdade, são herdeiros consolidados ou neófitos das famílias políticas. Exemplos são os partidos PSDB, PTB, PSB, que possuíam todas as suas cadeiras preenchidas por herdeiros ou o PDT, que sempre tem metade de sua bancada ocupada por

herdeiros, ou até mesmo o PT, que, em 2010, 60% de suas cadeiras fora preenchidas por herdeiros políticos.

Observando o pleito de 2014, considerando nominalmente os herdeiros políticos, verifica-se que, dos 30 deputados que compõem o parlamento piauiense, 21 herdaram diretamente ou transversalmente seus respectivos assentos, o que corresponde a 70% do corpo legislativo. Se considerarmos os casos, no mesmo período, de suplentes que assumiram cadeiras em função de afastamento do titular, esse percentual sobe para 80%<sup>12</sup>. Apenas 3 partidos não ocuparam suas cadeiras por meio de herança política – PT, PTC e PRB. Aliado a isso o percentual de herdeiros políticos eleitos demonstra empiricamente a dificuldade de entrada de novos agentes no campo político piauiense, e tal fato já fora observado anteriormente por Freitas (2015, p. 149):

O Piauí, assim como o Ceará, é um estado conhecido na literatura especializada por ter antecedentes oligárquicos, ou seja, pelo domínio e concentração do poder no estado em poucos grupos políticos até meados da década de 1980. Porém, o caso piauiense tem diferenças significativas frente ao cearense. O retorno à democracia e as primeiras eleições diretas para o estado (1982 e 1986) não marcou uma ruptura com o modelo “oligárquico”, mas representou uma continuidade, motivada pela força política do PFL e pela dificuldade do PMDB e de outros partidos vencerem eleições sem o apoio de outras lideranças políticas tradicionais, como o PDS, em 1986.

Nesse sentido, em que pesem os novos arranjos institucionais no sistema político brasileiro, derivado das mudanças nas regras do jogo eleitoral, da correlação de forças resultante do presidencialismo de coalizão nas esferas subnacionais, do avanço dos processos democráticos, verifica-se também a apropriação dos partidos por parte das famílias políticas, o que favorece o acúmulo de capital político e, por conseguinte, a manutenção e reprodução da herança política. Monteiro (2016, p. 43), analisando o campo político da Paraíba pós-redemocratização, sentencia que

[...] os partidos na Paraíba, como em outros Estados da federação, de há muito tempo servem para acomodar os interesses das famílias políticas tradicionais, antes de construírem e se constituírem agremiações que buscam e visam republicanamente um projeto para o Estado.

Tal cenário se replica no Piauí e pode ser verificado na observação da composição dos partidos que detinham cadeiras na ALEPI entre 1986 a 2014, na qual demonstra a pujança das

---

<sup>12</sup>Números extraídos do TRE a partir do resultado das eleições de 2014 no Piauí.

famílias políticas quanto à proeminência de seus membros na ocupação de diversas posições de comando com relativa influência nos processos decisórios. Sem exceção, todos os herdeiros consolidados ocupavam posições estratégicas na cadeia decisória dos partidos ou detinham familiares em tais posições. Há casos em que os partidos estão a décadas sob o domínio dos troncos político-familiares ou até mesmo foram fundados por famílias, constituindo o pai como presidente e o filho como vice-presidente, no caso do PSD especificamente<sup>13</sup>.

Outro ponto que merece destaque reside no fato de que o espectro ideológico não representa entrave, quanto à incidência de herdeiros. Tanto os partidos de esquerda como de direita promoveram herança política, com significativa vantagem para os partidos de centro e direita. Observando as 153 cadeiras herdadas ao longo do período de tempo pesquisado, temos a seguinte distribuição partidária: o PFL/DEM com 28,10%; o PMDB com 28,10%; o PSDB com 11,11%; o PDS/PPR/PPB/PP com 8,50%; o PTB com 8,50%; PL, PDC, PSD e PR em conjunto somam 3,27%. Juntos, esses partidos aglutinam 87,58% do montante das cadeiras herdadas.

O processo de transmissão hereditária do poder político não é exclusividade dos partidos de Centro ou de Direita. No espectro da esquerda e centro-esquerda temos o PSB na liderança com 6,54%; seguido pelo PDT com 2,61%; o PT com 1,96% e o PPS com 1,31%. Salienta-se que tais partidos só passaram a transmitir suas cadeiras a partir do pleito de 1998. Verifica-se que até o PT – considerado por parte da literatura (SOARES, 2001; MELO, 2007) como parcialmente o único partido de massa brasileiro – não passou incólume ao fenômeno da herança política. Alguns exemplos são claras demonstrações desse aspecto: Rejane Dias, que herdou do marido e então Governador do Estado, Wellington Dias; Merlong Solano, que herdou do cunhado, Antônio José Medeiros; Aluísio Martins, que herdou do irmão Paulo Martins, à época prefeito da cidade de Campo Maior, município a 84 km de distância da capital Teresina (PIAUÍ, 2017a; PIAUÍ, 2017b).

Destarte a presença do familismo político em mais de 80% dos partidos na ALEPI, é salutar evidenciar que entre os maiores partidos no Piauí, em termos de representatividade, o PT é o que possui a menor ocorrência na taxa de herdeiros políticos, no contexto do escopo temporal desta pesquisa, o que nos leva a inferir que a herança política transcende o espectro ideológico e que no Piauí a principal unidade política representativa não é o partido, mas, sim,

---

<sup>13</sup> As atas partidárias que ilustram a afirmação encontram-se nos anexos.

a família. O partido é acessório; é mecanismo de legitimidade e legalidade do acesso com vistas à consolidação da manutenção e reprodução da herança política.

### 5.1.1 A migração partidária e a herança política

As migrações partidárias dos ascendentes na ALEPI no passado recente atendiam muito mais às dissidências políticas em suas bases eleitorais ou oriundas das alianças partidárias entre “inimigos” políticos tradicionais para a disputa do executivo estadual. Essas dissidências ficaram mais acentuadas a partir de 1984 com a ruptura dentro do grupo político de Petrônio Portela, envolvendo Lucídio Portela e Hugo Napoleão que oportunizou a ascensão do ex-governador Alberto Silva. Outro exemplo é a saída de Luciano Nunes do PMDB e sua migração para o PFL, em decorrência do apoio de seu adversário político em Oeiras (família Tapety) dado à aliança Alberto/Lucídio. Nesse sentido, as migrações atendiam muito mais a princípios políticos do que a estratégia eleitoral, como parece ser o caso dos herdeiros atuais. (SILVA, 1999).

Hoje as migrações atendem muito mais às estratégias vinculadas a oportunidades, tais como buscar legendas cujo nível de competição intrapartidária ou intracoligações favoreçam a composição de alianças que propiciem maior efetividade na conjugação dos capitais com vistas à manutenção e reprodução da herança política. É outra estratégia utilizada por parte dos herdeiros políticos e decorrem *a priori* alguns aspectos: 1) a busca do êxito eleitoral orientada pela legislação vigente no que tange ao voto de legenda; 2) e, também, a vinculação/filiação a partidos políticos que compõem a base aliada do grupo político que governa o Estado. Há um entrelaçamento em ambos os casos, visto que geralmente a base governista tende a compor com um número significativo de partidos. É o que nos mostra a sequência histórica das eleições estaduais no Piauí. Por outro lado, coligar-se com o grupo governista pode significar também ter o apoio da “máquina” estatal e todo o seu arsenal de recursos.

O processo migratório é contínuo e pode ser evidenciado do primeiro pleito que compõe a amostra deste estudo (1986) até o último (2014). Algumas migrações foram “forçadas”, em virtude de dissolução do partido e outras foram oportunizadas em função da conjuntura eleitoral, visando sempre à possibilidade de sucesso eleitoral. Outro dado que não pode ser desconsiderado é o fato de que a migração partidária objetivando aliança governista, ou seja, com o grupo político que está na chefia do executivo, independe do sucesso eleitoral

do grupo, sugerindo que a derrota do grupo governista não implica a proporção direta a derrota do herdeiro cuja migração motivou a aliança.

Alguns casos são emblemáticos. O mais ilustrativo é o do deputado Wilson Brandão, cuja primeira cadeira no legislativo foi obtida em 1994 através do Partido da Frente Liberal (PFL), que possuiu muita força política e eleitoral no Estado até 2002. Permaneceu no partido até 2006. Em 2010 já assume uma nova cadeira na ALEPI sob a sigla do Partido Socialista Brasileiro (PSB), partido do então governador e candidato vitorioso à reeleição naquele pleito, Wilson Martins. Já nas eleições de 2018 migrou para o Partido Progressista (PP) do Senador Ciro Nogueira, da coligação e base aliada do Governador e candidato à reeleição vitoriosa de Wellington Dias em 2018.

Num paralelo oposto a esse exemplo temos o caso do herdeiro Rubens Martins, irmão do ex-governador Wilson Martins, que, vinculado à oposição da base governista e sem ocupar nenhum cargo nas esferas dos executivos municipais e estadual, não logrou êxito no pleito de 2018, deixando o núcleo dos Martins sem representante na ALEPI, fato que não ocorre desde 1994, há 24 anos, quando da 1ª eleição de Wilson Martins, interrompendo uma sequência de herdeiros.

Isso aduz, a princípio, que fazer parte da base aliada do governo pode ser um elemento catalisador de capitais com recursos necessários que possibilitam a conjugação dos mesmos com vistas ao êxito eleitoral. Um dado que pode demonstrar tal premissa diz respeito aos deputados recém-eleitos que compunham o secretariado de Wellington Dias: dos 27 secretários de Estado, 15 disputaram eleição em 2018 e 12 não disputaram. Dos que foram candidatos, 12 foram eleitos e apenas 3 perderam, porém, ficando na suplência.

### 5.1.2 Design da herança política por partido na ALEPI

Observando isoladamente o pleito de 2014, Arraes Filho (2014, p. 24) afirma que

Houve um aumento extraordinário do número de deputados com parentes na política e a baixa entrada de *outsiders*, isto é, de deputados eleitos sem ligações com os clãs tradicionais familiares. O incremento foi maior que a média das eleições anteriores.

No entanto, o pleito que melhor representa a incidência de herdeiros nos partidos e na ALEPI foi o de 2010. Isso se deu em virtude da **pulverização** de correlação de forças engendradas no contexto do referido pleito que motivaram uma intensa disputabilidade no

campo político. Três candidatos dotados de significativo capital político: Wilson Martins ocupava o governo do Estado e o seu partido; o PSB havia conquistado o segundo maior número de prefeituras (36) nas eleições de 2008; João Vicente Claudino, herdeiro do principal conglomerado empresarial do Piauí, ocupava uma cadeira no Senado e o seu partido, o PTB, havia conquistado o maior número de prefeituras (71) nas eleições de 2008; Sílvio Mendes havia sido reeleito prefeito da capital Teresina. Todos, portanto, possuíam em comum potenciais chances de chegar ao 2º turno nas eleições de 2010 para o cargo de governador.

Esse cenário trouxe consequências para a disputabilidade eleitoral dos cargos proporcionais e em especial para o parlamento estadual, cujo resultado foi a paridade na distribuição das cadeiras na ALEPI entre os partidos. Foi o pleito com o maior número de partidos e com o maior percentual de herdeiros políticos compondo a casa, correspondendo a 80% das cadeiras, tomando como parâmetro o escopo temporal desta investigação. Tal fato pode ser evidenciado a partir da Tabela 5.

Outra hipótese para explicação do fenômeno de oligarquização do subsistema político piauiense pode ser analisada na perspectiva de Freitas (2010, p. 70-71).

No caso do Piauí, o pouco dinamismo econômico do estado e a relação de dependência estabelecida entre a elite política e as clientelas evitou a entrada de novos atores políticos e grupos na máquina pública. As elites tiveram a seu dispor o capital político necessário para sua continuidade à frente do governo estadual e dos cargos eletivos do estado. Portanto, a formação política piauiense lançou as bases para a construção de um subsistema partidário com características conservadoras e excludentes.

O tema de reprodução familiar no contexto político piauiense, presente em trabalhos anteriores (ARRAES FILHO 2000; 2014; SILVA 1999; DE DEUS, CRAVEIRO, EPITÁCIO, 2012; BOMFIM, SANTOS JR, 1995; FREITAS, 2010; 2015; VASCONCELOS, 2015) está longe de se encerrar. Devido à tendência histórica de regularidade do familismo na política local, independente do espectro ideológico, isso não determina a perenidade ou caráter oligárquico do fenômeno, mas desperta a possibilidade de inquirir sobre o fenômeno da herança política. Como sentencia Melo (2007; p. 270), “[...] a cada mudança de regime as elites dirigentes, compulsoriamente ou não, distribuíam-se em novos arranjos partidários”. A Tabela 7 que trata da herança política no legislativo piauiense é uma demonstração empírica desta assertiva.

Tabela 7 – Design da herança política por partido na ALEPI (1986-2014)

PARTIDO	Nº ELEITOS	Nº HERDEIROS	%HERDEIRO S/ELEITOS*	% CADEIRAS **	%HERDEIROS/ CADEIRAS***
<b>PFL/DEM</b>	67	43	64,18	27,92	28,10
<b>PMDB</b>	56	43	76,79	23,33	28,10
<b>PDS/PPR/P PB/PP</b>	25	13	52,00	10,42	8,50
<b>PT</b>	20	3	15,00	8,33	1,96
<b>PSDB</b>	18	17	94,44	7,50	11,11
<b>PTB</b>	13	13	100,00	5,42	8,50
<b>PDT</b>	11	4	36,36	4,58	2,61
<b>PSB</b>	11	10	90,91	4,58	6,54
<b>PL</b>	5	1	20,00	2,08	0,65
<b>PTC</b>	3	0	-	1,25	-
<b>PSD</b>	3	2	66,67	1,25	1,31
<b>PDC</b>	2	1	50,00	0,83	0,65
<b>PPS</b>	2	2	100,00	0,83	1,31
<b>PCdoB</b>	2	0	-	0,83	-
<b>PR</b>	1	1	100,00	0,42	0,65
<b>PRB</b>	1	0	-	0,42	-
	240	153		100,00	100,00
	64%****				

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do TRE/PI (PIAUÍ, 2017b).

\* % obtido a partir do número de cadeiras legislativas herdadas sobre o número total de cadeiras conquistadas pelo partido no período pesquisado

\*\* % obtido a partir do número total de cadeiras legislativas conquistadas pelo partido sobre o número total de cadeiras legislativas do período pesquisado = 240

\*\*\* % obtido a partir do número total de cadeiras legislativas herdadas pelo partido sobre o número total de cadeiras herdadas no período pesquisado = 153

\*\*\*\* % obtido a partir do número total de cadeiras legislativas herdadas no período sobre o número total de cadeiras legislativas do período pesquisado (% consolidado da herança política na ALEPI).

Como demonstra a Tabela 7 são poucos os partidos que não continham herdeiros em suas cadeiras na ALEPI, um fenômeno persistente que corresponde a 64% do montante das 240 cadeiras pesquisadas no lastro de tempo deste estudo. Ainda pode adicionar a distribuição da herança por partido representada no Gráfico 25 abaixo:

Gráfico 25 – Distribuição de herdeiros por partido (1986-2014)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do TRE-PI (PIAUI, 2017b).

Como se pode ver, o espectro ideológico não representa entraves para a recorrência do fenômeno da herança política. Excetuando apenas 3 partidos (PCdo B, PTC e PRB), não tiveram suas cadeiras legislativas ocupadas por herdeiros. Contudo, a herança política está presente nas siglas dos diversos matizes ideológicos.

Ainda concernentes aos partidos políticos, em um trabalho sobre a elite dirigente e o processo de oligarquização no legislativo piauiense, Arraes Filho (2014, p. 21), ancorado na análise de Michels (1982) e sua lei férrea da oligarquia, enfatiza:

[...] o caso local não aponta para um modelo de democracia possível dentro dessas agências de representação política. Nossos indicadores têm servido para ratificar as generalizações: o caráter elitista das lideranças, a inclinação a manipular as massas, a centralização inexorável das organizações. Enfim, o oportunismo (foco em ganhar as eleições), o parlamentarismo (a ideia da ação monolítica centrada no parlamento), são marcas indelévels dos partidos e dos políticos piauienses e, infelizmente, servem como base de reforço da tese micheliana.

A este fato específico carece de dados empíricos que possam demonstrar, a partir de análises da organização dos partidos que permitam a confirmação desta assertiva. É possível aduzir que o nível de competição na arena interna dos partidos piauienses, mesmo não sendo restrita e seguindo a lógica do arranjo institucional procedimental, favorece a membros das

famílias políticas? Existem regras procedimentais nos estatutos que inviabilize a competição nas convenções dos partidos por agentes *outsiders* das estruturas das famílias políticas? Tais questões podem ser parcialmente respondidas a partir da observação de algumas evidências empíricas: a primeira através da análise da composição da ocupação de posições de comando no processo decisório no âmbito dos partidos; a segunda por meio da análise de conteúdo das atas das convenções que ratificam a escolha dos candidatos; e, por fim, a obtenção de dados referentes à distribuição do fundo partidário entre os candidatos selecionados.

Nesse sentido, podemos inferir que este tema está longe de se encerrar. É preciso inquirir essa questão à luz de outras variáveis, analisando a relação das famílias políticas diante da organização interna dos partidos, quanto aos processos decisórios: de recrutamento e seleção de membros; direcionamento do fundo partidário; controle partidário por meio de intervenções ou permanência nas posições de comando na cadeia decisória.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo político é eminentemente relacional, e é através do uso dos capitais que possibilitam aos herdeiros políticos acessar diversas redes que, por conseguinte, propiciam sua conversão em êxito eleitoral. Nesse entendimento, de acordo com os dados da pesquisa, é suficiente afirmar que não basta apenas ter o capital econômico, se não estiver disposta uma teia de interações sociais que possibilitem o acesso ao capital político, como também não é suficiente a disposição de uma rede de interações sociais se falta ao herdeiro o capital simbólico, a habilidade apreendida e lapidada ao longo da sua socialização política, que formam o *habitus*. Nesse diapasão, não é qualquer herdeiro que ascende à condição de assumir a herança e tampouco a sucessão lhe garante o êxito na reprodução e/ou manutenção do patrimônio político.

Como tal campo é também de intensa emulação, a exigência de requisitos por parte dos agentes, tanto na esfera intrapartidária como na arena eleitoral, é uma constante tornando árduo o ingresso de novos agentes, fato que pode ser demonstrado na pouca ocorrência de agentes *outsiders* dos troncos político-familiares ou de agentes situados fora do campo político. Exceções são os casos dos herdeiros neófitos, que, em sua maioria, ingressam no legislativo sem qualquer outro registro de experiência eleitoral, os demais agentes passam por relativa experiência eleitoral ou administrativa até ascender ao legislativo estadual. Ou passam pelo exercício de mandato no executivo municipal, ou pelo legislativo municipal, ou por alguma experiência administrativa de relevo no executivo estadual. Neste último caso, seu sucesso quanto ao ingresso na ALEPI ainda vincula a aliança com alguma liderança política de considerável envergadura estadual, tornando-o seu “afilhado político” e dispondo dos capitais necessários.

Dessa forma, para um candidato "outsider" dos troncos político-familiares ascender no campo político, o percurso passa pela aquisição de capital social nas diversas esferas associativas, sejam elas sindicatos, associações, congregações religiosas, dentre outros. Daí decorre a dificuldade de renovação e presença de outsiders no campo político aqui estudado e, observando o caso da ALEPI, isso fica mais evidente. Adendo a isso está o fato de que o capital econômico não é decisivo ou determinante para o sucesso eleitoral no parlamento piauiense, pois praticamente todos os herdeiros eleitos e não eleitos movimentam significativos recursos materiais e financeiros, fato evidenciado no pleito com maior incidência de herdeiros e cuja receita média de campanha entre os herdeiros políticos orbitou

em torno de R\$ 530.000,00, soma acima da média da realidade econômica da maioria dos piauienses.

Isso ratifica a assertiva de que o espaço do campo político não é preenchido por “qualquer um”, apesar do aspecto normativo e axiológico vinculado à democracia liberal representativa e ao formalismo isonômico amplamente festejado nos sistemas democráticos representativos que fomentam a crença de que qualquer cidadão pode ascender nesse campo. De fato, formalmente qualquer cidadão inserido nos requisitos legais pode se candidatar a qualquer cargo eletivo. Isto é indiscutível. Entretanto, mesmo diante de algumas poucas exceções – especificamente no caso da ALEPI –, a empiria demonstra que esse processo não é tão proporcional quanto se convencionava o axioma democrático. Uma clara demonstração disso é o perfil dos herdeiros dispostos ao longo de todo o período investigado neste trabalho, que destoa do perfil médio do cidadão piauiense.

Pode-se então afirmar que a política é uma atividade elitista; não se acessa com êxito nesta arena sem dispor de certos capitais ou recursos estratégicos de poder, como também não se mantém os espaços conquistados sem o contínuo dispêndio de tais recursos. Levando também em consideração que o acesso aos capitais é extremamente desigual. Um pequeno exemplo disso é o recente pleito de 2018, que contou com 7 novos deputados e, em tese, apontaria para uma renovação de 23% nos quadros do legislativo.

Contudo, nas eleições de 2018, dos 7 novos deputados neófitos do parlamento, 4 já possuíam cargos nas esferas do executivo federal ou estadual. Um exercia o cargo de Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, vinculado ao Ministério das Cidades e foi Presidente Nacional da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) – é afilhado político de Henrique Eduardo Alves –, ex-ministro do Turismo dos governos Dilma e Temer. Trata-se de Henrique Pires. Os outros três compunham o secretariado do governo de Wellington Dias, (Secretário de Administração; Secretário de Saúde; Comando Geral da PM). Advinham, portanto, de uma construção de carreira na elite político-administrativa, vinculada ao capital político e simbólico do Governador. Outra é oriunda da Câmara dos Vereadores de Teresina, com quatro legislaturas (2004 a 2018) como edil. Os dois últimos são herdeiros políticos, cujas heranças advêm de forma direta: Oliveira Neto é filho de Oliveira Jr., prefeito de Miguel Alves. A outra, de forma transversal: Lucy Soares é casada com Firmino Filho, prefeito de Teresina.

O ponto de convergência, e o que é comum no caso desses dois herdeiros, reside em dois aspectos: 1 - ambos são neófitos na política, em termos de ocupação de cargos públicos administrativos e/ou eletivos. Oliveira Neto foi o deputado estadual mais novo eleito neste

pleito com apenas 24 anos. Já Lucy Soares traz em sua biografia política o fato de ter sido primeira dama da capital pela quarta vez. 2 - ambos compunham uma base política em partidos ou grupo de oposição ao governador Wellington Dias. Oliveira, por ter sido eleito compondo os quadros de um partido de oposição ao governador neste último pleito de 2018; Lucy Soares, pelo fato de o marido pertencer ao PSDB, adversário histórico do PT, no Estado. As semelhanças não param por aí. Lucy foi eleita pelo PP, que apesar da oposição declarada do seu marido – Prefeito Firmino Filho – ao governador candidato à reeleição, compunha aliança com o PT. Já Oliveira Neto foi eleito pelo PPS, partido que compunha uma coligação adversária a Wellington, mesmo seu pai, Oliveira Jr., prefeito de Miguel Alves, sendo filiado ao PT, partido do governador.

No que tange ao mecanismo causal que propicia o processo de reprodução e manutenção da herança política, a sua compreensão em sua completude é bastante complexa. Dada a sua característica multifacetada e, ao mesmo tempo, dialética e sincrônica. Dialética porque envolve a relação com o processo de alteração na configuração das lideranças políticas em níveis locais e regional, oportunizada pelo possível arejamento da competição eleitoral com a entrada de novos agentes na arena política. Sincrônica porque exige a observação do “timing” em que cada capital é adquirido, operacionalizado e possível de ser conjugado. Tais aspectos exigem novas pontes de pesquisa objetivando sua compreensão por completo.

No entanto, os dados sugerem ser o uso conjugado dos capitais uma importante peça na engrenagem desse mecanismo, que se viabiliza através da aquisição de considerável capital político delegado. Observando as heranças mais consolidadas, aquelas que perpassam pelo menos três décadas, o denominador comum entre os herdeiros é a capacidade do tronco político-familiar acessar posições formais de comando nas diversas instituições estatais. Assim, permite um círculo “virtuoso” que se reifica em mais capital social (mais rede); mais capital político delegado (cargos); mais capital econômico (receitas/doações de campanha) e possibilita a ampliação do seu capital simbólico.

Como evidência observa-se o processo de ocupação de cargos na esfera dos partidos políticos, no executivo estadual, executivo municipal e o aumento dos votos nominais que, dependendo da capacidade/competência do uso conjugado dos capitais e do nível de disputabilidade intra-herdeiros permite ou não o êxito eleitoral. Isso fica claro também quando se analisa casos de herdeiros que não conseguiram se eleger e no caso de intensa competição eleitoral com muitos herdeiros com significativo acesso aos capitais. A proporção inversa também demonstra certa tendência entre a perda de capital político e o “fracasso” eleitoral.

Contudo, sem distinções consideráveis e com pouquíssimas variações, a maior parte dos herdeiros políticos consegue relativo êxito na conjugação dos capitais, de tal maneira que não raro são poucos os herdeiros que se candidatam e amargam de fato o fracasso. Isso se verifica na alta incidência de herdeiros que compõem a ALEPI e aqueles que não logram ingresso ficam na suplência, assumindo posteriormente a cadeira, dependendo da coalizão com o executivo estadual. Nesse aspecto, ficar na oposição requer maior dispêndio de recursos por parte dos agentes e pode ser manifestado na observação da disposição das receitas de campanha e o desempenho eleitoral dos herdeiros que orbitam no polo oposto ao do grupo político na chefia do executivo estadual. Nesses casos, especificamente, o peso do capital econômico é significativo. Como ilustração tem-se o caso dos herdeiros vinculados ao PSDB nos pleitos de 2006, 2010 e 2014, que despenderam mais capital econômico individualmente que àqueles herdeiros aliados ao grupo que detém o poder no governo estadual.

Outro ponto que merece ser salientado é a incidência de herdeiros políticos em quase todos os partidos que ocuparam cadeira na ALEPI, independentemente do espectro ideológicos dos mesmos. 85% dos partidos englobados no período investigado possuíam herdeiros em suas cadeiras. Nesses casos, o processo migratório é um recurso bastante utilizado pelos herdeiros no intuito de compor aliança com o grupo político detentor do maior capital político no contexto do pleito em disputa. Observa-se que as migrações nem sempre levam em conta a ideologia defendida pela sigla. O exemplo emblemático é o caso de Wilson Brandão que iniciou sua experiência política no PFL e no pleito de 2014 foi eleito para mais um mandato pertencendo aos quadros do PSB e em 2018 reeleito para mais um mandato já pelo PP. Ou seja, o partido se torna mais um instrumento, uma ferramenta, com o fito de promover a manutenção ou reprodução da herança política.

A natureza difusa e imbricada que envolve o estudo sobre a herança política na ALEPI representou o ponto mais desafiador deste trabalho. Difusa porque envolve o entrelaçamento de inúmeras variáveis, algumas delas de difícil controle, aferição e acesso. Imbricada porque remete à necessidade de desfolhar ramificações tão extensas que tornou, neste primeiro momento, esforço inexecutável em virtude do período de tempo aqui definido e das dificuldades operacionais já apontadas.

Isso requer uma ponte para uma nova leva de estudos sobre o tema, como proposta de agenda futura de pesquisa, que pode testar de maneira mais robusta o uso conjugado dos capitais como mecanismo causal para manutenção e reprodução da herança política por meio da ampliação da amostra, do espaço temporal com vistas à construção da genealogia do

familismo político, com a utilização de estudos comparados com outros Estados, verificação das taxas de conversão dos capitais e de um diálogo ainda mais profícuo entre a Sociologia e a Ciência Política como recurso teórico-metodológico a fim de alcançar um escopo maior de investigação acerca de determinados fenômenos políticos, como no caso específico da herança política ou das relações entre família e poder no Brasil. A priori, é possível salientar que as famílias importam.

É seguro dizer que o uso dos capitais conjugados favorece a partidos e herdeiros que compõem aliança com o governo em curso no período do pleito, independente do êxito eleitoral do candidato do grupo governista ao governo do Estado e independente do espectro ideológico partidário.

Nesse âmbito, podemos inferir que este tema está longe de se encerrar. É preciso inquirir essa questão à luz de outras variáveis, analisando a relação das famílias políticas frente à organização interna dos partidos, quanto aos processos decisórios: de recrutamento e seleção de membros, direcionamento do fundo partidário, controle partidário por meio de intervenções ou permanência nas posições de comando na cadeia decisória. Equacionar o nível da competição eleitoral, o desempenho eleitoral dos herdeiros nesta competição e o grau de conversão dos capitais com o fito de manter e/ou reproduzir a herança política. E, por fim, as nuances das relações entre executivo/legislativo, através do presidencialismo de coalizão subnacional e suas possíveis consequências para a manutenção do familismo político no legislativo piauiense.

Enfim, são muitas as possibilidades, porém proporcionais à amplitude da ânsia investigativa, pois o estudo do familismo político é de suma importância para a compreensão dos processos que delineiam o campo político do legislativo piauiense e dos mecanismos causais que culminam em herança política.

## REFERÊNCIAS

A MÍSTICA do Parentesco. Disponível em: [https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=24421&ver=por&ori=&c\\_palavra=](https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=24421&ver=por&ori=&c_palavra=). Acesso em: 13 jan. 2018.

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALVES, Livia Maria Silva. 2018. **Eleições, partidos e oligarquias no Piauí: Permanência e reprodução da elite parlamentar (1998-2014)**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2018.

APL. Academia Piauiense de Letras. **Os presidentes**. Disponível em: <https://www.academiapiuiensedeletras.org.br/os-presidentes/>. Acesso em: 12 jul. 2018.

ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. O bayboom da oligarquia: de como a senda eleitoral reproduz a elite dirigente no Piauí. **Revista Eleições & Cidadania**, ano 5, n. 5. TRE/PI: Teresina, 2014.

ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. **Oligarquias elites políticas no Piauí: 1982-1995**. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas. 2000.

ARRAES FILHO, Manoel Ricardo; ALVES, Livia Maria Silva. História política: uma análise da circulação da elite política parlamentar do Piauí (1994-2010). Goiânia: **Revista da UEG**, n. 00, jul. 2017. Disponível em: <http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/download/5901/4425>. Acesso em: 19 jan. 2018. gg

BARBOSA, Elivaldo. No PSB, Dias anuncia: “Sai daqui a chapa da eleição de 2010”. **cidadeverde.com**, 28/11/08. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/28532/no-psb-dias-anuncia-sai-daqui-a-chapa-da-eleicao-de-2010>. Acesso em: 17 mar. 2018.

BARBOSA, Elivaldo. Wellington Dias já tem o PMDB que precisa para a reeleição. **cidadeverde.com**, 09 ago. 2017. Disponível em: <https://cidadeverde.com/temporeal/85987/wellington-dias-ja-tem-o-pmdb-que-precisa-para-reeleicao>. Acesso em: 04 abr. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Memória dos Confins: a saga de vaqueiros, heróis e jagunços nos ermos sertões do Piauí**. Teresina: Gráfica do Povo, 2007.

BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Sertões de Bacharéis: o poder no Piauí entre 1759 e 1889**. Teresina: Gráfica do Povo, 2011.

BASTOS, Mayara. Tudo em família na política e cargos da administração do Piauí. **Portal O Dia**, 12/09/2011. Disponível em: <https://www.portalodia.com/noticias/politica/politica-piauiense-e-coisa-de-familia-118509.html>. Acesso em: 17 mar. 2018.

BAUER, Martin W. **Análise de Conteúdo**. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). Pesquisa qualitativa com texto; imagem e som: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

BONFIM, Washington Luís de Sousa; SANTOS JUNIOR, Raimundo Batista dos. Formação Política. In: SANTANA, Raimundo Nonato de (Org.). **Piauí**: formação, desenvolvimento e perspectivas. Teresina: Halley, 1995, p. 41-54.

BORDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Seleção, organização, introdução e notas de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

BOURDIEU, P. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. **La reproducción**: elementos para una teoría del sistema de enseñanza. Ciudad de Mexico: Editorial Laia, 1996.

BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5. Brasília, jan.-jul.2011, p. 193-216.

BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de Educação**, 3.ed., Petrópolis: Vozes, 2001, p.67-69.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**: introdução, organização e seleção Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense**: família e poder. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1995.

BRASIL. Senado Federal. **Aprovado pesar pela morte de deputado do Piauí**. 09 maio 2002. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2002/05/09/aprovado- pesar-pela-morte-de-deputado-do-piaui>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

BRITO, Raisal. Henrique Pires vai deixar cargo do Ministério das Cidades, diz jornal. **GP1**, 27/01/2018. Disponível em: <<https://www.gp1.com.br/noticias/henrique-pires-vai-deixar-cargo-do-ministerio-das-cidades-diz-jornal-427609.html>>. Acesso em: 15 out. 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: teatro de sombras. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CATANI, Afrânio Mendes *et al.* (Org.). **Vocabulário Bourdieu**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CHAVES, Germana. **Firmino Filho elogia Lucy**: “Vai fazer muito pelo nosso Estado”. **GP1**, 08/10/2018. Disponível em: <<https://www.gp1.com.br/noticias/firmino-filho-elogia-lucy-vai-fazer-muito-pelo-nosso-estado-441373.html>>. Acesso em: 15 out. 2018.

CHAVES, Germana. **Oliveira Neto admite deixar oposição e compor governo Wellington**. **GP1**, 12/10/2018. Disponível em: <<https://www.gp1.com.br/noticias/oliveira-neto-admite-deixar-oposicao-e-compor-governo-wellington-441613.html>>. Acesso em: 15 out. 2018.

CODATO, Adriano. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. *In*: PERISSINOTO, Renato; CODATO, Adriano (Org.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

CORADINI, O. L. **Em nome de quem?** Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará, 2001.

COUTO, Cláudio Gonçalves. Oligarquia e processos de oligarquização: o aporte de Michels à análise política Contemporânea. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 20, n. 44, p. 47-62, nov. 2012.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DE DEUS, Cleber. A lógica da competição política municipal em “cenários oligárquicos”. **Revista Estudos Políticos**, n. 2, p. 29-44, 2011.

DE DEUS, Cleber. **O novo arranjo federativo brasileiro**: o regime multipartidário e a competição política municipal no Ceará e Piauí em 1996, 2000 e 2004. Tese (doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 2006.

DE DEUS, Cleber; CRAVEIRO, Adriano; EPITÁCIO, Sara. **As eleições governamentais Piauienses entre 1982 e 2010**: velhas Teses e novas tendências. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2012. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 10. ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

FARIAS, Francisco Pereira de. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. *In*: **Revista de Sociologia e Política**, n. 15, p. 49-65, nov. 2000.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

FLEISCHER, David. Os partidos políticos. *In*: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Org.). **Sistema Político Brasileiro**: uma introdução. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 3. ed. São Paulo: Kairós Livraria Editora, 1983.

FREITAS, Ronald. Mão Santa, língua solta: quem é o político piauiense que virou, com sua verbosidade e estilo folclórico, um dos senadores mais populares da República. **Revista Época**, ed. 509, 5 jun. 2009. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR81741-6009,00.html>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

FREITAS, Vítor Eduardo Veras de Sandes. **Alianças partidárias nos Estados brasileiros: das coligações às coalizões de governo**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2015.

FREITAS, Vitor Eduardo Veras Sandes de. **A lógica da formação de governos no Estado do Piauí de 1987 a 2007**. Dissertação (mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GRILL, Igor. **As bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul: parentesco, partidos e redes**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GRILL, Igor. As fronteiras móveis da “oligarquia” e a “elite política” maranhense. *In*: MARENCO, A. (Org.). **Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias** [online], Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013, p. 135-169.

GRYNSZPAN, Mário. A Teoria das Elites e sua genealogia consagrada. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, Rio de Janeiro, n. 41, 1.º semestre de 1996.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003.

HOUAISS Eletrônico. Versão monousuário. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, jul. 2013.

JVC em Bom Jesus: governador é quem decidirá rumo da eleição no Piauí. **Partido Trabalhista Brasileiro**, 28/06/2009. Disponível em: <<https://ptb.org.br/jvc-em-bom-jesus-governador-e-quem-decidira-rumo-da-eleicao-no-piaui/>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

KELLSTEDT, Paul M.; WHITTEN, Guy D. **Fundamentos da pesquisa em Ciência Política**. São Paulo: Blucher, 2015.

KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. **Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research**. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, tradição e poder: (o) caso dos coronéis**. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995.

LIMA, Fábio. Wilson recebe diploma e confirma 14 futuros secretários; veja relação. **cidadeverde.com**, 17/12/10. Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/69870/wilson-recebe-diploma-e-confirma-14-futuros-secretarios-veja-relacao>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

MAINWARING, Scott P. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

MARENCO, André. Estudos de Elites Políticas Explicam como Instituições Tornam-se Instituições? **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, São Paulo, n. 65, p. 5-26, 1º semestre, 2008.

MELO, Carlos Ranulfo. Nem Tanto ao Mar, Nem Tanto à Terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. *In*: MELO, Carlos Ranulfo; SAEZ, Manuel Alcântara (Org.). **A Democracia Brasileira: Balanço e Perspectivas Para o Século 21**. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 267-302.

MELO, Marianna Benigno Soares Meireles. Análise de padrão de carreira dos deputados estaduais piauienses no período pós-1988. *In*: EPITÁCIO, Sarah de Sousa Fernandes; RESENDE, Roberta Carnelos. **Política no Piauí: contextos históricos, eleições e partidos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

MENEGUELLO, Raquel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo: (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MENEGUELLO, Raquel. Partidos políticos. *In*: **Dicionário de Políticas Públicas**. São Paulo: Fundap, 2011.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Trad. de Arthur Chaudon. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 20, p. 115-134, jun. 2003.

MILLS, W. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11.Ed., São Paulo: Hucitec, 2008.

MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de famílias: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na Paraíba (1985-2015)**. Tese (Doutorado em Sociologia): Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.

MOSCA, Gaetano. **História das doutrinas políticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1975.

NO PIAUÍ, político coloca mulher, filho, mãe e etc no seu lugar; entenda “jogo”. **180 Graus**, 27/07/2014. Disponível em: <<https://180graus.com/politica/em-familia-2015-podera-ter-familias-no-comando-do-piaui>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

NORRIS, Pippa. Recrutamento Político. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 11-32, jun. 2013.

NORTH, Douglass C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NUNES, Afrânio. **Homens e fatos do meu tempo**. Teresina (Piauí): Academia Piauiense de Letras, 1982.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Jorge Zahar: Rio de Janeiro. 1997.

O'DONNELL, Guillermo. Teoria Democrática e Política Comparada. **Dados** [online]. 1999, v.42, n. 4, p.655-690.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org.). Estado, classe dominante e partentesco no Paraná. Blumenau: Nova Letra, 2015.

PARETO, V. As elites e o uso da força na sociedade. *In*: SOUZA, A. (Org.). **Sociologia política**. Rio de Janeiro: Zahar. 1966.

PEREIRA, Leidir de Paula. **Elites políticas e a construção dos estados federativos na Primeira República em perspectiva comparada: São Paulo e Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2015.

PERISSINOTO, Renato *et al.* **Quem Governa?** Curitiba: Editora UFPR, 2007.

PIAUI. ALEPI. Assembleia Legislativa do Piauí. **Sistema de apoio ao processo legislativo: parlamentares**. Disponível em: <<https://sapl.al.pi.leg.br/parlamentar/?idMenu=66>>. Acesso em: 20 dez. 2017a.

PIAUI. TJPI. Tribunal de Justiça do Piauí. **Desembargadores**. Disponível em: <<http://www.tjpi.jus.br/site/modules/htmlcontent/Page.desembargadores.mtw>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

PIAUI. TRE. Tribunal Regional Eleitoral. Disponível em: <[www.tre-pi.jus.br/](http://www.tre-pi.jus.br/)>. Acesso em: 20 dez. 2017b.

PIMENTEL, Vanuccio Medeiros. **A primazia dos clãs: a família na política nordestina**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2014.

PIRES, Álvaro P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. *In*: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Trad.: Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PONTES, Nicole Louise Macedo Teles de. Habitus e libido social: revisitando Bourdieu através da psicanálise, **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 17, 2011. Disponível: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235217>>. Acesso em: 10 out. 2018.

PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 33, p. 153-158, 2000.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália Moderna. Tradução Luiz Alberto Monjardim. – 5. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROCHA, Pedro Vasconcelos. **Famílias e o espaço da política**: recursos sociais e uso do parentesco no Legislativo Federal. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2015.

RODRIGUES, Bárbara. Marcelo Castro afirma que PMDB vai apoiar reeleição de Wellington. **GPI**, 05 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.gp1.com.br/noticias/marcelo-castro-afirma-que-pmdb-vai-apoiar-reeleicao-de-wellington-410263.html>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SILVA, Roberto John Gonçalves da. **Metamorfose das oligarquias**: O caso do Piauí. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política) – FFCH, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999.

SOARES. G. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro: FGV. 2001.

SOUSA NETO, Marcelo de. Nos bastidores do poder: poder político e relações familiares no Piauí do século XIX. *In*: EPITÁCIO, Sarah de Sousa Fernandes; RESENDE, Roberta Carnelos. **Política no Piauí**: contextos históricos, eleições e partidos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

SOUSA, Maria do Carmo Carvalho Campelo de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SOUSA, Nalva Maria Rodrigues de. **A política de salto**: a participação feminina na política piauiense – 1970 à 1998. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. **História e identidade**: as narrativas da piauiensidade. Teresina: EDUFPI, 2010.

VASCONCELOS, P. Parentesco e Política no Congresso Nacional: Parlamentares Piauienses na 54ª Legislatura da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. *In*: EPITÁCIO, Sarah de Sousa Fernandes; RESENDE, Roberta Carnelos. **Política no Piauí**: contextos históricos, eleições e partidos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política. *In*: WEBER, M. **Metodologia das Ciências Sociais**. Parte 1. Tradução de Augustin Wernet. 4. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2001. p. 107-154.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, M. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1985.

## ANEXO A – CERTIDÃO DO PMDB

01/02/2019

Certidão 89IP/MEB



JUSTIÇA ELEITORAL

## CERTIDÃO

Certifico que se encontram anotados nos assentamentos da Justiça Eleitoral o seguinte órgão partidário e seus membros. Este órgão partidário encontra-se com prazo de validade expirado.

Partido Político:	15 - PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO		
Órgão Partidário:	Diretório		
Abrangência:	ESTADUAL - PI		
Vigência:	Início:24/12/2012 Final: 31/10/2015		
Situação do Órgão:	Anulado	Data de Despacho:	08/01/2013
Protocolo:	1532013		
Endereço:	R DOCTOR WLADIMIR REBO MONTEIRO, 1171	Bairro:	São João
Município:	TERESINA / PI	CEP:	64.048-840
Complemento:		CNPJ:	07.441.918/0001-15
Telefone:	(86)3218-1515	Fax:	(86)3218-1518
Celular:			
E-mail:	pmdb.pi@hotmail.com		

Cargo	Membro	Exercício - Situação
SECRETARIO GERAL	JOAO MADISON NOGUEIRA	24/12/2012 # 31/10/2015 - INATIVO
PRESIDENTE	MARCELO COSTA E CASTRO	24/12/2012 # 31/10/2015 - INATIVO
SECRETARIO ADJUNTO	SEVERO MARIA EULALIO NETO	24/12/2012 # 31/10/2015 - INATIVO
1ª - VICE-PRESIDENTE	JOAO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUSA	24/12/2012 # 31/10/2015 - INATIVO
1ª - TESOUREIRO	MAURO EXPEDITO REIS DE FREITAS TAPETY	24/12/2012 # 31/10/2015 - INATIVO
2ª - TESOUREIRO	ANA PAULA MENDES ARAUJO DE CARVALHO	24/12/2012 # 31/10/2015 - INATIVO
2ª - VICE-PRESIDENTE	CARLOS MAXIMO DE CARVALHO BARROS	24/12/2012 # 31/10/2015 - INATIVO
3ª - VICE-PRESIDENTE	JULIANA DE MELO FALCÃO DE MORAES SOUZA	24/12/2012 # 31/10/2015 - INATIVO

Código de Validação: **P3LC.CMN6.AWNV.FXC.V.**  
 Certidão emitida em: **01/02/2019 12:34:58**

- Esta certidão é gratuita e dispensa assinatura. Sua autenticidade poderá ser confirmada no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão.
- Os dados partidários de abrangência nacional são anotados no TSE e os regionais e municipais são anotados nos Tribunais Regionais Eleitorais respectivos.

## ANEXO B – CERTIDÃO DO PDT

07/02/2019

Certidão SIGP/VEB



JUSTIÇA ELEITORAL

## CERTIDÃO

Certifico que se encontram anotados nos assentamentos da Justiça Eleitoral o seguinte órgão partidário e seus membros. Este órgão partidário encontra-se com prazo de validade expirado.

Partido Político:	12 - PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA		
Órgão Partidário:	Diretório		
Abrangência:	ESTADUAL - PI		
Vigência:	Início: 20/11/2009 Final: 02/11/2011		
Situação do Órgão:	Inativado por Dissolução (diretório)		Data de Despacho: 22/02/2010
Protocolo:	29412010		
Endereço:	RUA DES FREITAS N 3484	Bairro:	CENTRO
Município:	TERESINA / PI	CEP:	64.000-240
Complemento:		CNPJ:	11.631.017/0001-03
Telefone:	(86) 3223.7575	Fax:	
Celular:			
E-mail:			

Cargo	Membro	Exercício - Situação
TESOUREIRO ADJUNTO	ALBERTO BORGES DE OLIVEIRA	20/11/2009 a 02/11/2011 - INATIVO
SECRETARIO ADJUNTO	ANA LÚCIA DE SOUSA SOARES	20/11/2009 a 02/11/2011 - INATIVO
PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE	ANTONIO UCHOA DE OLIVEIRA	20/11/2009 a 02/11/2011 - INATIVO
PRESIDENTE	PLÁVIDO RODRIGUES NOGUEIRA	20/11/2009 a 02/11/2011 - INATIVO
LÍDER DA BANCADA	JOSÉ PINTO DE MESQUITA	20/11/2009 a 02/11/2011 - INATIVO
SEGUNDO VICE-PRESIDENTE	LUIZ UIRACI DE CARVALHO	20/11/2009 a 02/11/2011 - INATIVO
PRIMEIRO VOZAL	MARIA DAS GRAÇAS CAVALCANTE NOGUEIRA	20/11/2009 a 02/11/2011 - INATIVO
SEGUNDO VOZAL	MARIA DO SOCORRO DE OLIVEIRA MESQUITA	20/11/2009 a 02/11/2011 - INATIVO
SECRETARIO GERAL	MARIA LIVRAMENTO DE MENEZES	20/11/2009 a 02/11/2011 - INATIVO
TESOUREIRO GERAL	VALDINA PIRES DE SOUSA	20/11/2009 a 02/11/2011 - INATIVO

Código de Validação: 6U3C.UES3.REF+.XZ19.

Certidão emitida em: 07/02/2019 17:30:50

- Esta certidão é gratuita e dispensa assinatura. Sua autenticidade poderá ser confirmada no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos de Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão.
- Os dados partidários de abrangência nacional são anotados no TSE e os regionais e municipais são anotados nos Tribunais Regionais Eleitorais respectivos.

## ANEXO CA – CERTIDÃO DO PSD

23/04/2019	SGIP - Consulta		
			
<b>JUSTIÇA ELEITORAL</b> <b>CERTIDÃO DA COMPOSIÇÃO - COMPLETA</b>			
<p style="text-align: center;">CERTIFICO que se encontram anotados nos assentamentos da Justiça Eleitoral o seguinte órgão partidário e seus membros.</p>			
Partido Político:	55 - PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO		
Órgão Partidário:	Órgão definitivo		
Abrangência:	PIAUI - PI - Estadual		
Vigência:	Início: 29/09/2011 Final:		
Situação do Órgão:	Anotado	Data de Validação:	08/03/2019
Protocolo/Código do requerimento:	3360282019		
Endereço:	Rua Antonio Tito, 137 A	Bairro:	Joquei
Município:	Teresina / PI	CEP:	64046290
Complemento:		CNPJ:	15.070.045/0001-00
Telefone:	(86) 3232-2223	Fax:	
Celular:			
E-mail:	55pedpi@gmail.com		

Membro	Cargo	Exercício / situação
JOAQUIM LUCAS FURTADO	1º - SUPLENTE	29/09/2011 - 30/05/2018 / Inativo
AGAMENON SÉRGIO PEREIRA BASTOS	2º - TESOUREIRO	29/09/2011 - 05/05/2014 / Inativo
JOSÉ FERREIRA DE SOUSA	2º - VICE-PRESIDENTE	29/09/2011 - 06/04/2018 / Inativo

[inter01.tse.jus.br/sgip3-consulta/certidao/orgaoPartidario?Id=1796306100Certidao=1&isAtivo=](http://inter01.tse.jus.br/sgip3-consulta/certidao/orgaoPartidario?Id=1796306100Certidao=1&isAtivo=)
1/4

## ANEXO CB – CERTIDÃO DO PSD

23/04/2019

SGIP - Consulta

Membro	Cargo	Exercício / Situação
MOISÉS AUGUSTO LEAL BARBOSA	3º - VOGAL	29/09/2011 - 30/05/2018 / Inativo
VALMIR VICTOR DA SILVEIRA FILHO	3º - VOGAL	29/09/2011 - 30/05/2018 / Inativo
JOSE HELIO DE CARVALHO OLIVEIRA	4º - VOGAL	29/09/2011 - 05/05/2014 / Inativo
FRANCISCO ALBERTO DE ARAUJO E SILVA REGO	4º - VOGAL	05/05/2014 - 29/09/2015 / Inativo
ANTONIO FRANCISCO FELIX DE ANDRADE	VICE-PRESIDENTE	29/09/2011 - 06/04/2018 / Inativo
EDSON DE CASTRO FERREIRA	SECRETARIO GERAL	29/09/2011 - 06/04/2018 / Inativo
JULIO CESAR DE CARVALHO LIMA	PRESIDENTE / MEMBRO DO DIRETÓRIO ESTADUAL TITULAR / DELEGADO SUPLENTE	29/09/2011 - / Ativo
FRANCISCO VALDECI DE SOUSA CAVALCANTI	VICE-PRESIDENTE / MEMBRO DO DIRETÓRIO ESTADUAL TITULAR	21/05/2018 - / Ativo
GEORGIANO FERNANDES LIMA NETO	VICE-PRESIDENTE / MEMBRO DO DIRETÓRIO ESTADUAL TITULAR	21/05/2018 - / Ativo
ANTONIEL DE SOUSA SILVA	SECRETÁRIO-GERAL / MEMBRO DO DIRETÓRIO ESTADUAL TITULAR	21/05/2018 - / Ativo
FERNANDO DEMERVAL RODRIGUES MIRANDA	PRIMEIRO TESOUREIRO / MEMBRO DO DIRETÓRIO ESTADUAL TITULAR	05/05/2014 - / Ativo
GERARDO JURACI CAMPELO LEITE	SEGUNDO TESOUREIRO / MEMBRO DO DIRETÓRIO ESTADUAL TITULAR	29/09/2011 - / Ativo

[inter01.tse.jus.br/sgip3-consulta/certidao/origaoPartido?id=178630&tipoCertidao=1&isAtivo=](http://inter01.tse.jus.br/sgip3-consulta/certidao/origaoPartido?id=178630&tipoCertidao=1&isAtivo=)

2/4

## ANEXO CC – CERTIDÃO DO PSD

23/04/2019

SGIP - Consulta

Membro	Cargo	Exercício / Situação
MARIA DO AMPARO PAULINO DE LIMA	VOGAL / MEMBRO DO DIRETÓRIO ESTADUAL TITULAR	29/09/2011 - / Ativo
JONAS MOURA DE ARAUJO	VOGAL / MEMBRO DO DIRETÓRIO ESTADUAL TITULAR	21/05/2018 - / Ativo
MARIA JOZENEIDE FERNANDES LIMA	VOGAL / MEMBRO DO DIRETÓRIO ESTADUAL TITULAR	21/05/2018 - / Ativo
RICARDO DO NASCIMENTO MARTINS SALES	VOGAL / MEMBRO DO DIRETÓRIO ESTADUAL TITULAR / SUPLENTE DO CONSELHO DE ÉTICA PARTIDÁRIA	21/05/2018 - / Ativo
JOSÉ LEÃO AZEVEDO DE CARVALHO	MEMBRO DO DIRETÓRIO ESTADUAL TITULAR / 1º SUPLENTE DO DIRETÓRIO	29/09/2011 - / Ativo
HUGO NAPOLEÃO DO REGO NETO	MEMBRO DO DIRETÓRIO ESTADUAL TITULAR / DELEGADO TITULAR	29/09/2011 - / Ativo
WALDEMAR MARTINHO CARVALHO DE MENESES FERNANDES	MEMBRO DO DIRETÓRIO ESTADUAL TITULAR / PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA PARTIDÁRIA / 2º SUPLENTE DO DIRETÓRIO	29/09/2011 - / Ativo
FERNANDO DE SOUSA FONTENELLE	MEMBRO DO DIRETÓRIO ESTADUAL TITULAR / MEMBRO DO CONSELHO DE ÉTICA PARTIDÁRIA	21/05/2018 - / Ativo
HENRIQUE CESAR SARAIVA DE ARAUJO LEAO COSTA	MEMBRO DO DIRETÓRIO ESTADUAL TITULAR / SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL	21/05/2018 - / Ativo
JANARY MELO LIMA	MEMBRO DO DIRETÓRIO ESTADUAL TITULAR / SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL	21/05/2018 - / Ativo
MARCOS AURÉLIO GUIMARÃES DE ARAUJO	MEMBRO DO DIRETÓRIO ESTADUAL TITULAR / SUPLENTE DO CONSELHO DE ÉTICA PARTIDÁRIA	21/05/2018 - / Ativo
OGILVAN DA SILVA OLIVEIRA	MEMBRO DO DIRETÓRIO ESTADUAL TITULAR / MEMBRO DO CONSELHO DE ÉTICA PARTIDÁRIA	21/05/2018 - / Ativo
PAULO HENRIQUE MEDEIROS COSTA	MEMBRO DO DIRETÓRIO ESTADUAL TITULAR / MEMBRO DO CONSELHO FISCAL	21/05/2018 - / Ativo
REGINALDO RAIMUNDO RODRIGUES	MEMBRO DO DIRETÓRIO ESTADUAL TITULAR / SUPLENTE DO CONSELHO DE ÉTICA PARTIDÁRIA	21/05/2018 - / Ativo

Inter01.tse.jus.br/sgip3-consulta/certidao/origemPartidario?id=1756306150Certidao=1&amp;isAtivo=

3/4

## ANEXO CD – CERTIDÃO DO PSD

23/04/2019

BGP - Consulta

Membro	Cargo	Exercício / situação
SIMONE PEREIRA DE FARIAS ARAUJO	MEMBRO DO DIRETÓRIO ESTADUAL TITULAR / PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL / COORDENADORA DO PSD MULHER	21/05/2018 - / Ativo
MARIA SALETE REGO MEDEIROS PEREIRA DA SILVA	MEMBRO DO DIRETÓRIO MUNICIPAL TITULAR / MEMBRO DO CONSELHO FISCAL	21/05/2018 - / Ativo

Código de Validação	BJEJu2KIRYTB3W+HwO2/ajul=
Certidão emitida em	23/04/2019 04:32:30

- Esta certidão é gratuita e dispensa assinatura. Sua autenticidade poderá ser confirmada no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidospoliticos/validarcertidao>.
- As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão.
- Os dados partidários de abrangência nacional são anotados no TSE e os regionais e municipais são anotados nos Tribunais Regionais Eleitorais respectivos.